



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – CAMPUS V
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA REGIONAL E
LOCAL
MESTRADO EM HISTÓRIA**

ÁLVARO SOUZA DE ARAÚJO NETO

**OS CAMISAS-VERDES NA REGIÃO CACAUEIRA: ATUAÇÃO
INTEGRALISTA NO SUL DA BAHIA (1934 – 1938)**

**SANTO ANTONIO DE JESUS - BA
2016**

Universidade do Estado da Bahia – UNEB
Departamento de Ciências Humanas – *Campus V*
Programa de Pós-Graduação em História Regional e Local
Mestrado em História

**Os Camisas-Verdes na Região Cacaueira:
Atuação integralista no sul da Bahia (1934 – 1938)**

Álvaro Souza de Araújo Neto

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Regional e Local do Departamento de Ciências Humanas – *campus V*, Santo Antonio de Jesus, da Universidade do Estado da Bahia, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História.

Área de Concentração: História Regional e Local

Orientador: Prof. Dr. Paulo Santos Silva

Santo Antonio de Jesus - BA
Outubro de 2016

FICHA CATALOGRÁFICA
Sistema de Bibliotecas da UNEB
Bibliotecária: Jacira Almeida Mendes – CRB: 5/592

Araújo Neto, Álvaro Souza de

Os camisas-verdes na região cacaueira: atuação integralista no sul da Bahia /
Álvaro Souza de Araújo Neto. – Santo Antônio de Jesus, BA, 2016.
118f.

Orientador: Paulo Santos Silva.

Dissertação (Mestrado) Universidade do Estado da Bahia. Programa de Pós-
Graduação em História. Departamento de Ciências Humanas. Campus V.

Contém referências.

1. Integralismo - Bahia. 2. Brasil - Política e governo. 3. Partidos políticos -
Brasil. 4. Memória. I. Silva, Paulo Santos. II. Universidade do Estado da Bahia,
Departamento de Ciências Humanas.

CDD: 320.5330981

**Os Camisas-Verdes na Região Cacaueira:
Atuação integralista no sul da Bahia (1934 – 1938)**

Dissertação de Mestrado
ÁLVARO SOUZA DE ARAÚJO NETO

Santo Antonio de Jesus, 07 de outubro de 2016

Banca Examinadora

Prof. Dr. Paulo Santos Silva (orientador)
Universidade do Estado da Bahia (UNEB)

Prof. Dr. Raimundo Nonato Pereira Moreira
Universidade do Estado da Bahia (UNEB)

Profa. Dra. Janete Ruiz de Macedo
Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC)

À minha mãe e à minha
esposa que, com muita
dedicação, esforço e carinho,
têm feito cada etapa dessa
jornada valer a pena.

Agradecimentos

Numa jornada longa como é a acadêmica, em que cada desafio vencido se impõe um novo e mais complexo, há uma gama de pessoas e instituições às quais temos que agradecer. Afinal, a construção de uma dissertação de mestrado, por mais que leve o nome apenas do mestrando, é, ao fim, uma obra coletiva. Portanto, gostaria de deixar registrado aqui um agradecimento especial àqueles que contribuíram de forma direta e pessoal para esta parte da caminhada.

Ao meu orientador, Professor Paulo Santos Silva, que com sua lucidez, compromisso e senso crítico, nos aponta caminhos e nos cobra compromisso para darmos o melhor que pudermos;

Às professoras Janete Macedo e Cristina Luna, que acompanharam o trabalho de qualificação e deram sugestões fundamentais para o desenvolvimento do trabalho de pesquisa;

Aos professores do Mestrado em História Regional e Local da UNEB que, cada um ao seu modo, contribuíram eficazmente para o desenvolvimento deste trabalho;

Ao professor Raimundo Nonato pelas contribuições intelectuais e humanitárias no decorrer da pesquisa e na aceitação em participar da banca de defesa;

A Ane Nunes, da secretaria do mestrado que, com sua dedicação e atenção, torna os processos burocráticos (e a nossa vida) mais leve diante das exigências do programa;

Aos colegas do mestrado: Ítalo, Michele, Gabriel, Jacson, Giovanna, André, Ary, Rosana, Jacqueline, Danielle, Aleí, Lucila e Kátia que juntos, formamos uma excelente turma de estudos, além de uma amizade sincera e duradoura além dos muros da universidade. A vocês, muito obrigado.

A Secretaria de Educação do Estado da Bahia, que nos concedeu a licença dos trabalhos em sala de aula e tornou possível o desenvolvimento dessa pesquisa de forma mais organizada;

Aos meus alunos, uma das maiores razões pelas quais buscamos uma qualificação constante, principalmente em momentos em que a liberdade de aprendizagem é colocada em xeque;

Aos funcionários do Arquivo Público do Estado da Bahia que, a despeito das condições, nos auxiliam e prestam um excelente trabalho aos pesquisadores de primeira viagem;

Aos funcionários do Arquivo Nacional que cuidam de grande parte da documentação histórica do país, com dedicação e carinho;

Ao Centro de Documentação e Memória Regional da UESC, na pessoa de Stela Dalva, que nos recebeu diversas vezes e disponibilizou parte considerável do material para pesquisa presente neste texto;

Ao Arquivo Público de Itabuna, depositário de parte da documentação utilizada aqui;

A João Cordeiro de Andrade que, com seu conhecimento aguçado da história de Itabuna, nos fornece constantemente dados e detalhes sobre o cotidiano local, meu muito obrigado;

À minha mãe, geradora e incentivadora desses sonhos;

A Tharsia, a outra metade de mim;

Para meus irmãos (as) que contribuem cotidianamente para a realização dos sonhos;

Aos meus sobrinhos (as) que sempre me questionam o porquê de se estudar tanto. Em especial a Layla que, com seu senso crítico aguçado, tem visto a sociedade com olhos questionadores;

Enfim, a todos aqueles que de alguma forma torcem e contribuem para que nós continuemos nessa jornada de aprendizagem constante.

Para a interpretação interessa, sem dúvida, compreender as causas do fracasso, mas, antes dele, interessa compreender como e porque o integralismo tornou-se uma proposta política capaz de converter a AIB em um agente social e político bem sucedido durante um certo momento da História do Brasil. (...) Interessa compreender porque num dado momento deste país, parte da sociedade acreditou que tomaria o poder ao brado retumbante de “anauê”, “anauê”, “anauê”.¹

¹ CHAUÍ, Marilena e CARVALHO, Maria Sylvia. *Apontamentos para uma crítica da Ação Integralista Brasileira*. In: _____. Ideologia e mobilização popular. Rio de Janeiro: CEDEC/Paz e Terra, 1978. p. 39-40.

Resumo

O presente trabalho tem por objetivo analisar a atuação política dos integralistas na região cacaueira nos anos 1930, as articulações e inserções no cotidiano local no período. Através da imprensa da região e com base em documentos jurídico-policiais e em livros de memorialistas, procura-se traçar os caminhos percorridos pelos *camisas-verdes* do eixo Ilhéus-Itabuna, no momento em que as doutrinas autoritárias ganhavam terreno em várias partes do mundo. O sul da Bahia, marcado pelo poder discricionário dos “coronéis”, experimentou nos anos 1930 novas tendências autoritárias num momento de crise econômica. Busca-se compreender ainda a impressão de vitória que o movimento integralista tivera por ocasião do golpe de 1937 e as perseguições que se seguiram aos momentos de euforia. Apesar de uma vida política agitada, na memória local, pouco se fala sobre o integralismo, silêncio que se discute nesta abordagem.

Palavras-chave: integralismo, política, poder, região, memória.

Abstract

This article aims to analyze the performance of integralists in the Cocoa Region in the 1930's, the articulations and inserts in place everyday during this period. Through the Cocoa Region press and based on legal and police documents and memoirs books, seeks to trace the paths followed by the *green-shirts* in axis Ilhéus-Itabuna, at the time the authoritarian doctrines conquered land in various places of the world. Southern Bahia, marked by the "colonels" discretion power, experienced in the 1930's authoritarians trends in a time of economic crisis. This work also tries to understand the victory print that the integralist movement had during the 1937 coup and the persecution that followed the euphoria moments. Despite a hectic political life, in the local memory, little is said about Integralism, silence that seeks to discuss this approach.

Keywords: integralism, politics, power, region, memoir.

Lista de Siglas e Abreviaturas

AIB – Ação Integralista Brasileira

AN – Arquivo Nacional

ANL – Aliança Nacional Libertadora

APEB – Arquivo Público do Estado da Bahia

APERJ – Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro

CAB – Concentração Autonomista da Bahia

CEDOC/UESC – Centro de Documentação e Memória Regional - Universidade Estadual de Santa Cruz

DOPS – Delegacia de Ordem Política e Social

DT – Diário da Tarde

LSN – Lei de Segurança Nacional

PCB – Partido Comunista Brasileiro

PSD – Partido Social Democrático

TSN – Tribunal de Segurança Nacional

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO I – Construção de uma região	18
Território de disputas	18
A região cacaueira no contexto da Primeira República	27
Revolução de 1930 e política no sul da Bahia	32
CAPÍTULO II – Inserções integralistas	36
Integralismo e região	36
Perfis integralistas	42
Tensões e conflitos	49
A AIB e a imprensa	55
CAPÍTULO III – Articulações políticas	61
Os <i>camisas-verdes</i> e as eleições	61
Os <i>verdes</i> no legislativo	66
Momento crítico: antecedentes do Estado Novo	71
CAPÍTULO IV – Estado Novo e integralismo	81
Integralistas no Poder	81
<i>Putsch</i> verde nas terras do cacau	88
Repressão e acomodação	98
Integralismo: memória e esquecimento	104
CONSIDERAÇÕES FINAIS	111
FONTES	114
REFERÊNCIAS	116

Introdução

A presente dissertação analisa a trajetória do movimento integralista no sul da Bahia na década de 1930. O integralismo foi um movimento de caráter autoritário, liderado pelo escritor paulista Plínio Salgado, que se destacou na política nacional e local na denominada *Era Vargas*. Anos de acalorados embates e disputas ideológicas, o período foi marcado por instabilidade política, o que dava margem para o lançamento de projetos com discursos “salvadores”, como é o caso das propostas dos *camisas-verdes*.

Após 1930, na Bahia, o interventor Juracy Magalhães procurou traçar uma linha política de aproximação com as elites estaduais no intuito de garantir estabilidade ao seu governo. No sul do estado, durante a Primeira República, *adamistas* e *peçoístas* disputavam o poder local, estes dois grupos de elite, de caráter regional, eram ligados aos “coronéis” Domingos Adami de Sá e Antônio Pessoa da Costa e Silva, respectivamente. Essas disputas foram sacudidas nesse período pelas mudanças em nível nacional e estadual, mas também devido ao surgimento de novos grupos políticos.

O sul da Bahia é denominado de região cacauzeira por ter representado entre os séculos XIX e XX uma economia monocultora e agroexportadora assentada sobre a produção do cacau. Itabuna e Ilhéus são os dois maiores municípios e local para onde convergiam as disputas políticas e econômicas. Estes municípios são tomados como espaço de análise para se perceber o desenvolvimento do integralismo na região cacauzeira.

Para discutir a inserção integralista, os embates, as articulações políticas e a repressão que se seguiu após o golpe do Estado Novo, fez-se um recorte temporal entre os anos de 1934 e 1938. Entretanto, essa delimitação não encerra sumariamente a pesquisa, pois, apesar da repressão que se abateu sobre os *camisas-verdes*, ainda houve articulações deles após o ano de 1938, apesar de os livros de memórias e a historiografia não darem muita atenção ao fato.

O integralismo foi um dos movimentos políticos mais fortes na região nos anos de 1930, e participou ativamente da vida social naquela época. Trata-se de um momento de mudanças nas estruturas de poder em nível nacional e local, de crise econômica e de crescimento das práticas autoritárias no Brasil e no mundo. As disputas que ocorriam no eixo Ilhéus-Itabuna são, em certa medida, reflexos dos embates que aconteciam mundo

afora. Assim, tanto a AIB quanto o PCB encontraram terreno fértil para desenvolver seus programas numa região que estava em formação.

Os estudos sobre o integralismo no Brasil têm despertado interesse na historiografia, haja vista os diversos trabalhos que têm sido desenvolvidos no intuito de compreender esse fenômeno na vida política brasileira dos anos de 1930. As pesquisas acadêmicas sobre o tema remontam à década de 1970, com os livros *Integralismo: o fascismo brasileiro na década de 30* (1979), de Hégio Trindade, e *Ideologia Curupira: análise do discurso integralista* (1979), de Gilberto Vasconcellos, obras que se tornaram marco para estudos posteriores. Nas discussões levantadas, fica claro que, apesar das influências externas, o integralismo pode ser visto como um movimento eminentemente nacional. Mais recentemente a historiografia voltou-se para questões específicas da AIB, descartando modelos que vêm este como algo homogêneo. Guardado o caráter autoritário e nacionalista, os estudos têm destacado a sua heterogeneidade e a possibilidade de ser estudado por diversas perspectivas.

Hégio Trindade foi o autor que primeiro tentou entender o integralismo em suas dimensões globais, bem como as interligações com os movimentos autoritários europeus. O autor procura evidenciar que as características do integralismo, apesar de não serem cópias do fascismo europeu, guardam características estruturais, ideológicas e estéticas com aquele, quando afirma que, “(...) a análise da Ação Integralista nos leva a concluir que sua natureza, organização hierárquica, estilo do Chefe e rituais não se podem explicar sem a influencia do modelo de referência externo”.²

Enquanto Trindade (1979) discute os aspectos históricos e sociológicos do desenvolvimento do integralismo no país, Gilberto Vasconcellos busca demonstrar as características presentes no discurso integralista, principalmente na literatura produzida pela alta cúpula do movimento. Para o autor, no discurso integralista “o primado do espírito” deveria estar além e acima das questões materiais. E através da ideia espiritualizante, desdobram-se diversos aspectos do movimento.³

Em *O Ardil Totalitário: imaginário político no Brasil dos anos 30* (1997), Eliana Dutra busca evidenciar os elementos discursivos que compõem o imaginário autoritário no Brasil, destacando que essa guerra discursiva estava presente tanto nos movimentos de esquerda quanto de direita, inclusive tendo como armas a utilização de

² TRINDADE, Hégio. *Integralismo: o fascismo brasileiro na década de 30*. 2ª Ed. Revista e ampliada. São Paulo: Difel, 1979, p. 289.

³ VASCONCELLOS, Gilberto. *Ideologia Curupira: análise do discurso integralista*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1979, p. 23.

conceitos idênticos. Através da utilização do jogo de pares antitéticos como bom/mau, saúde/doença, era construída a autoimagem do emissor e consequentemente a imagem do inimigo.

A extensa pesquisa empreendida pela autora no intuito de perceber os discursos dos anos 1930 no Brasil fornece instrumental teórico-metodológico para perceber as propostas produzidas na região que levam em consideração a visão dos grupos. Essas análises mais amplas de fenômenos políticos no Brasil evidenciam questões de relevância que nortearam estudos posteriores, porém não aprofundaram em especificidades para a compreensão de movimentos político-sociais locais.

A historiografia tem-se mostrado interessada em pesquisas de cunho local, e, com isso, o integralismo tem ganhado seu espaço. Exemplo dessas novas abordagens é a análise dos *camisas-verdes* em Rio Claro (SP), a “primeira cidade integralista” do país. Na tese de doutoramento, *Anauê Paulista: um estudo sobre a prática política da primeira 'cidade integralista' do estado de São Paulo (1932 - 1943)*, defendida em 2007, Beatriz Brusantin busca discutir as práticas políticas da AIB local. Através de documentação policial, da imprensa e das Atas do núcleo da AIB de Rio Claro (SP), a autora visa compreender as relações dos *verdes* com o sindicato ferroviário local e a Igreja Católica no período.

Já Giselda Brito, em *Estudos do Integralismo no Brasil* (2007), mostra as diversas perspectivas e possibilidades de estudos desenvolvidos no país sobre o tema, destacando que de comum entre eles está o olhar focado em questões locais e suas especificidades. Em artigo visando entender os pilares discursivos do integralismo em Pernambuco, indica que os discursos integralistas foram assimilados pela elite pernambucana, devido muito mais ao peso do espiritualismo integralista do que a ideia de fascismo ou de pátria.

No caso específico da Bahia, têm surgido estudos que focam no integralismo como tema central de suas análises. Laís Mônica Reis Ferreira, em *Integralismo na Bahia: gênero, educação e assistência social em O Imparcial (1933- 1937)*, publicado em 2009, busca evidenciar o papel assistencialista do integralismo em Salvador como forma de inserção social. Tendo a imprensa como fonte, principalmente o noticiário do jornal *O Imparcial*, a autora analisa as obras desenvolvidas pelas *blusas-verdes*, mulheres integralistas tidas como exemplos de guardiãs do lar e da pátria.

Além do trabalho de Laís Ferreira, outras pesquisas sobre o integralismo lançam mão da documentação hemerográfica para mergulhar no universo autoritário de então.

A dissertação de Amélia Saback Alves Neta analisa a ação política e doutrinação dos integralistas em Serrinha e Alagoinhas. Tendo como fonte primordial o jornal *O Serrinhense*, de propriedade do chefe do núcleo local, Bráulio de Lima Franco, demonstra a missão da imprensa integralista empenhada em doutrinar os adeptos do sigma e arregimentar pessoas a aderirem ao movimento. A autora analisa o integralismo em uma localidade mais distante do eixo decisório da política estadual. Nesse quesito, torna-se uma das primeiras pesquisas sobre o tema para além da capital do estado.⁴

Por sua vez, Jacira Primo, em tese de doutoramento, discute as relações entre os integralistas e as instâncias de poder na Bahia na década de 1930, principalmente os embates entre os *camisas-verdes* e o poder estadual, que naquele momento estava nas mãos de Juracy Magalhães. A autora demonstra que o movimento teve peso político notável, o que chegou a incomodar o governador, fazendo com que este procurasse combater veementemente os adeptos do sigma.⁵ Por sua vez, David Rehem, em dissertação de mestrado, procura evidenciar a questão do antissemitismo presente nos discursos integralistas veiculados nas páginas de dois jornais da capital do estado, sendo eles *O Imparcial* e o *Diário de Notícias*.⁶

O ponto que liga os trabalhos citados, além da temática, é a utilização sistemática da imprensa periódica como fonte primordial para o desenvolvimento das pesquisas.

Examinar o integralismo na Bahia requer uma busca por fontes diversas, e nesse aspecto, pode-se tomar conhecimento detalhado da origem e desenvolvimento dos *camisas-verdes* no sul da Bahia, através da imprensa periódica, em especial nos periódicos que circulavam em Ilhéus e Itabuna, normalmente ligados a partidos ou grupos políticos. Os integralistas tiveram inserção nos diversos meios sociais, e a imprensa foi um espaço privilegiado, pois através dos jornais locais foi possível perceber a veiculação de discursos anti e pró-integralistas.

Apesar de esta dissertação basear-se principalmente em jornais como fonte de pesquisa, não foi possível analisar um periódico de perfil integralista. Há citações esparsas da possível existência de um jornal da AIB em Itabuna, denominado *O Sigma*.

⁴ ALVES NETA, Amélia Saback. *Os Verdes às Portas do Sertão: doutrina e ação política dos integralistas na Bahia (1932 – 1945)* Dissertação (Mestrado em História) – UNEB, Sto. Antonio de Jesus - BA, 2012.

⁵ PRIMO, Jacira Cristina Santos. *Nas Fileiras do Sigma: os integralistas e a política brasileira na década de 30*. Tese de doutoramento. Salvador: UFBA, 2013.

⁶ REHEM, David Costa. *“As Forças Secretas da Revolução”: antissemitismo verde-oliva na Bahia*. Dissertação em História. Feira de Santana: UEFS, 2011.

Em *O Intransigente* é noticiado que teria sido lançado o primeiro número em dezembro de 1935, seria um hebdomadário. No entanto desaparece qualquer referência sobre números posteriores e não foi encontrado nenhum exemplar, o que desautoriza afirmar com precisão quanto tempo durou suas edições.⁷

Em Ilhéus circulava nos anos 1930, o jornal *Diário da Tarde*, constituído em 1928, circulou até 1999. Fundado por Francisco Dórea, comerciante na região, juntamente com Eusínio Lavigne e outros sócios, o periódico tinha como redator chefe o jornalista Carlos Monteiro, que assumiu a função quando Eusínio se tornou prefeito após a Revolução de 1930. Com características liberais, o jornal apoiou a candidatura de Vargas nas eleições de 1930, vibrou com a vitória da Revolução e posteriormente se colocou como órgão do *Partido Social Democrático* (PSD) durante os anos 1930.

Já em Itabuna, dois jornais se destacavam: *A Época*, fundado por Gileno Amado para ser órgão do Partido Republicano Democrático local, ou da facção *peçoísta* (do coronel Antonio Pessoa) como era mais conhecido. O periódico circulava três vezes por semana e esteve ligado ao PSD durante os anos 1930, quando Gileno Amado alinhou-se a Juracy Magalhães e a Getúlio Vargas, tornando-se inclusive secretário da fazenda estadual. Por essa época também circulava na cidade *O Intransigente*, fundado por Henrique Alves, rico coronel de cacau, ligado a facção *adamista* (do Coronel Domingos Adami de Sá). O jornal esteve a serviço da *Concentração Autonomista da Bahia*, durante os anos 1930.

Nos periódicos locais é possível perceber a veiculação de notas e artigos escritos por e sobre os integralistas. Com maior destaque para a inserção nas páginas de *O Intransigente*. As práticas integralistas foram acompanhadas de perto pelos periódicos na região. Somente no *Diário da Tarde* foram coletadas cerca de 350 notas que se referem ao movimento em âmbito nacional e mais 250 ao âmbito local. As alusões na imprensa, que remetiam direta ou indiretamente a AIB, chamam atenção por diversos motivos: primeiramente, demonstram que os integralistas foram muito bem articulados em torno dos núcleos existentes. Tendo Ilhéus se tornado a primeira cidade do Norte/Nordeste a receber o título de *Cidade Integralista* em 1935, concedido pelo chefe nacional do movimento, Plínio Salgado.⁸

As fontes nos mostraram também o alto grau de envolvimento social e político dos adeptos do *sigma*. Assim, os integralistas ocupavam a imprensa constantemente:

⁷ *O Intransigente*, 07 dezembro de 1935, p. 01.

⁸ *Diário da Tarde*, 11 de março de 1935, p. 01.

seja através de fundação de escolas, seja pela promoção de eventos sociais para arrecadar fundos, ou mesmo pela escrita de artigos veiculados nos periódicos. Por outro lado, as notícias também destacavam o engajamento e os embates políticos com grupos rivais, com destaque para os confrontos entre integralistas e aliancistas no ano de 1935 e a disputa nas eleições municipais que ocorreram em 1936, nas quais os integralistas demonstraram ser uma força considerável.

Tendo os jornais impressos como fonte privilegiada de análise nesta dissertação, foi possível compreender as funções exercidas pela imprensa, principalmente escrita, em relação aos jogos de poder nos anos 1930. Nesses jornais, os integralistas escreviam artigos, publicavam avisos e propagandas, debatiam polêmicas, e frequentaram as páginas policiais, principalmente nos momentos de tensão política como as eleições municipais de 1936 e os momentos posteriores ao golpe de 1937.

Outras fontes que serviram de baliza para a pesquisa são os documentos jurídico-policiais que envolveram integralistas da região, tais como os processos do Tribunal de Segurança Nacional, dentre eles está o processo 171 do TSN. Esse documento trata especialmente das atividades comunistas na região cacauzeira entre os anos 1930, com destaque para a investigação relativa ao lançamento de uma bomba na sede da AIB em Ilhéus, no qual constam diversos depoimentos e relatórios de pessoas envolvidas na trama.

Já os processos 720, 731 e 727, são posteriores ao golpe do Estado Novo e englobam as investigações sobre as atividades dos *camisas-verdes* em Ilhéus e Itabuna por ocasião do *putsch* integralista de 1938. Há ainda o processo 202 do TSN que se refere ao julgamento dos integralistas presos entre 1936/37 acusados de tramar um levante na Bahia e o assassinato do governador Juracy Magalhães. Nestes, constam diversos depoimentos de líderes locais, cartas, notícias de jornais e relatórios da polícia com informações acerca do funcionamento dos núcleos integralistas na Bahia, com especial destaque para os de Salvador e os de Ilhéus e Itabuna.

Além dessas fontes primordiais acima citadas, buscou-se apoio em outros documentos utilizados como memórias políticas, a exemplo do livro *O Homem e o Muro* (2009), do destacado integralista baiano Rubem Nogueira, e *Notas de um tabelião de Ilhéus* (2009), de Sá Barreto, observador privilegiado do integralismo na Bahia. Buscou-se também analisar as atas das câmaras de vereadores de Ilhéus e Itabuna entre os anos de 1936/37, pois as duas cidades tiveram vereadores integralistas atuantes nesse

momento. Por fim, busca-se discutir a quase completa ausência de citações sobre o movimento integralista em livros de memórias produzidos nessas duas cidades.

Esta dissertação está dividida em quatro capítulos que visam analisar a trajetória da AIB nas cidades de Ilhéus e Itabuna desde a sua fundação até pouco além de seu fechamento. Destaca-se que, apesar de uma vida agitada e muito bem articulada, o integralismo parece nunca ter existido no sul da Bahia para quem se propuser a ler a história através das obras memorialísticas. Assim, através deste estudo, procura-se compreender o papel desempenhado pelo movimento na política local nos anos 1930.

No primeiro capítulo, analisa-se a construção da região como espacialidade, sublinhando as características específicas e o papel que desenvolvem a literatura e a memorialística nesse empreendimento. Procura mostrar como se deu a elaboração da memória sobre o período, destacando-se os mitos fundadores e os discursos legitimadores das práticas políticas. A discussão sugerida se concretiza na análise das circunstâncias políticas, sociais e econômicas entre fins do século XIX e as primeiras décadas do século XX da sociedade cacaueira no período da formação da “burguesia cacaueira”, momento em que se verificam mudanças bruscas em decorrência da Revolução de 30. Nessa ocasião, assumiram as prefeituras da região, políticos alinhados a propostas liberais apregoadas pelos vitoriosos, o que tornou necessário um rearranjo dos grupos políticos locais para adequarem-se as novas configurações.

É nesse contexto que surge a Ação Integralista Brasileira (AIB) e fundam-se diversos núcleos em todo o Brasil. Nas cidades de Ilhéus e Itabuna, foram organizados respectivamente em 1934 e 1935 e tornaram-se centro de difusão da doutrina e propaganda integralista para toda a região. Discute-se como se deu a fundação e os primeiros momentos de organização dos *camisas-verdes* na região cacaueira. Procura-se traçar um perfil dos aderentes à nova doutrina, o lugar social e as origens familiares dos que ocupavam cargos de direção. Por outro lado, ressaltam-se os conflitos entre o movimento integralista e as autoridades constituídas e/ou grupos opositores, como é o caso dos *aliancistas*. Em uma série de circunstâncias em que entram em conflitos com as autoridades, os integralistas experimentaram situações muito delicadas, como no período em que o partido ficou proibido entre os anos 1936 e 1937 na Bahia. Abordam-se ainda as relações entre os *camisas-verdes* e a imprensa local, destacando que foram sempre tensas. Num primeiro momento, puderam expor seus ideais, principalmente no *O Intransigente*, mas foram sendo afastados à medida que as afinidades se desgastavam entre os adeptos da nova doutrina e os jornais pertencentes a políticos tradicionais.

Já no terceiro capítulo, a atenção volta-se para as articulações políticos-eleitorais dos membros da AIB. Os dilemas enfrentados em relação a aceitar o integralismo como movimento “revolucionário” por um lado, e partido sujeito às mesmas disputas com outras agremiações partidárias, por outro. São tratados nesta seção o lançamento de candidatos às prefeituras e câmaras de vereadores nos municípios da região, as campanhas, as lutas de rua e o posterior exercício do mandato dos vereadores eleitos pela AIB. Por fim, busca-se traçar um panorama dos momentos imediatamente anteriores à decretação do Estado Novo e o clima político em que se encontrava o país e a região sul da Bahia.

No quarto e último capítulo discute-se a implantação do Estado Novo, quando todos os partidos foram proibidos, inclusive o integralismo. Naquela conjuntura, os prefeitos que assumiram o executivo de Ilhéus e Itabuna eram oriundos das fileiras do *sigma*, o que sinaliza o caráter seletivo dos aliados e adversários do momento. Ficaram pouco tempo, e tiveram que enfrentar situações delicadas com a justiça após o levante por parte dos integralistas. Com a tentativa de tomada do Palácio da Guanabara em 1938, diversos integralistas foram presos no país. No eixo Ilhéus-Itabuna, muitos *camisas-verdes* foram acusados de participar da trama na região, e foram perseguidos pelas autoridades. Ao fim analisa-se como se deu a construção da memória sobre a AIB no sul da Bahia.

Capítulo I

Construção de uma região

Território de disputas

Os discursos sobre a formação da região sul da Bahia sempre trazem o mito de fundação como uma saga heroica de desbravadores que adentraram a mata, enfrentaram todo tipo de hostilidade, plantaram os “frutos de ouro” – o cacau – e criaram a “civilização regional”, a “nação grapiúna” ou o “país do cacau”. Essas noções têm a função de mostrar um território recortado por discursos que emergem de uma disputa. É o “butim de guerra” de um espaço do estado da Bahia. Esse espaço, com todas as suas variações, permanece vivo, sendo gerador e legitimador de outros discursos regionalistas.

Neste caso, a região é tomada como espaço socioeconômico com o desenvolvimento de uma sociedade e de suas relações. Os estudos sobre história e região têm ganhado lugar no debate historiográfico. Segundo Janaina Amado, o conceito de região “suruiu da necessidade do homem entender e ordenar as diferenças constatadas no espaço terrestre”, portanto, compreender as relações estabelecidas num nível local é parte importante do trabalho do estudioso da região.⁹

Conforme a autora, “(...) o estudo regional oferece novas óticas de análise do estudo de cunho nacional, podendo apresentar todas as questões fundamentais da História (...) a partir de um ângulo de visão que faz aflorar o específico, o próprio, o particular”. Assim, questões de cunho social, econômico, político e cultural podem fazer transparecer as peculiaridades de um mesmo fato que por vezes são tomados como homogêneo numa visão macro.¹⁰

Por outro lado, Rosa Maria Godoy salienta que não se deve tomar um recorte espacial definido *a priori* e entendê-lo como uma relação natural entre história e região. Como se fosse uma relação inexorável e imbricada num processo comum, linear e previamente definido. Cabe questionar a própria criação e utilização do conceito de

⁹ AMADO, Janaína. História e região: reconhecendo e construindo espaços. In: *República em Migalhas: História regional e local*. São Paulo: Marco Zero/ANPUH; Brasília: CNPq, 1990, p.10.

¹⁰ AMADO, Janaína. História e região: reconhecendo e construindo espaços. In: *República em Migalhas: História regional e local*. São Paulo: Marco Zero/ANPUH; Brasília: CNPq, 1990, p. 13.

região, bem como os interesses nele carregados.¹¹ Quando a autora fez seus questionamentos na década de 1990, afirmava que “praticamente, não existem reflexões sistematizadas sobre as várias abordagens que se tem dado à relação região-história nos trabalhos empíricos, e sobre as implicações epistemológicas e políticas de tais enfoques”. Para fugir deste lugar comum, propunha um debate sobre as diversas concepções de espaço e região que tomavam lugar na historiografia.¹²

As questões levantadas encontram eco em diversas pesquisas levadas a cabo nos últimos anos. Parte dos estudos e memórias sobre o sul baiano implicam nele a economia cacaueteira e o surgimento de “uma civilização” de forma a não levar esses questionamentos em consideração. Como se estivessem declarando e legitimando, a *posteriori*, que tal espaço geográfico estava fadado a formar a região cacaueteira. Assim, é necessário questionar os conceitos preestabelecidos por memorialistas, escritores e formadores dos discursos sobre a região. Neste caso, a explicação simples do conceito de “região cacaueteira” não nos parece suficientes para compreender as redes de relações, os espaços de fala e a construção da memória e da identidade regional.

Em *A Invenção do Nordeste* (1999), Durval Muniz de Albuquerque Júnior destaca que as construções discursivas para definir o que viria se chamar *Nordeste* no início do século XX eram estratégias constitutivas do regional. Os discursos são “uma fala produtiva”, pois “além de lançar mão de matérias e formas de expressão do sublunar, ele se materializa ao ser subjetivado por quem é estereotipado, ao criar uma realidade para o que toma como objeto”.¹³ A definição de região e a construção discursiva desta espacialidade empreendida pelo autor parecem mais apropriadas para as hipóteses levantadas aqui, segundo o qual “os discursos, vozes e imagens” são estratégias para se estereotipar o outro.¹⁴

Uma região é constituída na luta pelo domínio do espaço, que se fraciona. São “quinhões diferentes para os diversos vencedores e vencidos; assim, a região é o butim de uma guerra”.¹⁵ Sob esse ângulo, os discursos não são apenas uma visão da realidade, mas a constituição de algo que se materializa e se torna o real objeto sobre o qual se

¹¹ SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. Região e História: questão de método. In: *República em Migalhas: História regional e local*. São Paulo: Marco Zero/ANPUH; Brasília: CNPq, 1990, p.17.

¹² Idem, p. 17.

¹³ ALBUQUERQUE Jr. Durval Muniz de. *A Invenção do Nordeste e outras artes*. São Paulo: Cortez, 1999, p. 20.

¹⁴ ALBUQUERQUE Jr. Durval Muniz de. *A Invenção do Nordeste e outras artes*. São Paulo: Cortez, 1999.

¹⁵ ALBUQUERQUE Jr. Durval Muniz de. *A Invenção do Nordeste e outras artes*. São Paulo: Cortez, 1999, p. 26.

fala. Assim, a região cacaeira é o “butim de guerra” da fragmentação da antiga capitania de São Jorge dos Ilhéus.

A despeito dos conflitos, lutas, interesses e reveses de toda atuação política pelo poder e pela memória, a ideia de região recobrando o sul da Bahia foi construída, em parte da literatura, da memorialística e da historiografia, como espaço de progresso e harmonia, por um lado, e de conflitos e embates, por outro. Entre os discursos romanescos que mais se destacam sobre a formação social e econômica do sul da Bahia, estão os pronunciados por Adonias Filho (1915 – 1990) e Jorge Amado (1912 – 2001)¹⁶.

Com formação acadêmica, vivências e condições financeiras semelhantes, os autores tiveram percursos políticos e literários distintos, o que não os impediu de terem pontos em comum em suas narrativas literárias. Enquanto o primeiro apresentou uma vida muito mais voltada para o tradicionalismo político e religioso, o segundo escreveu suas principais obras alinhadas a uma visão crítica do social, deixando transparecer suas posturas políticas.

Adonias Filho denomina o sul da Bahia de “civilização regional” enquanto Jorge Amado a chama de “nação grapiúna”. A despeito das diferenças políticas e literárias, os dois estão construindo e constituindo uma realidade discursiva de um lugar de fala para que esse enunciado encontre eco entre os interlocutores a quem se dirigem. São falas, entre tantas outras, que ganharam destaque, por ser uma alocução homogeneizadora que suplanta outras experiências, outros embates, e se fixa como verdade.¹⁷

No livro *Sul da Bahia, Chão de Cacau: Uma Civilização Regional*, Adonias Filho não só define, já no título da obra, o que caracterizaria a região Sul (o cacau), como também enuncia que há uma civilização independente e até mesmo

¹⁶ Jorge Amado (1912 – 2001) nasceu em uma fazenda em Itabuna e passou a maior parte de sua infância e adolescência no município de Ilhéus. cursou direito no Rio de Janeiro e desde cedo se destacou como importante escritor, engajando-se nas discussões sociais, aproximou-se do comunismo e entrou para as fileiras do PCB. Parte de sua obra, principalmente as primeiras, é enquadrada no que alguns autores classificam como “regionalismo engajado”, onde este faz duras críticas ao mandonismo nas terras do cacau; Adonias Filho (1915 – 1990) Oriundo de família detentora de grandes fazendas de cacau. Nasceu em Itajuípe (BA). Filho de um antigo “desbravador”, conta que quando seu pai morreu lhe deixou uma herança de 14 fazendas produtivas. A formação dele o tornou um tradicionalista católico, ligado ao integralismo nos anos 1930 por intermédio de seu pai. Teve, durante toda sua trajetória, uma ligação com a direita e o tradicionalismo católico. É um dos destaques da literatura regional.

¹⁷ Entre as obras de Jorge Amado, várias versam sobre o mundo do cacau, destacamos duas em especial: *Terras do Sem Fim* e *São Jorge dos Ilhéus*; Em Adonias Filho, poderíamos destacar, além do *Sul da Bahia: chão de cacau – uma civilização regional*, que é um “ensaio sociológico”, uma trilogia composta por *Servos da Morte*, *Memórias de Lázaro*, e *Corpo Vivo*.

autossuficiente.¹⁸ Esse texto é uma referência de análise sobre os discursos proclamados em relação à formação econômica e social do sul da Bahia:

A penetração, [do cacau] a aproveitar um solo e um clima organicamente feitos para ele, seria lenta por imposição da resistência da selva e das matas. O desbravamento e a conquista, a provocarem o plantio e a colheita, a reclamarem o comércio e a exportação de tal modo cortaram o Império, que a infraestrutura econômica apenas pode concretizar-se nos fins do século passado [XIX]. Aí, em todo esse tempo, nas funduras das grandes florestas, em todo o que foi uma guerra contra a natureza, gerou-se uma violenta saga humana no ventre mesmo da selva tropical.¹⁹

A fala é reveladora de muitos significados presentes no mito de origem da monocultura cacauzeira. De imediato, se destaca a inexorabilidade do destino da região, “o solo e o clima” foram feitos especialmente para o cacau, como se a natureza já estivesse à espera dos desbravadores e do plantio, mas por questões de infraestrutura, teria demorado de acontecer. A penetração foi lenta por causa da resistência da mata, o que tornou a empreitada dos *desbravadores* que conquistaram a selva a fogo, pólvora e machado, mais gloriosa. Mesmo que o clima e o solo tenham sido feitos para o cacau, a saga no ventre da floresta é o que torna os aventureiros, e posteriormente os coronéis, merecedores da distinção do poder e prestígio que lhes são designados, segundo o romancista.²⁰

Na literatura *amadiana*, apesar de tomar personagens muito próximos dos trabalhados por Adonias Filho, a crítica social é uma constante desde a sua primeira obra, *O país do carnaval* (1931), que teve grande aceitação e foi publicada em outros idiomas. Amado publicou ainda na década de 1930 outros romances de crítica social, entre eles *Cacau* (1933), *Suor* (1934), e *Jubiabá* (1935). Em *Cacau*, critica as condições dos trabalhadores, em especial da região cacauzeira, ao mesmo tempo em que identifica certo ímpeto revolucionário nascente no seio dos trabalhadores explorados pelos coronéis.²¹

Na década de 1940, com o lançamento dos livros *Terras do Sem fim* e *São Jorge dos Ilhéus*, Jorge Amado constrói uma saga acerca da derrubada da mata para o plantio

¹⁸ ADONIAS FILHO. *Sul da Bahia: chão de cacau* (uma civilização regional). 3ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

¹⁹ ADONIAS FILHO. *Sul da Bahia: chão de cacau* (uma civilização regional). 3ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007, p. 10.

²⁰ ADONIAS FILHO. *Sul da Bahia: chão de cacau* (uma civilização regional). 3ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007

²¹ DUARTE, Eduardo Assis. *Jorge Amado: romance em tempo de utopia*. Rio de Janeiro: Record, 1996.

do cacau e a construção da “nação grapiúna”. Os dois livros foram lançados em um curto espaço de tempo (entre 1943 e 1944) e compreendem uma mesma história que se inicia com a chegada dos primeiros exploradores ao sul da Bahia até os anos 1930. Está contida na narrativa a exploração dos trabalhadores pelos coronéis (tidos como homens bravios, mas ingênuos) e a consequente tomada de suas terras pelo capital internacional, numa jogada das grandes companhias internacionais de exportação sob o comando dos alemães e dos americanos.

Em *Terras do Sem Fim*, Jorge Amado procura demonstrar a saga inicial da formação da sociedade cacaueira ambientado na segunda metade do século XIX. Desenvolveu uma narrativa que prima por demonstrar o domínio da mata pelos desbravadores e a exploração dos trabalhadores. No romance *amadiano* a natureza também se torna bela e hostil, amedrontando os trabalhadores, e o mundo real se confunde com o mítico. Os mistérios da mata se tornam apavorantes, mas diante da possibilidade de dominar a natureza, enriquecer e aumentar os seus domínios, os coronéis enfrentam a selva de *parabellum* na mão, à frente dos trabalhadores, como Juca Badaró:

Também ele estava ante a mata, também ele viu os raios e ouviu os trovões, escutou o miado das onças e o silvo das cobras. Também seu coração se apertou com o grito agourento do corujão. Também ele sabia que ali moravam assombrações. Mas Juca Badaró não via na sua frente a mata, o princípio do mundo. Seus olhos estavam cheios de outra visão. Via a terra negra, melhor terra do mundo para o plantio do cacau.²²

Os Badarós são personagens centrais nessa trama. É através de Sinhô Badaró e de seu irmão mais novo, Juca Badaró, que se percorrem os primeiros tempos da sangrenta guerra travada contra o coronel Horácio da Silveira pela posse, derrubada da mata e plantio de cacau em *Sequeiro Grande*. Para Eduardo de Assis Duarte há aí uma ligação clara entre a ficção e o desejo de expressar “as etapas de nosso desenvolvimento econômico e social” que traça um princípio de movimento e “busca recriar poeticamente uma parcela da evolução histórica do país”, o que ele denomina “realismo e etapismo”.²³

²² AMADO, Jorge. *Terras do Sem Fim*. 41ª Ed. Rio de Janeiro: Record, 1981, p. 53 – 54.

²³ DUARTE, Eduardo Assis. *Jorge Amado: romance em tempo de utopia*. Rio de Janeiro: Record, 1996, p. 145.

Em discurso de recepção a Adonias Filho na Academia Brasileira de Letras, Jorge Amado assim descreve o período: “volto os olhos para os dias de infância e vejo os coronéis à frente dos cabras partindo para derrubar a mata e plantar a lavoura nova. Foi violenta e bela essa saga de machos, essa conquista da terra”. E, destaca os seus progenitores: “vejo entre eles a Adonias Aguiar, a João Amado de Faria. Construíram um país e uma cultura, seu sangue floresce em campos e cidades”.²⁴ E assim, tenta imaginar como os coronéis encarariam os seus filhos sendo intelectuais importantes:

Que diriam os coronéis do cacau. Senhor Adonias Filho, aqueles que matavam e morreram para plantar a terra, ao ver-nos aqui (...) membros da Academia Brasileira? Os seus meninos, que eles desejavam doutores, médicos, advogados ou engenheiros, sugaram ao nascer o seio da violência desatada, da indômita coragem e da vida vivida enfrentando a morte; assim, cresceram mais do que eles pediram e esperaram, e, em vez de bacharéis, foram escritores, criadores de vida.²⁵

É uma fala de vencedor, ao mesmo tempo em que se vangloria dos seus feitos, despreza o adversário. O discurso de Jorge Amado foi em 1965, momento em que ele já estava distanciado do PCB e também dos livros *Terras do Sem Fim* e *São Jorge dos Ilhéus*. Nestas obras, escritas quando o autor tinha uma ligação com o comunismo, o coronel não é tratado como um herói, certamente é tratado como “cabra macho e valente”, mas não como herói. E seus filhos não são tratados como doutores bem sucedidos, mas como pessoas perdulárias, irresponsáveis e degenerados. Exemplo é o caso do filho do coronel Horácio da Silveira (*São Jorge dos Ilhéus*) que, indo estudar em Salvador, volta para Ilhéus somente para gastar o dinheiro do pai e viver em farras intermináveis regadas a bebidas e drogas.

O heroísmo dos desbravadores é destaque nas narrativas literárias, mas é também na memorialística regional. Essas memórias seguem sempre um padrão: destaca-se a pobreza da região antes do cacau, o papel dos desbravadores e a derrubada das matas, a formação de povoados e cidades, os principais órgãos administrativos e religiosos, com dados estatísticos para endossar a fala e completa com o saudosismo dos tempos de bravura dos “coronéis”. Os nomes dos desbravadores e seu moral elevado estão sempre presentes.

²⁴ ADONIAS FILHO; AMADO, Jorge. *A Nação Grapiuna: Adonias Filho na academia*. Rio de Janeiro: Ed. Tempo Brasileiro, 1965, p. 32 e 33.

²⁵ ADONIAS FILHO; AMADO, Jorge. *A Nação Grapiuna: Adonias Filho na academia*. Rio de Janeiro: Ed. Tempo Brasileiro, 1965, p. 31.

No livro *Ensaio Históricos de Itabuna: o jequitibá da taboca*, do memorialista Manoel Bomfim Fogueira, escrito em 1960 em comemoração ao cinquentenário de emancipação do município, essa estrutura narrativa já aparece, e o mito de origem toma lugar:

A história de Itabuna começa pelo advento de Ilheenses, sertanejos e sergipanos aqui em seus derredores, onde se instalaram, criando fazendas de cacauzeiros.

(...)

É justo, é justíssimo mesmo que o homem procure viver lutando por sua felicidade, repudiando por certo modo o infortúnio. Destartes, deixa a terra onde nasceu, indo para outra de seus sonhos.

Animados nestes propósitos, aqui chegaram tantos quantos fizeram aberturas de lugares nas matas, desbravando-as para plantações de cacauzeiros.²⁶

A passagem acima remete à narração dos primeiros tempos de uma cidade sul baiana baseada na memória de um descendente dos “desbravadores”. Ele destaca e traz para junto a si o mito de origem onde “ilheenses, sertanejos e sergipanos” foram os fundadores, criadores de fazendas de cacau. Enuncia também a justeza de suas intenções, a busca da “felicidade” e dos “sonhos”, mas, para alcança-los, fazia-se necessário desbravar as matas para plantar cacau. No mesmo espaço, após o discurso de fundação, o autor enumera uma série de fazendas e os pioneiros, ou “desbravadores” que foram seus donos. A fala da fundação de Itabuna é a fala de fundação da região cacauzeira.

Nesta obra, já na introdução, o autor avisa que estava escrevendo aquelas memórias para “recordar aos velhos as realizações verdadeiras dos antepassados” e por este meio, incutir “no espírito dos mais moços o amor a terra e a reverência à memória dos fundadores dessa cidade”.²⁷

O autor afirma que o primeiro *itabunense* foi um sergipano que migrou para a região e se embrenhou no meio da mata em busca de terras férteis para plantar roça. Felix Severino do Amor Divino e outro sertanejo fizeram uma abertura na mata e se instalaram no que hoje seria o núcleo urbano da cidade:

Sozinhos, neste dito lugar ermo, como teriam eles contemplado aquele cenário?...a mata, os caboclos e as feras eram seus únicos vizinhos,

²⁶ FOGUEIRA, Manoel Bomfim; GONÇALVES, Oscar Ribeiro. *Ensaio Históricos de Itabuna: o jequitibá da Taboca, 1849 a 1960*. Ilhéus, BA: Editus, 2.ed. 2011, p, 31.

²⁷ FOGUEIRA, Manoel Bomfim; GONÇALVES, Oscar Ribeiro. *Ensaio Históricos de Itabuna: o jequitibá da Taboca, 1849 a 1960*. Ilhéus, BA: Editus, 2.ed. 2011.

mais além outeiros hirsutos, reduzindo-lhes o horizonte, mais ao lado corre o rio Cachoeira no meio do qual se divisam ilhas com matas incultas, árvores cujas copas se entrelaçavam numa selvatiqueza rude, um céu pincelado de nuvens escuras quase sempre a chover. No deslumbramento deste espetáculo irradiava a luz solar como a flor da esperança na vibração da mocidade²⁸

Os discursos de formação da “região cacauêira” foram, durante muito tempo, dependentes das memórias dos vencedores. A escrita da história da região, em parte, seguiu a literatura e somente nas últimas décadas do século XX foi dado algum destaque aos períodos anteriores à economia cacauêira. Ainda assim, é muito comum, de forma especial entre memorialistas, aproveitar esses períodos apenas como um momento que levaria ao desenvolvimento da cultura cacauêira. Funciona como se a região, espacial e socialmente, ansiasse por esse momento, quando enfim, o destino reservado pelo acaso encontrasse o seu lugar de assento. Segundo Marcelo Lins, “nos escritos deixados por cronistas, notícias dos viajantes que visitaram a região, ou estudiosos, ficaram registrados o atraso e a pobreza das populações que viviam na área”.²⁹

Mas, para o historiador Marcelo Henrique Dias, as relações econômicas estabelecidas pela antiga capitania entre os séculos XVI e XVIII demonstram que, ao contrário do que nos faz acreditar as obras memorialísticas e parte da historiografia, existia sim uma finalidade econômica da antiga capitania, qual seja, abastecer o mercado interno de farinha, madeira e outros produtos.³⁰ Segundo o autor, “os discursos presentes nos relatórios e nas representações que a elite local remetia para as autoridades coloniais e reinóis” eram cheios de lamúrias e declaravam situação de penúria como forma de escapar do fisco.³¹

A primeira pesquisa conhecida com densidade sobre a história da região de Ilhéus foi o livro intitulado *Crônica da Capitania de São Jorge dos Ilhéus*, do escritor Silva Campos. Contratado pela prefeitura de Ilhéus na década de 1930 escreveu a obra que se tornou marco da memorialística regional. Escrito em linguagem simples, com

²⁸ FOGUEIRA, Manoel Bomfim; GONÇALVES, Oscar Ribeiro. *Ensaio Histórico de Itabuna: o jequitibá da Taboca, 1849 a 1960*. Ilhéus, BA: Editus, 2.ed. 2011. p. 40/41

²⁹ LINS, Marcelo da Silva. *Os Vermelhos nas Terras do Cacau: a presença comunista no sul da Bahia (1935-1936)*. Dissertação de Mestrado em História, UFBA, Salvador, 2007, p. 31

³⁰ DIAS, Marcelo Henrique. *Farinha, Madeiras e Cabotagem: a Capitania de Ilhéus no antigo sistema colonial*. Ilhéus: Editus, 2011.

³¹ DIAS, Marcelo Henrique. *Farinha, Madeiras e Cabotagem: a Capitania de Ilhéus no antigo sistema colonial*. Ilhéus: Editus, 2011. p. 33.

uma narrativa corrida, a obra trata desde os primeiros tempos da capitania até a década de 1930. A gama de informações elencadas é enorme, com muitos dados e números ao longo do tempo, mas com especial destaque para o período da ascensão da economia cacaueira. Afinal, o contrato para escrever a obra era justamente demonstrar a “grandeza” de Ilhéus naqueles anos e como o “destino” tinha reservado um lugar especial para a outrora fracassada capitania.³²

O mito fundador da região cacaueira se apropria de diversos discursos que se juntam e formam uma lógica legitimadora do autoritarismo coronelístico. Tal discurso é justificador da violência como algo “necessário” para o desenvolvimento da região. Há nas memórias uma espécie de ponto de concordância em que o território sul da Bahia era uma área a espera da cultura cacaueira. A consciência grapiúna parece assentar-se sobre discursos repetidos, que por vezes são lamentados pela falta de continuidade. O memorialista Adelindo Kfourir, queixando-se, diz que: “infelizmente não existem mais sucessores dos verdadeiros coronéis de nossa terra que tenham perpetuado suas convicções políticas (...) morreram e foram enterrados com os próprios coronéis grapiúnas as linhas coerentes políticas dessa terra”.³³

É uma fala saudosista que demonstra apego aos antepassados. Nesse sentido, conforme sugere Michael Pollack, a memória assume uma responsabilidade geradora e constituidora, é “constituente de sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante no sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si”. Assim, “cada vez que a memória está relativamente constituída, ela efetua um trabalho de manutenção, de coerência, de unidade, de continuidade da organização”.³⁴

Nesse caso, os memorialistas identificam uma desorganização na época em que vivem e reclamam as origens constituintes da “nação grapiúna”. Uma memória elaborada e coerente com a ideia de legitimação e organização contra aqueles que pretendem destruí-la. O período de ascensão da economia cacaueira coincide com os tempos finais da monarquia e a Primeira República no Brasil.

³² CAMPOS, João da Silva. *Crônica da capitania de São Jorge dos Ilhéus*. Ilhéus-BA: Editus, 2006.

³³ SILVEIRA, Adelindo Kfourir. *Itabuna: Minha Terra*. 2ª Ed. Itabuna: Gráfica Santa Helena, p. 15.

³⁴ POLLACK, Michael. *Memória e Identidade Social*. In: Revista Estudos Históricos, vol. 05, n. 10. p. 200 – 2012, Rio de Janeiro: 1992, p. 205.

A região cacaueira no contexto da Primeira República

Quando da extinção do trabalho escravo no Brasil e a implantação da República, em fins do século XIX, a lavoura cacaueira estava em plena expansão no sul da Bahia, sendo esse o momento de formação de vilarejos, arraiais e cidades. É nesse cenário que Adonias Filho situa a passagem da figura do desbravador para a do coronel.³⁵

Os números são demonstrativos das mudanças que se processavam. A exportação de cacau era de 3.500 toneladas ao ano, ante 26 toneladas exportadas em meados de 1830.³⁶ A população da região aumentou em média 6% ao ano entre 1890 e 1920, e 3% entre 1920 e 1940, quando se estabilizou a migração devido ao esgotamento de possibilidades de ocupação das terras para a exploração. Em 1872 – entre livres e escravos – existiam 60 mil pessoas vivendo na zona cacaueira, no ano de 1907 o número saltou para 216 mil.³⁷

Esse crescimento demográfico ocorreu principalmente por meio de migrantes pobres atraídos por promessas de enriquecimento rápido e abundância de terras. Esses trabalhadores buscavam estabelecer-se em terras devolutas ou abrir clareiras na mata selvagem, onde pudessem começar uma nova vida. Ao fim do século XIX, na região do cacau, a principal cidade era Ilhéus. Apesar de ser o centro político e econômico do sul da Bahia, não se mostrava uma cidade florescente com acesso a serviços de uma sociedade “civilizada”. Quando o cronista Silva Campos escreveu sua extensa obra sobre Ilhéus, trazendo informações desde os tempos coloniais até os anos 1930, buscou traçar um caminho que levaria inevitavelmente à grandeza e à opulência da sociedade do cacau. Citando um conferencista chamado J. Cardoso, afirma que em fins do século XIX:

Ilhéus era ainda uma presa e vibrava sob a influência nefasta das mais violentas e cruéis paixões políticas. As figuras mais representativas não agiam senão sempre orientadas (...) ao calor e ao impulso da preocupação obsessora de lutas de competição partidária. E não o eram assim, senão por força de defesa própria.³⁸

³⁵ Adonias Filho. *Sul da Bahia: Chão de cacau (uma civilização regional)*. 3ªEd. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

³⁶ RIBEIRO, André Luis Rosa. *Família, Poder e Mito: O Município de São Jorge dos Ilhéus (1880-1912)*. Ilhéus: Editus, 2001. p.153.

³⁷ LINS, Marcelo da Silva. *Os Vermelhos nas Terras do Cacau: a presença comunista no sul da Bahia (1935-1936)*. Dissertação de Mestrado em História, UFBA, Salvador, 2007, p. 37.

³⁸ CAMPOS, João da Silva. *Crônica da capitania de São Jorge dos Ilhéus*. 3ª Ed. Ilhéus-BA: Editus, 2006, p. 441.

Ilhéus tanto era uma cidade pequena, provinciana, como também violenta, tacanha, que se perdia na crueldade das paixões políticas. É esta a visão que Silva Campos dá da cidade. Nesse momento, Itabuna e arredores ainda eram distritos ou povoados e as paixões políticas de Ilhéus se refletiam nas demais localidades. A fala do cronista encontra acolhida na literatura e na memória que visa engrandecer o papel dos coronéis do cacau. Há uma ideia geral de que havia lutas ferrenhas, mas eram justificadas como sendo algo em defesa própria, devido aos problemas enfrentados.

Adonias Filho, com posicionamentos tradicionais e em defesa dos coronéis, reconhece que estes foram violentos numa época passada. Tal atitude se impunha devido às necessidades externas, pois a violência não seria da índole do desbravador. Afirmar que surpreende que “esse *coronel*, um desbravador ele próprio ou dele filho, ainda muito perto de um tempo selvagem, se integrasse em normas morais que apenas excepcionalmente o fariam reagir com violência”.³⁹ O escritor não demonstra como esses coronéis poderiam aceitar as regras democráticas. Segundo ele, “o coronel, quer em consequência das origens democráticas de sua formação ou quer em consequência das condições da fazenda de cacau, sempre preferiu a lei à violência”.⁴⁰ Cada vez que se avança na leitura das obras de Adonias Filho, o leitor é surpreendido pelas suas afirmações, em geral, destoantes da pesquisa histórica.

Com a Proclamação da República e a consequente federalização de responsabilidades, a regularização de terras ficou a cargo dos estados. A Bahia criou legislação para regulamentar as posses ocorridas até 1891, tendo o sul do estado concentrado 70% dos pedidos de regularização entre 1898 e 1930, com cerca de 10 mil processos.⁴¹ Essa “corrida do ouro” foi impressionante. Angelina Garcez diz que “em nenhum outro lugar ocorreu um fenômeno semelhante com tal intensidade: uma corrida às terras com todas as características de descoberta do ouro, dada a aceleração com que

³⁹ ADONIAS FILHO. *Sul da Bahia: chão de cacau (uma civilização regional)*. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007, p. 80.

⁴⁰ ADONIAS FILHO. *Sul da Bahia: chão de cacau (uma civilização regional)*. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007, p. 81.

⁴¹ LINS, Marcelo da Silva. *Os Vermelhos nas Terras do Cacau: a presença comunista no sul da Bahia (1935-1936)*. Dissertação de Mestrado em História, UFBA, Salvador, 2007, p. 37.

se processa e a multiplicidade dos sujeitos que participam do empreendimento”.⁴² Há um canto de glória tanto na literatura, quanto na memória que se processa a partir desta.

Diante de crescimento tão admirável e da concentração de terras na região, “os sinais de riqueza eram acompanhados dos sinais de pobreza, não só nas ruas e praças de Ilhéus, como também nas rotas e caminhos da região”.⁴³ Em 1904, o cacau toma a dianteira das exportações da Bahia, ultrapassando o recôncavo açucareiro, e se tornando a principal fonte de arrecadação de impostos do estado. No geral, o cacau representou 40% do recolhimento de impostos estaduais na Primeira República, chegando a 53, 5% em 1927, o auge dessa saga feita a ferro, fogo e machado.⁴⁴

Durante a Primeira República, dois grupos políticos disputavam os postos de mando em Ilhéus: *Adamistas* e *Pessoístas*, que levavam estes nomes por estarem ligados às duas figuras proeminentes da política ilheense. O primeiro em referência ao coronel Domingos Adami de Sá, e o segundo ligado ao coronel Antonio Pessoa da Costa e Silva (sendo, respectivamente, federalistas e constitucionalistas). Em tese, esses grupos representavam interesses políticos distintos. Contudo, as suas querelas eram de cunho regional e voltadas para as questões locais, um fragmento de política, uma briga interna pelo comando de Ilhéus e consequentemente da região do cacau.

O coronel Adami era o representante do tradicionalismo político, herdeiro de família latifundiária e dona de escravos que governou o município “quase que ininterruptamente durante o século XIX e início do XX”.⁴⁵ Mas, com a ascensão de J. J. Seabra ao governo estadual em 1912, esse poderio foi quebrado e o grupo do Coronel Pessoa assumiu o comando político de Ilhéus. O que era de suma importância, pois significava “controlar as máquinas administrativa, policial e jurídica, vitais numa região onde sempre inexistiu qualquer prática democrática”.⁴⁶

⁴² GARCEZ, Angelina Nobre Rolim. *Mecanismos de Formação da Propriedade Cacaueira no Eixo Itabuna/Ilhéus - 1890-1930: Um Estudo de História Agrária*. Salvador: UFBA, (Dissertação de Mestrado em Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, 1977), p. 21

⁴³ FREITAS, Antonio Fernando Guerreiro de; PARAÍSO, Maria Hilda Baqueiro. *Caminhos ao encontro do mundo: a capitania, os frutos de ouro e a princesa do Sul, Ilhéus 1534-1940*. Ilhéus: Editus, 2001, p. 136.

⁴⁴ FREITAS, Antonio Fernando Guerreiro; PARAÍSO, Maria Hilda Baqueiro. *Caminhos ao Encontro do Mundo: a capitania, os frutos de ouro e a princesa do sul – Ilhéus 1534-1940*. Ilhéus-BA: Editus, 2001. No livro os autores procuram identificar as causas do sucesso e do relativo fracasso posterior da economia cacaueira, mais especificamente da burguesia que se formou nessas terras, que abandonando a sua origem humilde, já na primeira geração posterior ao desbravamento teria se transferido para grandes cidades, Rio, São Paulo e Salvador, em busca de estudo e de prestígio social.

⁴⁵ RIBEIRO, André Luiz Rosa. *Memória e Identidade: reformas urbanas e arquitetura cemiterial na região cacaueira (1880 – 1950)*. Ilhéus-BA: Editus, 2005, p 40.

⁴⁶ FALCÓN, Gustavo. *Os Coronéis do Cacau*. Salvador: Ianamá. 1995, p. 99.

As brigas políticas entre os *adamistas* e os *pessoístas* eram lutas entre a mesma categoria, os donos do poder. Com base nesses embates foi construído o mito fundador da região cacaueira, um elogio aos novos ricos e uma crítica às famílias tradicionais estabelecidas desde há muito. O novo grupo, liderado pelo coronel Antonio Pessoa, fundou o primeiro jornal de Ilhéus, o *Gazeta de Ilhéos* para servir de órgão de imprensa do grupo e foi o porta-voz e espaço privilegiado para enunciação de seus discursos.

A divisão entre os novos ricos e as famílias tradicionais que lutavam pelos domínios da região cacaueira da Bahia aparecia, como um ponto central de divisão entre os interesses políticos. Se o coronel Domingos Adami de Sá era o representante do tradicionalismo e o principal mandatário de fins do século XIX e início do XX, este encontrou no coronel Antonio Pessoa um adversário à altura. O coronel Pessoa após sua chegada ao poder em 1912 buscou criar a ideia de que enriquecera com esforço próprio e era o representante dos novos ricos na região. “Tentou criar uma relação de identidade entre o seu partido e os pequenos fazendeiros e comerciantes, na maioria afro-brasileiros, que tinham impulsionado a fronteira oeste na segunda metade do século XIX”.⁴⁷

As lutas que se desenvolviam em Ilhéus se refletiam em Itabuna. O coronel Henrique Alves, ligado ao coronel Adami era o representante da facção *adamista* em Itabuna. Representante do *pessoísmo* estava Firmino Alves, sobrinho do fundador do arraial de Itabuna. Já na década de 1920 as disputas locais ficavam entre Henrique Alves e Gileno Amado, que representavam os poderes oligárquicos e buscavam o controle do município com medidas não tão democráticas quanto faz supor parte dos memorialistas.

Eul Soo Pang, analisando o coronelismo na Bahia entre fins do século XIX até meados do XX, afirma que “a violência e a intriga continuavam sendo os principais instrumentos políticos, e nenhum homem emergiu, na década de 1920, como único senhor regional”. Mas destaca que os filhos dos coronéis começaram a ingressar na política, pois a monocultura exigia nesse momento muito trabalho legal. Assim, “Astor e Mário (filhos de Antonio Pessoa), Gileno Amado (genro de Misael Tavares) e Ramiro e Epaminondas (filhos de Ramiro Idelfonso Araújo de Castro) vieram a representar os interesses cacaueiros na política municipal, estadual e federal”. Logo após citar algumas das principais figuras que tiveram destaque depois dos anos 1930 na política, o autor faz

⁴⁷ RIBEIRO, André Luiz Rosa. *Memória e Identidade: reformas urbanas e arquitetura cemiterial na região cacaueira (1880 – 1950)*. Ilhéus-BA: Editus, 2005, p. 55.

uma afirmação que contradiz com o enunciado anterior. Declara que “com apenas 30 anos de distância da violência, do banditismo e do crime” essa nova geração de políticos de Ilhéus e Itabuna “tinha maneiras requintadas, aparência fina e era filosoficamente conservadora”.⁴⁸

É contraditório afirmar que a violência e a intriga continuavam sendo instrumentos políticos e logo depois dizer que havia trinta anos de distância da violência, do banditismo e do crime. Mas, o destaque para figuras como Mário Pessoa e Gileno Amado demonstra que a segunda geração dos coronéis soube, de certa forma, se adequar aos novos tempos após a Revolução de 1930. Os dois foram presos pelos revolucionários em 1930, mas acabaram assumindo papel de destaque e de apoio no novo regime. Mário Pessoa governou Ilhéus durante o Estado Novo (1937-1945) e Gileno Amado tornou-se secretário da fazenda da Bahia durante o governo de Juracy Magalhães.

É possível notar que, apesar de todo esforço feito pela “burguesia cacauêira”, formada por novos e velhos ricos, a despeito de sua “índole democrática”, o que prevaleceu na verdade foi sempre a política da força durante a Primeira República. Ainda que as diferenças entre os grupos tenham sido explicitadas, tratava-se de uma disputa pelo poder e nada tinha a ver com a origem humilde, o democratismo e o trabalho valoroso do coronel.

Contudo, ao fim da Primeira República novos atores entraram em cena, novas perspectivas tomaram parte nos debates. Momento de tensão no país e na região. O comunismo, que foi muito forte, e o integralismo, que também teve grande destaque, tornaram-se parte na vida política no sul da Bahia. A literatura, a imprensa, a justiça, a polícia tiveram questões outras para resolver. Com a formação da burguesia cacauêira e das novas relações de produção e trabalho, surgiram novos desafios políticos. O integralismo, com ideais autoritários em relação à constituição da nacionalidade, encontrou terreno fértil numa região recém-constituída, que se organizava política e administrativamente.

⁴⁸ PANG, Eul Soo. *Coronelismo e Oligarquias – 1889 -1934: a Bahia na Primeira República brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979, p. 153 – 154.

Revolução de 1930 e política no sul da Bahia

Quando da Revolução de 1930 e a consequente tomada do poder por Getúlio Vargas, as elites políticas da Bahia foram pegas de surpresa, o que causou certo desconforto, pois havia um acordo de estabilidade política entre as facções políticas lideradas por Otávio Mangabeira e pelo ex-governador Góes Calmon. Essa mudança trouxe consequências consideráveis para a região cacaueira.⁴⁹

A disputa presidencial tinha transcorrido conforme as eleições de praxe na Primeira República. Apesar do sensível rompimento de Minas Gerais com a elite política paulista, juntamente com o Rio Grande do Sul e Paraíba, não foram páreos para a máquina eleitoreira de São Paulo. Contudo, um incidente envolvendo João Pessoa desfechou o início de uma sublevação que colocou Vargas no poder.

No caso específico da Bahia, o estado sob uma estabilidade negociada, estava no governo o ex-senador Pedro Lago, dando continuidade ao governo de Vital Soares que havia renunciado para candidatar-se a vice-presidente na chapa de Júlio Prestes. Diante das eleições realizadas em 1930, com um baiano eleito vice-presidente e as facções internas controladas, era de se supor que qualquer mudança brusca não seria bem vinda.

A campanha política de 1930 tinha transcorrido de forma relativamente tranquila na zona cacaueira, as disputas políticas pareciam se desenrolar como de costume. Os governos federal e estadual ditavam os vencedores da política regional. Houve certa movimentação em apoio à Aliança Liberal, mas era quase impossível fazer frente às máquinas políticas do estado e do governo federal. Nesse momento, como intendente em Ilhéus encontrava-se o engenheiro Durval Olivieri, ligado aos *peessoístas* e que também apoiavam a continuidade do governo federal e estadual conforme as eleições de 1930. Em Itabuna era intendente Benjamin de Andrade, cujo grupo político era liderado por Gileno Amado, que também davam suporte às alianças federais e estaduais. Qualquer mudança nesse jogo político não era bem vinda à estabilidade experimentada na política cacaueira. Contudo, estes temores logo se concretizaram e as acomodações foram desfeitas bruscamente, exigindo um novo jogo de alianças para o restabelecimento da estabilidade política e econômica. Durante a Primeira República, as fraudes eleitorais eram algo corriqueiro nas eleições. Porém, o que houve

⁴⁹ SILVA, Paulo Santos. *Ancoras de Tradição: luta política, intelectuais e construção do discurso histórico na Bahia (1930-1949)*. Salvador: EDUFBA, 2011. Ver especialmente o capítulo um “1930: a acomodação desfeita”.

em Ilhéus em 1930 deixou os *liberais* bastante irritados. Silva Campos, em suas crônicas, destaca que as eleições foram “uma tranqüibérnia brutal, odiosa, revoltante”. Pois os liberais que tinham esperanças de uma eleição com “urnas francas e voto livre” tiveram uma tremenda decepção, já que se repetiram ali todas as artimanhas das eleições que vinham ocorrendo até então. O protesto de Silva Campos não é sem razão, pois, nesse caso, as fraudes foram tão escandalosas, que Júlio Prestes obteve 5.001 (cinco mil e um) votos enquanto que Getúlio Vargas obteve apenas 13 (treze) votos em Ilhéus. Tal situação fez com que os líderes da Aliança Liberal na região cacaujeira afirmassem que essa foi a maior fraude da história das eleições e que, portanto, as consideravam nulas.⁵⁰

Após o pleito de 1930 e a consequente derrota da Aliança Liberal, os rumores de que estouraria uma revolução no Brasil era motivo de piadas entre os jornais governistas locais. Em Ilhéus, o *Correio de Ilhéus*, tido como uma espécie de jornal oficial do governo, comumente lançava notícias zombando dos adeptos da Aliança Liberal. Em nota de primeira página em março de 1930, afirma que houve uma “vitória estrondosa dos conservadores, a despeito das violências e fraudes de Minas, Rio Grande do Sul e Paraíba, estão eleitos os candidatos nacionais”. E continua, asseverando que “cangaceiros seguiram para localidades, em terror, a fim de aprenderem os livros das eleições (...) mas os conservadores resistiram, havendo forte tiroteio”.⁵¹

Quando surgiram os primeiros rumores de revolução, o *Correio de Ilhéus*, ainda em tom irônico, colocava em cheque a possibilidade da ocorrência de um movimento armado. Em 30 de setembro de 1930, o jornal dizia que “Ficou para as kalendas” a revolução liberal, pois esta conspiração era uma “revolução natimorta”. Assegurava aos seus correligionários que não existiam motivos para se temer, uma vez que o governo de Minas Gerais foi passado tranqüilamente para os vencedores.⁵²

Contudo, apenas três dias após anunciar que a insurreição tinha ficado para as “kalendas”, estourou a *Revolução Liberal* que tomou o poder em 20 dias. Ainda no mesmo periódico, em 02 de outubro de 1930, um dia antes de estourar o movimento revolucionário, um artigo intitulado “Revolução?” discute a impossibilidade de esta ocorrer e destaca que Oswaldo Aranha teria dito que era completamente absurda qualquer atuação política no sentido de se mudar o regime governamental.⁵³

⁵⁰ CAMPOS, João da Silva. *Crônica da Capitania de São Jorge dos Ilhéus*. 3ª Ed. Ilhéus: Editus, 2006, p. 657.

⁵¹ *Correio de Ilhéus*, 08 de março de 1930, p. 01.

⁵² *Correio de Ilhéus*, 30 de setembro de 1930, p. 01.

⁵³ *Correio de Ilhéus*, 02 de outubro de 1930, p. 01.

Nos dias seguintes, apesar de iniciado o movimento revolucionário, os discursos se intensificaram. Já em 04 de outubro dizia o *Correio de Ilhéus* que os revoltosos eram inimigos da pátria, e essa era só “mais uma revolução de bobagem, que é abafada pelas forças federais”. O noticiário de fulminantes investidas federais, dando conta que as forças legais venceriam facilmente os revoltosos tomaram parte durante todo o mês de outubro. Mesmo no dia 24 de outubro o jornal publicou em primeira página que o governo venceria os rebeldes, pois era representante da ordem e do progresso do país.⁵⁴

Por outro lado, o Jornal *Diário da Tarde*, ligado aos liberais, tem uma postura efusiva e de comemoração com as atitudes dos revoltosos. Eusínio Lavigne, líder liberal em Ilhéus, médico e redator do jornal, que mais tarde se tornou o chefe do executivo ilheense de 1930 até 1937, era só exaltação pelas vitórias dos revoltosos. Em 28 de outubro o *Diário da Tarde* afirma que a revolução foi uma “Grande lição histórica” e que “o novo governo tirará da ‘beira do abismo’ este ‘país perdido.’” Pelos próximos dias as notícias elogiam toda e qualquer decisão do novo governo, os discursos, o novo ministério, e os novos prefeitos municipais.⁵⁵

As tensões na Bahia foram constantes nos primeiros tempos após o movimento de 1930. Situação essa que veio se estabilizar quando da nomeação de Juracy Magalhães em 1931 como interventor federal no estado. Buscando criar base de apoio, procurou reconciliar-se com os coronéis da região, o que não foi difícil, uma vez que a situação era instável e não satisfazia os anseios dos coronéis. Por outro lado, sua personalidade, suas negociações e suas visitas pessoais abriram caminho para a criação de uma governabilidade razoável.

Na região cacaueira, passados os primeiros momentos de tensão, as negociações políticas foram tendo seu espaço. Eusínio Lavigne, líder do movimento liberal em Ilhéus, imediatamente assumiu a prefeitura. Em Itabuna, assumiu Glicério Lima que governou até 1932. Gileno Amado, líder político itabunense, fora fiel às forças legalistas, inclusive se dispondo a montar um batalhão patriótico para a defesa do governo federal. Vitoriosa a Revolução, fora declarado prisioneiro, tido como “decaído”, como eram chamados os políticos da antiga situação. Mas, com os arranjos providenciados posteriormente, Gileno Amado voltou a ocupar posição de destaque no

⁵⁴ *Correio de Ilhéus*, 04 de outubro de 1930, p. 01.

⁵⁵ *Diário da Tarde*, 28 de outubro de 1930, p. 01.

cenário político, inclusive tornando-se secretário estadual da fazenda e figurando entre uma das maiores lideranças do período *juracisista*.⁵⁶

Com a estabilização política, os arranjos de acomodação voltaram a reinar no sul da Bahia, as relações se normalizavam, a luta em favor da economia cacauêira continuava. Mas a vida política não estava muito tranquila, devido à crise internacional que assolava os EUA e o mundo a partir de 1929. Como o sul da Bahia vivia quase que exclusivamente da renda do cacau, a crise foi um duro golpe na região. Os números são exemplificadores dessa crise, em 1929 foram exportadas 63 mil arrobas de cacau, já no ano de 1930 foram apenas 37 mil arrobas, o que fez a economia regional ruir e a dívida municipal aumentar consideravelmente.

Os prefeitos nomeados, em Ilhéus Eusínio Lavigne e, em Itabuna, Glicério Esteves de Lima, tinham como missão inicial buscar formas de valorização da lavoura cacauêira. Já em 31 de março de 1931 o interventor federal, Arthur Neiva, suspendeu por 30 dias a cobrança de dívidas oriundas do cacau, foi um paliativo até se tomar um planejamento mais adequado. A situação era tão delicada que Silva Campos citando matéria do *Diário da Tarde*, diz que “o sul é o cacau. O cacau baiano é o café paulista. Com ele tudo; sem ele nada”. Essa situação demonstra bem o quadro conjuntural que se encontrava o sul da Bahia naquele momento.⁵⁷

Neste contexto de crise econômica, e ao mesmo tempo de euforia em relação à nova ordem política estabelecida, a região cacauêira vai experimentar novos dias de agitação política diferente dos contextos que os velhos coronéis estavam acostumados a ver até então. O PCB e a AIB, comunistas e integralistas, fincaram bases na região em desenvolvimento. O integralismo, por ser legal dentro da ordem estabelecida de então, teve muito mais destaque. Esse foi o primeiro partido de massas do Brasil. Com uma hierarquia rígida, uma estética empolgante e um discurso autoritário e centralizador, arregimentou muito membros entre a população da zona cacauêira. Tema discutido no próximo capítulo.

⁵⁶ FOGUEIRA, Manoel Bomfim; GONÇALVES, Oscar Ribeiro. *Ensaio Histórico de Itabuna: o jequitibá da Taboca, 1849 a 1960*. Ilhéus, BA: Editus, 2.ed. 2011, p. 166/167.

⁵⁷ CAMPOS, João da Silva. *Crônica da Capitania de São Jorge dos Ilhéus*. 3ª Ed. Ilhéus: Editus, 2006, p. 681.

Capítulo II

Inserções integralistas

Integralismo e região

Quando Vargas chegou ao poder em outubro de 1930, através de um Golpe de Estado conhecido como Revolução de 30, o Brasil passou a viver um novo momento na sua história. As transformações que ocorreram em âmbito nacional impulsionaram e deram um novo significado às políticas regionais. Nesse contexto, a região experimentou tendências políticas articuladas aos partidos nacionais que estavam em expansão, como o caso do Partido Comunista do Brasil (PCB) e a Ação Integralista Brasileira (AIB). Os dois movimentos tiveram forte expressão no cotidiano do sul da Bahia e especialmente na área de abrangência da economia do cacau nos anos 1930.

É em um cenário de crise econômica e política que surge a AIB com uma proposta política diferente das que então se apresentavam no contexto nacional e local. Como movimento autoritário que pretendia estabelecer o “novo homem integral”, o integralismo teve grande penetração nas camadas médias urbanas. O seu lema, “Deus, Pátria e Família” apelava para a religiosidade da sociedade brasileira, para o sentimento de defesa da pátria e dos valores morais da família.

A AIB surgiu no Brasil com uma proposta autoritária, que apesar de parecer nova, estava alicerçada em ideais políticos em voga na Europa. Fundada em 1932, com o lançamento de um manifesto contendo as diretrizes do seu programa, sob a égide do escritor paulista Plínio Salgado, tinha características fascistas, com claro viés autoritário e centralizador nos moldes das ditaduras que ganhavam terreno no centro do continente europeu.⁵⁸

Na Bahia, o integralismo fundou o primeiro núcleo em Salvador no ano de 1933, tendo recebido no mesmo ano os líderes nacionais do movimento: Plínio Salgado e

⁵⁸ TRINDADE, Hégio. *Integralismo: o fascismo brasileiro na década de 30*. 2ª Ed. Revista e ampliada. São Paulo: Difel. 1979. Essa obra é a principal referência em relação ao integralismo no Brasil. Segundo o autor, apesar de não ser a cópia fiel dos fascismos, a influência que este teve sobre o movimento é muito destacada. Segundo o autor: “(...) a análise da Ação Integralista nos leva a concluir que sua natureza, organização hierárquica, estilo do Chefe e rituais não se podem explicar sem a influência do modelo de referência externo”. p. 278.

Gustavo Barroso, que realizaram conferências no intuito de propagar a doutrina integralista.⁵⁹

Rubem Nogueira, um dos mais destacados integralistas baianos, no ano de 1933 era estudante da Faculdade de Direito da Bahia. Afirma que após conhecer o integralismo por meio das obras de Gustavo Barroso, filiou-se ao movimento, e travava debates acalorados com colegas pela expansão da doutrina. Para ele, “o tema preponderante era a política” nas conversas com os colegas, e que devido às leituras de “Alberto Torres e Oliveira Viana” rejeitavam “o quadro político partidário dominante”.⁶⁰

A fala de Rubem Nogueira encontra eco no turbilhão político que se encontravam os meios estudantis naquela época. O integralismo buscava atrair muitos jovens estudantes universitários e secundaristas. Fundando núcleos em diversas instituições de ensino, como é o caso das Faculdades de Medicina e de Direito da Bahia e os colégios Ypiranga, Carneiro Ribeiro, Salesiano e outros. Talvez o discurso de crise, aliado à proposta renovadora da AIB tenha influenciado fortemente a juventude, e explique em parte a grande adesão destes ao movimento.⁶¹

Os núcleos integralistas de Ilhéus e Itabuna foram fundados em 1934 e 1935 respectivamente. Contaram com uma participação efetiva de membros da sociedade regional, tendo destaque na imprensa, na política, nas rodas sociais, nos conflitos e nas páginas policiais. Se a visita de ilustres personalidades e líderes do movimento fez com que o integralismo ganhasse força em Salvador, principalmente nos meios estudantis, o mesmo não ocorreu no sul da Bahia, e o público alvo também não parece ter sido o mesmo.

Na região, os núcleos contaram com expressivo número de participantes, com destaque para alguns personagens da elite político-econômica local, a exemplo de fazendeiros, comerciantes, médicos, engenheiros e advogados. Entre eles poderíamos citar Gustavo Fonseca, médico e um dos mais destacados líderes do movimento em Ilhéus; e José Nunes de Aquino, fazendeiro e comerciante, líder do núcleo em Itabuna.

⁵⁹ SAMPAIO, Consuelo Novais. *Poder e Representação: o Legislativo da Bahia na Segunda República, 1930-1937*. Salvador: Assembleia Legislativa, 1992.

⁶⁰ NOGUEIRA, Rubem. *O Homem e o Muro: memórias políticas e outras*. 2ª edição. São Paulo: GRD Edições, 2009, p. 99.

⁶¹ FERREIRA, Laís Mônica Reis. *Educação e Assistência Social: as estratégias de inserção da Ação Integralista Brasileira nas camadas populares da Bahia em O Imparcial (1933-1937)*. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, UFBA, Salvador, BA, 2006, p. 24.

Explicando o fenômeno do integralismo na Bahia, Consuelo Novais Sampaio afirma que “dos sertões de Irecê à região cacaueira, o Integralismo espalhou-se rapidamente pelo território baiano. Seus mais ardentes adeptos, porém, encontravam-se nas regiões Sul e Sudeste do estado, onde a migração italiana fora mais significativa”.⁶² De fato, pode-se notar através da documentação que o crescimento foi mais forte na região Sul e Sudeste. Contudo, talvez a influência italiana não tenha sido fator determinante para o crescimento do integralismo, pelo menos no sul do estado. A autora não disponibiliza fontes e dados que possam comprovar tal afirmação, além do mais não se conhece uma forte influência italiana nos municípios produtores de cacau, especialmente no eixo Ilhéus-Itabuna.

A autora destaca ainda que o integralismo cresceu “com espantoso vigor no meio conservador baiano” e “espalhou-se rapidamente pelo estado”.⁶³ Aliás, o que parece ter ocorrido em várias partes da Bahia. Em estudo sobre os *camisas-verdes* na região nordeste da Bahia, especificamente nas cidades de Serrinha e de Alagoinhas, Amélia Saback Alves Neta destaca que o movimento “foi expressivo nestes locais, onde a imprensa e as práticas políticas dos adeptos do sigma foram fundamentais para a propagação da doutrina e o seu crescimento”. E, apesar de não citar números de filiados ao integralismo, demonstra que a adesão de personalidades locais e chefes políticos tinham influencia muito grande na arregimentação de membros.⁶⁴

O movimento integralista ganhou adeptos aguerridos em várias regiões da Bahia. Silva Campos destaca que “embora, desde algum tempo, já estivesse latente a ideologia integralista em alguns círculos da mocidade ilheense, somente em janeiro de 1934 organizou-se o primeiro núcleo destinado à propaganda da doutrina, rapidamente disseminada”. Ou seja, apesar de ter sido fundada em 1934, algum tempo após a expansão em outros lugares, a doutrina integralista foi rapidamente aceita, segundo o autor, pela juventude, mas as pesquisas demonstram que não foram somente os jovens que abraçaram essa doutrina.⁶⁵

⁶² SAMPAIO, Consuelo Novais. *Poder e Representação: o Legislativo da Bahia na Segunda República, 1930-1937*. Salvador: Assembleia Legislativa, 1992, p. 117.

⁶³ SAMPAIO, Consuelo Novais. *Poder e Representação: o Legislativo da Bahia na Segunda República, 1930-1937*. Salvador: Assembleia Legislativa, 1992, p. 113 e 117.

⁶⁴ ALVES NETA, Amélia Saback. *Os Verdes às Portas do Sertão: doutrina e ação política dos integralistas na Bahia (1932 – 1945)* Dissertação (Mestrado em História) – UNEB, Sto. Antonio de Jesus - BA, 2012, p. 60.

⁶⁵ CAMPOS, João da Silva. *Crônica da Capitania de São Jorge dos Ilhéus*. 3ª Ed. Ilhéus: Editus, 2006, p. 721.

Em Itabuna, Ilhéus e nas demais cidades e povoados da região, os integralistas tiveram uma vida agitada, cheia de entreveros, mas também de ganhos políticos reais. No dia 06 de fevereiro de 1934, em nota de primeira página, o *Diário da Tarde* de Ilhéus afirmava que no dia 31 de janeiro do mesmo ano houve uma reunião de instalação provisória do núcleo de Ilhéus, sendo comandada por João Adonias Aguiar e secretariada pelo seu filho Adonias Aguiar Filho. Nessa reunião foram inscritos diversos membros, tendo sido escolhida uma comissão provisória para instalação de trabalhos do núcleo permanente.⁶⁶

Talvez esse tenha sido o primeiro núcleo instalado nas terras do cacau. Cabe ressaltar que João Adonias Aguiar, um dos fundadores do movimento em Ilhéus é o pai do escritor Adonias Filho, que secretariou a reunião. Adonias Filho, escritor sobre o qual se discutiu anteriormente, esteve ligado, durante os anos 1930, ao integralismo e valores de tradicionalistas e religiosos, presentes no movimento dos *camisas-verdes*, fizeram parte da obra literária do escritor.

Quando da instalação definitiva do núcleo ilheense, a direção foi assumida por um triunvirato composto por Pedro Ribeiro Filho, presidente; Camilo Léllis da Mata, tesoureiro; e Euler Almeida, secretário. Nessa mesma ocasião foram escolhidos os demais membros organizadores de milícia e propaganda. Desde então começaram as atividades do núcleo de forma engajada no intuito de atrair adeptos e ganhar terreno no campo político. O trabalho rendeu frutos, conforme as diversas notícias de jornais, disputas políticas e os processos criminais discutidos adiante.⁶⁷

O primeiro presidente do núcleo integralista de Ilhéus, Pedro Ribeiro Filho (1902-1984) foi uma das figuras mais destacadas do movimento na região. Funcionário da estrada de ferro Ilhéus-Conquista, onde trabalhou por cerca de quarenta anos, se destacou na década de 1930 por seus posicionamentos em defesa do integralismo. No inquérito aberto para apurar as atividades dos *camisas-verdes* em 1938 em Ilhéus, foi acusado de ser o líder do “foco integralista” que havia na estrada de ferro da qual era administrador.⁶⁸ Já nas décadas de 1950/60, Pedro Ribeiro foi vereador em Ilhéus pelo PRP, partido fundado por Plínio Salgado após o Estado Novo, tendo sido presidente da câmara municipal e assumido interinamente a prefeitura em algumas ocasiões.

⁶⁶ *Diário da Tarde*, 06/02/34, p. 01.

⁶⁷ *Diário da Tarde*, 27/02/34, p. 01.

⁶⁸ Processo 731 TSN, AN. Relatório.

Conforme salientado, o integralismo desenvolveu-se de forma rápida na região. Em setembro de 1934, ocorreu um desfile dos integralistas pela cidade de Ilhéus com a presença do camisa-verde baiano, acadêmico João Marcelino da Silva, “que proferiu ardoroso discurso atacando os diversos sistemas políticos alheios aos princípios do Sr. Plínio Salgado (...). O orador foi aplaudido pelos seus companheiros, continuando depois a sua passeata”.⁶⁹

Alguns dias após a passeata, o *Diário da Tarde* publicou artigo irônico de autor autointitulado *Plínio Doce*, em clara alusão a Plínio Salgado, o articulista se colocava em lado oposto ao chefe nacional do movimento. De forma jocosa, o autor critica a parcialidade do governo em relação aos integralistas, aos quais denomina “camisas cor de camaleão”, e afirma que a linguagem utilizada pelos militantes locais em sua passeata foi claramente subversiva. Acusa as autoridades de estarem sendo parciais, uma vez que permitem que uns “combatam tão rudemente o regime, enquanto impede a outros de realizar um congresso contra a guerra, contra o fascismo e contra a reação”. Na sequência, questionava se o governo achava que os integralistas eram “inofensivos como medicamentos homeopáticos”.⁷⁰

Apesar dessa crítica localizada, de início, o *Diário da Tarde* veiculava elogios ao movimento. No início de 1934 o jornal afirmava que “o integralismo é um movimento de inteligência do qual se pode sinceramente discordar, mas em que não se deve deixar de reconhecer certos pontos dignos de interesse e de apreciação”.⁷¹ O linguajar mudou conforme o tempo foi passando. Já em 1935, o mesmo *Diário da Tarde* começou a tecer considerações críticas sobre o movimento. Possivelmente, pelo crescimento do número de adeptos, o radicalismo nas falas e nas práticas e a aproximação das eleições, o jornal se viu impelido a tomar postura entre o combate e a sátira ao integralismo.

Perseguir os passos de fundação e os primeiros momentos do núcleo ilheense é uma tarefa relativamente fácil. O mesmo não acontece com o núcleo de Itabuna. Tem-se pouca documentação disponível sobre o período na cidade. Apesar de ter conhecimento da circulação de periódicos nesse momento no município, eles não estão preservados, o que inviabiliza a sua consulta. Contudo, consta na ata da Sociedade Montepio dos Artistas de Itabuna, em reunião realizada em 14 de Janeiro de 1935, um ofício

⁶⁹ *Diário da Tarde*, 10 de setembro de 1934, p. 01.

⁷⁰ *Diário da Tarde*, 12 de setembro de 1934, p. 01.

⁷¹ *Diário da Tarde*, 27 de fevereiro de 1934, p. 01.

informando a criação recente do núcleo local da Ação Integralista Brasileira. Na ocasião, os adeptos do sigma procuram saber “como seriam recebidos em visita a esta sociedade (?)” no que os sócios concordaram que seriam bem recebidos, pois a Sociedade não era política e deveria acolher a todos que solicitassem espaço. Em 16 de janeiro, a Sociedade enviou ofício a Nelson Oliveira, chefe integralista local, autorizando a sua visita.⁷²

O engenheiro Nelson Oliveira, citado como chefe integralista de Itabuna quando da fundação do núcleo, foi uma figura proeminente do movimento no sul do estado. Filho de um dos fundadores de Itabuna, Cherubim Oliveira, rico fazendeiro de cacau, tornou-se uma das figuras mais destacadas do movimento ao nível local, mas também figurou em embates políticos em âmbito estadual. Foi preso em 1936, quando Juracy Magalhães mandou fechar os núcleos integralistas na Bahia, tendo sido enviado para o Rio de Janeiro, foi declarado inocente. Em 1938, acusado de tramar o *putsch* integralista na região, respondeu a inquérito juntamente com outros membros da AIB de Itabuna, tendo sido inocentado mais uma vez.⁷³ Já na década de 1960, foi nomeado prefeito de Salvador em 1964, quando do golpe militar no país e governou a capital baiana até 1967.

As relações entre o novo movimento político que surgiu nas terras do cacau e as velhas formas de se exercer o poder entraram em choque muito rapidamente. No início de 1935, um integralista foi preso acusado de fazer baderna na cidade. Os policiais tentaram levá-lo para a cadeia, mas outros signatários da AIB enfrentaram as autoridades, ferindo um policial com uma navalha. O *Diário da Tarde* lançou nota afirmando que “tem mantido até agora uma atitude de serena expectativa em relação às atividades integralistas orientadas e desenvolvidas pelo núcleo local, já numeroso, de camisas verdes”.⁷⁴

Mas que “compreendendo bem o sentido cultural e eminentemente nacionalista” dos *camisas-verdes*, não pode deixar de criticar os mais exaltados, já que o periódico tem uma opinião “sempre sincera e desapaixonada”. Diante do exposto, informa que não concorda com o seguidor do integralismo que criticou os liberais, taxando-os de “indecentes, degenerados”. Para o *Diário da Tarde*, os liberais eram justamente aqueles

⁷² Livro de Atas da Sociedade Montepio dos Artistas de Itabuna, 1935; Livro de Correspondência da Sociedade Montepio, 1935. A Sociedade Montepio dos Artistas se declarava uma organização mutuarial para reunir profissionais de diversas profissões da cidade de Itabuna.

⁷³ Processo 727, TSN, AN. Este processo será analisado mais detalhadamente no quarto capítulo desta dissertação.

⁷⁴ *Diário da Tarde*, 28 de janeiro de 1935, p. 01.

que os integralistas poderiam arregimentar. Portanto, cabia àqueles jovens evitar discursos com “assomos desnecessários e contraproducentes do entusiasmo agressivo”. E afirma que essas “técnicas da violência, na ação e na linguagem é [sic] *nitidamente comunista*”.⁷⁵ (grifo nosso).

Apesar de criticar algumas atitudes de integralistas, credita ao movimento um “sentimento cultural e nacionalista”. E define como prejudiciais os comunistas que se utilizavam de técnicas de violência na linguagem e nas práticas, segundo o jornal. Mesmo com uma crítica tão clara em relação ao comunismo, ironicamente o periódico também publica uma crítica ao integralismo feita por um simpatizante do comunismo. O autor se autoneia *Santelmo* e escreve artigo veiculado na segunda página com a informação de que estava sendo publicado a pedido.

Com o sugestivo título de “*O Integralismo... Tapeando a gente*”, o artigo começa chamando o integralismo de capitalismo vermelho, afirma que entre suas mentiras está a propaganda de que a família na Rússia comunista é desregrada. Para o autor, a prostituição naquele país estava “virtualmente extinta” fruto da “pureza da constituição civil do casamento, em virtude da liberdade e da independência econômica da mulher” e depois de fazer suas considerações a respeito de um comunismo baseado no cristianismo completa “o integralismo é o passado, sepulcro caiado, para se fingir de coisa nova”.⁷⁶

Os anos que sucederam a fundação dos núcleos foram intensos, destacadamente o período de 1935 a 1938 foram os mais agitados na política da região. Contudo, o militante integralista não era elemento estranho ao meio político local, era parte do próprio jogo de poder. Jovens, em sua maioria, e sendo alguns descendentes de tradicionais famílias da região, marcaram um período conturbado da história local.

Perfis integralistas

Muitos líderes do integralismo na região cacaueira eram jovens. Gustavo Fonseca quando eleito vereador em Ilhéus tinha 27 anos, José Nunes de Aquino e Presciliano Nascimento Coelho, líderes integralistas em Itabuna, também tinham 27 anos quando da fundação dos núcleos. Pedro Ribeiro Filho de Ilhéus e José Muniz do Nascimento de Itabuna tinham, respectivamente, 36 e 37 anos quando foram presos em

⁷⁵ *Diário da Tarde*, 28 de janeiro de 1935, p. 01.

⁷⁶ *Diário da Tarde*, 04 de junho de 1935, p. 02.

1938. A idade média dos líderes girava em torno dos trinta anos o que pode explicar em parte a longa vida política que alguns deles tiveram em tempos posteriores, como é o caso de Nelson Oliveira, prefeito de Salvador em meados da década de 1960.

A constatação da juventude dos militantes e dirigentes do sigma foi assinalada por Héglio Trindade. Segundo o autor, essa era uma das características mais significativas do movimento. A maioria dos dirigentes e militantes locais tinha em 1933 uma média de 25 anos.⁷⁷ De fato, a ideia de juventude era um apelo do movimento, tanto que no artigo escrito por Adonias Filho em 1935, quando este tinha apenas 19 anos, diz que a “juventude alemã” estava encantada com o fascismo de Adolf Hitler. Já na Inglaterra, o líder fascista Oswald Mosley “seduz a mocidade inglesa” para as fileiras do fascismo. Na verdade, o discurso de juventude renovadora vai perpassar todo o discurso e a prática integralista.⁷⁸

Ao discutir a formação da classe dirigente dos núcleos da AIB, Héglio Trindade percebe que a composição é bastante diversificada, diferentemente dos dirigentes nacionais e regionais. Para Trindade, é a “pequena burguesia formada pelos burocratas dos setores públicos e privado” que figura no conjunto de dirigentes locais.⁷⁹

No caso dos dirigentes integralistas da região cacauzeira, parece que essa classe média, apesar de morar na cidade, era oriunda em sua maioria da zona rural, ou auferia os lucros da exploração da terra. A composição social do integralismo era bem diversa, mas a camada dirigente era composta por uma classe média rural e urbana, com relações entre o campo e a cidade. Alguns líderes integralistas eram oriundos da região, já outros tinham chegado de distintos locais, às vezes, ainda jovens com suas famílias em busca das terras dos “frutos de ouro”.

Com discurso autoritário e conservador, em meio a uma sociedade tradicionalista, rural e em crise, os valores tradicionais foram invocados através de um movimento autoritário. Conforme o QUADRO I, pode-se obter informações importantes sobre as principais lideranças integralistas do eixo Ilhéus-Itabuna, destacando a ocupação e o cargo que exerceram no movimento.

⁷⁷ TRINDADE. Héglio. *Integralismo: o fascismo brasileiro na década de 30*. 2ª Ed. Revista e ampliada. São Paulo: Difel. 1979, p. 144.

⁷⁸ *Diário da Tarde*, 03 de janeiro de 1935, p. 02. Artigo intitulado: Fascismo, Seu Caráter Universal – Adonias Filho.

⁷⁹ TRINDADE. Héglio. *Integralismo: o fascismo brasileiro na década de 30*. 2ª Ed. Revista e ampliada. São Paulo: Difel. 1979, p. 135.

QUADRO I: Líderes integralistas no eixo Ilhéus-Itabuna ⁸⁰

Nome	Cidade/Distrito	Ocupação	Cargo no movimento
Adonias Aguiar Filho	Ilhéus/Pirangy	Jornalista/Escritor	Núcleo de Pirangy
Alberto Hoisel	Ilhéus/Pontal	Fazendeiro	Chefe de Núcleo
Álvaro Nery	Ilhéus	Fazendeiro	Depto. Propaganda
Antonio Ferreira	Ilhéus/Água Preta	Fazendeiro	Chefe de Núcleo
Camilo Lellis da Matta	Ilhéus	Professor	Secretário
Carlos Mattos França	Itabuna	Comerciante	Líder local
Durval de Oliveira Santos	Itabuna/Macuco	Fazendeiro	Chefe de Núcleo
Gustavo Fonseca	Ilhéus	Médico	Chefe de Núcleo
João Adonias Aguiar	Ilhéus/Pirangy	Fazendeiro	Chefe de Pirangy
Joaquim Cerqueira	Ilhéus/Água Preta	Fazendeiro	Chefe de Núcleo
Joaquim Pereira Dias	Itabuna/Ferradas	Fazendeiro	Chefe de Núcleo
José Muniz Nascimento	Itabuna	Comerciante	Vereador
José Nunes de Aquino	Itabuna	Comerciante	Chefe de Núcleo
Júlio José de Oliveira	Itabuna/Palestina	Fazendeiro	Chefe de Núcleo
Mário Monteiro	Ilhéus	Jornalista	Depto. Estudos
Mário Rollemberg	Ilhéus	Comerciante	Depto. Org. Política
Nelson Oliveira	Itabuna	Engenheiro	Chefe de Núcleo
Octávio de Queiroz	Itabuna	Comerciante	Líder local
Pedro Ribeiro Filho	Ilhéus	Ferroviário	Chefe até 1935
Presciliano Nasc. Coelho	Itabuna	Fazendeiro	Chefe de Núcleo
Ranulpho P. da Cunha	Itabuna	Engenheiro	Chefe regional em 1938
Raymundo do A. Pacheco	Ilhéus	Médico e Fazend.	Candidato a prefeito

Fonte: Imprensa e documentos jurídicos

Em relação aos dirigentes do integralismo na região, percebe-se uma dinâmica nas ocupações principais, contudo isso reflete quase que exclusivamente a ocupação declarada do adepto, o que nem sempre condiz com a realidade, já que muitos desses militantes exerciam mais de uma função econômica.

José Nunes de Aquino (1910 – 1986), líder local em Itabuna, se declara comerciante, contudo é herdeiro de fazendas de seu pai, Ramiro Aquino, um “aventureiro” que tinha chegado às terras do sul da Bahia e acumulado fortuna com o cacau. Esse é um dos personagens centrais do integralismo em Itabuna. Aderiu ao movimento desde os primeiros tempos, escrevia artigos em defesa do integralismo para a imprensa local. Foi eleito vereador pela AIB em 1936, onde atuou de forma enfática na Câmara Municipal de Itabuna. Detido em setembro de 1936 por conta do fechamento

⁸⁰ Este quadro não visa enumerar todos os líderes integralistas da região cacaueira. O objetivo é tão somente destacar que em sua maioria esses líderes eram oriundos de uma camada média urbana e produtores rurais. Entre eles destacam-se os comerciantes e os fazendeiros. Tal quadro foi elaborado com base no cruzamento de dados da imprensa e de documentos jurídicos.

do integralismo na Bahia, tendo sido inocentado. Posteriormente, foi nomeado prefeito de Itabuna na ocasião da implantação do Estado Novo, foi destituído do cargo em março de 1938, tendo sido novamente acusado de tramar contra o governo em maio, foi detido, respondeu a processo e, por fim, foi inocentado novamente.⁸¹

Outro integralista que se destaca na região é Adonias Filho (1915 – 1990). Este se declara jornalista e escritor, contudo era herdeiro do rico fazendeiro Adonias Aguiar, que lhe legou 14 fazendas de cacau por ocasião de sua morte. Contudo, apesar da ligação com o integralismo no momento, Adonias Filho não permaneceu muito tempo na região, tendo ido estudar em Salvador e posteriormente no Rio de Janeiro, passou a maior parte de sua vida na capital federal de então, só retornando ao sul do estado após a aposentadoria.

Assim, os exemplos demonstram que parte dos líderes integralistas tinham ligações muito próximas com a exploração do cacau. Não é tarefa fácil identificar o perfil dos militantes do sigma, mas pelo menos em relação aos dirigentes locais é possível perceber os traços destes. Os exemplos de José Nunes de Aquino e Adonias Filho demonstram que em algumas situações, a doutrina foi abraçada por fazendeiros ou seus descendentes, que buscavam se destacar em outras profissões. A adesão de alguns fazendeiros da região ao integralismo pode explicar em parte o fenômeno de crescimento do movimento, mas não esgota a questão em si.

Para Sá Barreto, memorialista regional, “os grandes fazendeiros de destaque aderiram ao Integralismo, havia uma desilusão, um descontentamento”.⁸² Essa afirmação é revestida de grande importância, pois foi proferida pelo sobrinho de Raymundo Pacheco, o candidato integralista a prefeito de Ilhéus em 1936. Foi uma resposta à pergunta sobre a força do integralismo na região. Esta frase, em parte corrobora a hipótese perseguida até aqui, de que o integralismo teve uma penetração regional num contexto de crise e achou terreno fértil em uma comunidade que convivia com o autoritarismo em outras nuances.

Contudo, ao mesmo tempo em que se vive um contexto de crise, há também um momento de diversificação econômica. A chegada de profissionais liberais como médicos, advogados e comerciantes, entre os anos 1920-30, fez com que esses novos

⁸¹ Sobre a implantação do Estado Novo e as articulações em torno do poder em Itabuna, discute-se no quarto capítulo. Bem como o papel de destaque que José Nunes de Aquino assume e os reveses em sua carreira política no momento.

⁸² MACEDO, Janete Ruiz de. GUERREIRO, Antônio Fernando. *Sá Barreto*. Ilhéus: Editus, 2001. (Coleção - Preservação da Memória Regional: Testemunhos para a História), p. 129

atores também procurassem inserir-se na vida política local. Rubem Nogueira, personagem já citado, oriundo de Salvador, exerceu a função de advogado entre os anos de 1936-1938, tendo sido inclusive detido “para averiguações” após o levante integralista em 1938. Também Gustavo Fonseca não figura entre os “grandes coronéis do cacau” conforme afirma Sá Barreto. Médico, otorrino, deve ter visto uma oportunidade de desenvolver a sua profissão em Ilhéus e pra lá rumou em algum momento antes de se destacar como líder integralista em meados dos anos 1930.

Há ainda outros personagens que não se enquadram no caso típico do fazendeiro que adere ao integralismo. Mário Monteiro, aderente integralista de primeira hora, se declarava advogado e jornalista, foi o responsável pela defesa prévia dos integralistas ilheenses implicados no *putsch* de 1938. Não consta que tenha sido fazendeiro de cacau. Situação semelhante à de Ranulpho Pinheiro da Cunha, engenheiro, que exerceu o cargo de chefe de obras da prefeitura na gestão de José Nunes de Aquino e, juntamente com este, fora implicado nos processos de 1938.

O militante integralista é um homem em ação. O movimento, a convocação, a adesão e a exteriorização dos símbolos são características do integralismo no Brasil. A ação era justificada no engrandecimento da pátria, por um lado, e no combate ao inimigo (real ou imaginário) por outro. O sentimento de crise, aliado ao crescimento do comunismo na região fez com que o integralismo se desenvolvesse e tentasse ocupar diversos espaços na vida social.

Sobre o crescimento do integralismo na Bahia, Juracy Magalhães diz que “para meus adversários mais combativos, por exemplo, o caminho mais fácil era a AIB”.⁸³ E que este fato o teria obrigado a combater aguerridamente o integralismo. Tal afirmação é em parte condizente com a realidade, pois as relações entre Juracy Magalhães e o integralismo foram sempre tensas. Contudo, dizer que eram apenas os adversários mais combativos é superdimensionar o integralismo e ao mesmo tempo minimizar o poder e a força do “autonomismo” na Bahia, além de desprezar também outras motivações que levaram os integralistas a se destacarem.

Em relação a afirmação de Juracy Magalhães, num embate de memórias, Rubem Nogueira, diz que é “puro devaneio” e de “fácil contradita” já que durante os anos em que militou no integralismo, nunca viu uma pessoa sequer sair da oposição ao governo

⁸³ MAGALHÃES, Juracy. *Minhas memórias provisórias*: depoimento prestado ao CPDOC. Coord. ABREU, Alzira Alves de; VASCONCELOS, Eduardo Raposo; FARAH, Paulo César. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982, p. 97

do estado e se juntar às fileiras do movimento. Afinal, as forças de oposição se aglomeravam no “autonomismo”.⁸⁴

De fato, os líderes do integralismo, pelo menos na região cacaueira, não se encaixam no perfil de *oposicionistas* políticos a Juracy Magalhães. Há de se perguntar os motivos que induziram considerável número de pessoas a aderir ao movimento na Bahia. Números tão significativos que levaram as autoridades a fechar os núcleos em 1936 sob a acusação de que conspiravam contra o governo do estado. Por essa razão, Rubem Nogueira afirma que o governador “influenciado talvez pelos coronéis em pânico, cometeu o erro de encarar a AIB, a partir dos resultados das eleições de 1936, como uma oposição cujo progresso deveria impedir”.⁸⁵

É esta também uma afirmação retórica, e desconsidera a documentação comprobatória das atividades integralistas que tinham o intuito de fazer um levante para a derrubada do governo estadual. Se este levante iria sair das ideias é outra discussão, mas na documentação processual há claras alusões ao desejo de substituir o governador. Inclusive com movimentações no interior do estado e com junção de arsenal bélico, conforme inventaria o relatório do delegado Antonio Pereira de Mattos, feito por ocasião do fechamento dos núcleos baianos.⁸⁶

Obviamente, são dois discursos diferentes, que levam em consideração objetivos e memórias distintas. No caso de Rubem Nogueira, há uma intenção clara em defender o “democratismo” da AIB. Já no caso dos documentos processuais, material oriundo da repressão que se abateu sobre opositores do regime da época, há um claro direcionamento no intuito de condenação dos acusados.

Por outro lado, a suspeição de que os coronéis tenham influenciado o governador, ainda que tenha algum significado em outros ambientes, na região sul da Bahia não parece encontrar eco, já que parte dos coronéis aderiu às fileiras do sigma. Certo é que em 1936, por ocasião das eleições, os integralistas demonstraram ser uma força considerável e não poderiam ser desprezados nas disputas pelo poder. Mas, o que explica o crescimento do integralismo na região?

⁸⁴ NOGUEIRA, Rubem. *O Homem e o Muro: memórias políticas e outras*. São Paulo: Edições GRD, 2009, p. 113.

⁸⁵ NOGUEIRA, Rubem. *O Homem e o Muro: memórias políticas e outras*. São Paulo: Edições GRD, 2009, p. 121.

⁸⁶ APEB – Seção republicana, Secretaria de Segurança Pública. Caixa 6494. Cópia do Relatório das atividades integralistas na Bahia em 1936, por ocasião do fechamento do integralismo. Esse relatório feito pela Polícia Militar da Bahia faz uma análise de todo material apreendido nas mãos dos integralistas que aludiam a um possível “golpe” articulado pelos camisas-verdes. Há citações de diversas cartas que estariam no processo encaminhado para o Tribunal de Segurança Nacional.

Giselda Brito Silva destaca que a AIB se desenvolveu consideravelmente em Pernambuco com base em discursos de forte cunho religioso e anticomunista numa sociedade tradicional. Considerando o perfil dos receptores, de forte tradicionalismo religioso, o “integralismo foi apresentado à sociedade como um movimento que negava o político e investia no campo espiritual”.⁸⁷ Sobre o peso do campo espiritual, Emília Silva tem hipóteses semelhantes, quando diz que o integralismo no Ceará encontrou um lugar “privilegiado de reprodução ideológica” devido ao fato de grande parte da população viver sob os auspícios da fé.⁸⁸

Aliás, o primado do espírito, e consequentemente uma mística religiosa é tema recorrente no discurso integralista. Gilberto de Vasconcellos dedica parte considerável de seus estudos a discutir a mística integralista nos escritos e nos discursos do grupo. Para Vasconcellos, o combate do integralismo ao socialismo “nunca se baseia na ideia de uma maior produtividade social do sistema capitalista ou numa consideração de ordem econômica”. Ao contrário, a principal inspiração de combate era o materialismo que pretendia submeter o campo espiritual ao material.⁸⁹

Se em outros ambientes, nota-se que a religião tem grande peso na adesão ao movimento, não se pode fazer afirmação tão categórica em relação ao crescimento do movimento no sul da Bahia. Aliado à questão religiosa, pode-se destacar o anticomunismo e o contexto de crise como pertinentes para a explicação do fenômeno. Ainda que o discurso integralista se mostre como algo inovador, os integralistas do sul da Bahia recorreram às velhas práticas políticas para angariar apoio, inclusive partindo para a busca de base eleitoral no intuito de eleger membros dos seus quadros.

Através da caracterização do perfil dos líderes do sigma tem-se a possibilidade de conhecer a dinâmica e as vontades que levaram determinados grupos, fora dos grandes centros, a aderirem ao movimento. Em relação à região cacaueira, parece que a junção de autoritarismo dos coronéis, a força do anticomunismo, o tradicionalismo religioso e a crise econômica deram a tônica da adesão a AIB. Segundo Lins “A penetração do integralismo na região foi reforçada pelo medo, por parte dos fazendeiros

⁸⁷ SILVA, Giselda Brito. *O Integralismo em Pernambuco*. In: Giselda Brito Silva(org.). Estudos do Integralismo no Brasil. Recife – PE: Editora UFPRE, 2007, p 99.

⁸⁸ CARNEVALI DA SILVA, Emília. *O Homem no Espelho e a Legião Cearense do Trabalho: religião e política nas terras de Alencar*. In: Giselda Brito Silva (org.). Estudos do Integralismo no Brasil. Recife – PE: Editora UFPRE, 2007, p. 147.

⁸⁹ VASCONCELLOS, Gilberto. *Ideologia Curupira: análise do discurso integralista*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1979, p. 23.

e burguesia local, do avanço da organização dos trabalhadores e das notícias do que eles denominavam de movimentos extremistas”.⁹⁰

A afirmação de Lins é em parte verdadeira, mas não se esgota somente no medo da “organização dos trabalhadores”. A dinâmica é muito mais fluida e envolve outras questões. De fato, o que fica claro era que Ilhéus e região viviam novos dias, dias agitados. Os comunistas e integralistas disputavam terreno em uma sociedade “acostumada a ver política apenas nas repetidas disputas no interior da oligarquia regional”.⁹¹

Assim, pela análise da composição social das lideranças integralistas, aliadas ao passado autoritário do surgimento da economia cacauêira, e o contexto de crise, vemos que o anticomunismo e o nacionalismo eram as palavras de ordem do movimento. Mas a expansão do integralismo não se deu sem conflitos, ao contrário, os embates foram constantes na década de 1930 na região e no país. As reuniões, as passeatas, as demonstrações de força, as obras de assistência social faziam parte do rol de ações dos militantes, mas os embates ganham destaque na imprensa e nos documentos jurídico-policiais.

Tensões e Conflitos

A imprensa registra, desde a fundação da AIB na região, diversos conflitos envolvendo-os. O ano de 1935 foi tenso na política nacional, como também na região. Ano de fundação da Aliança Nacional Libertadora, movimento formado por partidos, classes, sindicatos, associações, movimentos organizados, intelectuais, personalidades democráticas que pretendiam “defender a Liberdade e a Emancipação nacional e social do Brasil”.⁹² Os integralistas não demoraram a entrar em conflito com os *aliancistas*, como eram chamados os membros da ANL. No sul da Bahia, representativo da tensão política entre os dois movimentos, destaca-se a explosão de uma bomba no núcleo integralista de Ilhéus.

⁹⁰ LINS, Marcelo da Silva. *Os Vermelhos do Cacau: a presença comunista no sul da Bahia (1935-1936)*. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, UFBA, Salvador, BA, 2007, p. 146.

⁹¹ FREITAS, Antonio Fernando Guerreiro de; Paraíso, Maria Hilda Baqueiro. *Caminhos ao encontro do mundo: a capitania, os frutos de ouro e a princesa do Sul, Ilhéus 1534-1940*. Ilhéus: Editus, 2001, p. 166.

⁹² Manifesto da ANL, 1935. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/prestes/1935/07/05.htm> acessado em 10 de setembro de 2015.

No dia 09 de agosto de 1935, em matéria de capa, o *Diário da Tarde* informava que houve “um atentado contra a ordem social”, pois, “visando implantar o terror, indivíduos perversos lançaram um explosivo sobre a sede integralista local”.⁹³ O periódico discorre sobre o pânico gerado entre os presentes, mas informa que ninguém tinha ficado seriamente ferido. Após este episódio as questões políticas ficaram mais acirradas e dão a tônica das tensões de então. O atentado a bomba em Ilhéus foi fruto das articulações dos comunistas na região cacauífera.⁹⁴ Tal episódio se deu após o fechamento da ANL, que ocorreu em julho de 1935, mas bem antes dos levantes armados sob influência do PCB, que aconteceram em Recife, Natal e Rio de Janeiro em novembro do mesmo ano.

Por ocasião do lançamento da bomba no núcleo integralista em Ilhéus, era delegado de ordem política no sul da Bahia o capitão da polícia militar Salomão Rhem. Logo instaurou inquérito para apurar os fatos e tomou medidas repressivas contra os suspeitos. Foram acusados de participar do atentado o professor Nelson Schaun, antigo membro do PCB, Elias Alves de Souza, Horácio Pessoa de Albuquerque, Tercílio Oliva de França e Vicente Tourinho, todos apontados como tendo ligações com os comunistas.

Imediatamente, após as “averiguações”, Salomão Rhem mandou prender o professor Nelson Schaun, acusando-o de ser o mentor intelectual do atentado. Também foram detidos Horácio Albuquerque e Elias Alves de Souza. Depois de tomar os depoimentos das testemunhas e suspeitos, a polícia encaminhou o inquérito à justiça federal para que tomasse as providências, inclusive solicitando autorização para decretar prisão preventiva dos suspeitos. Ainda sem a autorização devida, Nelson Schaun fora detido na cadeia pública de Itabuna, ficando incomunicável e sofrendo problemas de saúde, segundo afirma o seu advogado no pedido de *Habeas Corpus* encaminhado ao juiz federal em Ilhéus, onde corria o processo instaurado.⁹⁵

Após analisar o inquérito, onde vários dos depoimentos incriminadores foram colhidos junto aos dirigentes do integralismo local, o procurador federal em Ilhéus, Arthur Lustosa de Aragão, achou conveniente denunciar somente Elias Alves de Souza

⁹³ *Diário da Tarde*, 09 de agosto de 1935, p. 01.

⁹⁴ LINS, Marcelo da Silva. *Os Vermelhos do Cacau: a presença comunista no sul da Bahia (1935-1936)*. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, UFBA, Salvador, BA, 2007.

⁹⁵ Seção Judiciária, doc. 1178-05, APEB. Este arquivo é processo completo do episódio da bomba jogada sobre o núcleo integralista de Ilhéus em 1935. Do qual houve cinco acusados, destes, dois foram indiciados e condenados.

e Horácio Pessoa de Albuquerque, réus confessos. O primeiro como responsável por lançar o projétil, e o segundo por ter entregado a bomba ao primeiro e cortado a energia da cidade no intuito de provocar maior pânico. Os outros implicados na denúncia foram excluídos do processo.

Tendo sido os denunciados pela procuradoria, levados a julgamento no dia 30 de abril de 1937. Houve um longo debate entre a procuradoria e o judiciário questionando se os réus deveriam ser julgados pela justiça comum ou pelo Tribunal de Segurança Nacional.⁹⁶ Essa confusão sobre a competência para o julgamento se deu por causa da criação do TSN em 1936, após o episódio da bomba, mas antes do julgamento. Ficou decidido pelos desembargadores que se tratava de um crime comum e os implicados deveriam ser acusados deste crime. Tendo como juiz federal o Dr. Mathias Olympio de Mello, como procurador Raul Alves de Souza, e como advogado de defesa o Major Cosme de Farias, os réus foram julgados e condenados a três anos de prisão celular a ser cumprida na capital do estado, Salvador.⁹⁷

O inquérito da bomba em Ilhéus foi remetido para as autoridades judiciais no dia 26 de março de 1936, dando o episódio por encerrado na esfera investigativa. Mas, quatro dias antes, em 22 de março de 1936, o operário Euclides Tavares dos Santos, que tinha aderido ao PCB em 1935, compareceu à delegacia regional e fez uma declaração sobre o atentado a bomba de 1935. O delegado colheu o seu depoimento e, além de acusar os cinco que já tinham sido arrolados anteriormente, implicou mais duas pessoas, Gildath Alves Amorim e André Bento da Silva. Os dois trabalhadores, também filiados ao PCB.

Conta Euclides Tavares dos Santos que tinha sido convidado por André Bento para cumprir uma tarefa do partido em Ilhéus, os dois encontraram-se com Horácio e foram causar um curto-circuito na energia elétrica. Enquanto tentavam desligar o poste, ouviram uma explosão, ficaram preocupados, mas até então Euclides não conhecia os detalhes da operação. Somente depois é que ficara sabendo por meio de outro companheiro que o ato de interromper a energia era parte de um plano maior, que consistia em jogar uma bomba na sede do partido integralista e causar pânico nos presentes. Tarefa levada a cabo por Elias Alves da Silva. Apesar da abertura de novo

⁹⁶ O TSN foi criado primeiramente com o intuito de julgar os envolvidos nos levantes armados que ocorreram em Natal, Recife e Rio de Janeiro em novembro de 1935.

⁹⁷ Seção Judiciária, doc. 1178-05, APEB.

inquérito e dos diversos depoimentos, os dois principais acusados já se encontravam condenados e cumprindo pena, não foi imputada mais culpa aos outros envolvidos.⁹⁸

Apesar de terem sido condenados a três anos de prisão celular em 1937, os implicados encontravam-se detidos desde dezembro de 1935. Já em junho de 1939, o major Cosme de Farias, na função de advogado dos condenados, impetrou *Habeas Corpus* para que seus clientes deixassem de sofrer o “ilegal constrangimento a que estão submetidos, contra todas as disposições da lei”. De fato, pela lei, a pena dos condenados teria vencido em dezembro de 1938, mas no turbilhão em que se encontrava o país, a justiça parece não ter se importado muito com os direitos dos presos. Após a solicitação de liberdade, os juízes do TSN entenderam que os presos tinham direito à liberdade, sem prejuízo do processo, e ordenaram a soltura de Horácio Albuquerque e Elias Moraes.⁹⁹

Desde os primeiros tempos de fundação dos núcleos na região Ilhéus-Itabuna, houve alguns conflitos localizados. No dia 01 de novembro de 1935 *O Intransigente* veicula nota assinada por Nelson Oliveira com o título “A tocaia sinistra do Ribeirão da Patiόba”. Afirma a nota que no dia 27 de outubro do mesmo ano diversos integralistas do distrito de Palestina, Itabuna, foram atacados por um grupo armado de “rifles, revólveres e facões, chefiado pelo indivíduo Carleone da Silva Ceu, vulgo ‘dendê’” e mais outros, num total de 15 pessoas. Segundo o autor, diversos integralistas foram feridos e roubados, ele aponta um dos fazendeiros da região como autor intelectual do crime e solicita rigorosa apuração e punição dos culpados. Por fim, faz um alerta:

Enquanto não soar a hora da vitória, que será também a hora da justiça, os integralistas se limitarão a esperar as providências da lei e a comemorar seus mártires, cujo sangue fluindo, vem dando cada dia e cada hora mais viço, mais força e mais ardor a impetuosa floresta dos camisas-verdes.¹⁰⁰

Esse conflito se insere numa série de embates que os integralistas travaram após a fundação dos núcleos, em especial durante o ano de 1935 na região. Mas, demonstra que estes conseguiam, pelo menos nesse momento, ocupar as páginas dos jornais para defender os seus ideais e criticar o poder estabelecido. O conflito é parte de uma série de choques que ocorreram na *Palestina* em 1935.

⁹⁸ Processo 171, apenso. TSN. AN. Nelson Schaun e outros.

⁹⁹ Processo 271. TSN. AN. *Habeas Corpus* em Favor de Horácio Pessoa de Albuquerque e outro.

¹⁰⁰ *O Intransigente*, 01 de novembro de 1935, p. 04.

Em Itapuhý (atual Itororó), à época distrito de Itabuna, o subdelegado reclamava ao delegado regional que os integralistas locais estavam se arvorando de autoridades, fazendo rondas armados. Diante das denúncias de excessos integralistas, o delegado Salomão Rehem enviou um destacamento a localidade para averiguar a situação. Sob o comando do sargento Argemiro Barbosa (Mineiro), seguiu uma guarnição para a localidade, nessa feita foi implantada uma perseguição sistemática aos membros do núcleo integralista local. Vários elementos foram espancados e detidos em uma cadeia provisória organizada pelo sargento.¹⁰¹

O Intransigente, contrário à política local, faz uma denúncia em suas páginas, afirmando que a região vivia no “regime do cacete” pois “os tempos do trabuco, da intransigência, do chicote, do facão, do crê ou morre, é o que estamos atravessando atualmente”. Coloca a culpa nos políticos que assumiram o poder a partir de 1930 e explica que as vítimas da vez eram os integralistas de Itapuhý, pois “verdadeiros atos de selvageria estão sendo praticados ali pelo sargento Mineiro”.¹⁰²

Os integralistas afirmavam que o subdelegado e os fazendeiros eram inimigos do movimento e por isso os perseguiam. Por outro lado, deixavam claro também que agiam como se fossem autoridades na localidade. Isso demonstra que questões políticas se misturavam com o cotidiano e a briga entre famílias na região. Fato é que os integralistas de Itapuhý foram ao fórum de Itabuna e fizeram uma denúncia contra o sargento Argemiro Barbosa e os soldados José Ricardo dos Santos e Antonio Carlos Bispo.

Tendo o juiz da comarca aceitado as denúncias contra os acusados, em fevereiro de 1938 mandou prender o sargento Argemiro, que na ocasião estava lotado no município de poções, região sul da Bahia. Ao saber da ordem de prisão, o denunciado entrou com um pedido de *habeas corpus* preventivo, dizendo-se perseguido pelo juiz que era “inimigo acérrimo de todo militar”. Lamenta que, devido ao processo a que responde, foi prejudicado, deixando de ser promovido à *aspirante* na corporação. No mesmo documento, enumera os feitos na polícia militar, afirmando que “só em perseguição a Lampião tive três anos, onde sacrifiquei a saúde e arrisquei a vida” além

¹⁰¹ *Processo Crime n. 900*. Comarca de Itabuna. 1935. 218 folhas. Esse processo crime foi impetrado pela Justiça Pública contra o sargento Argemiro Barbosa e dois soldados, pelo abuso de autoridade e uso extremado da violência contra os integralistas de Itapuhý.

¹⁰² *O Intransigente*, 23 de novembro de 1935, p. 04.

de ter ajudado a combater a célula comunista no sul do estado. E conclui que “o crime que injustamente me pesa, é afiançável” e por isso não precisava ser preso.¹⁰³

Já em 06 de maio de 1935, os integralistas foram proibidos de realizar comícios em Itaúna (atual município de Itapé), distrito de Itabuna.¹⁰⁴ E alguns dias depois, *O Intransigente* noticia que os integralistas do distrito Macuco (atual município de Buerarema) impetraram *habeas corpus* na comarca local para garantir o direito de reunião, que estava sendo impedido pelo subdelegado local. Segundo o jornal “ninguém ignora o modo irritante dos encarregados do policiamento local, no tratamento aos moços integralistas (...) a intolerância do subdelegado local, possivelmente mal orientado, é inquietadora”. Tendo este distribuído armas aos seus “jagunços” para enfrentar os integralistas.¹⁰⁵

Notas como estas são constantes na imprensa da região. Inquéritos foram abertos para apurar denúncias, tendo sido, inclusive detidas algumas autoridades pela maneira com que tratavam os integralistas. Contudo, o integralismo na região não se limitou a travar lutas na rua contra as autoridades e a população em geral. Buscava outros meios de inserção na comunidade com o desenvolvimento de trabalhos de cunho social no intuito de ganhar a simpatia da população. Fundou uma escola primária no bairro do Pontal em Ilhéus que levava o nome de Dan Nunesmaia, e um curso noturno para os “camisas-verdes” estudarem. Faziam eventos de cunho social como o “Natal das crianças pobres”.

Estas medidas de inserção social visavam demonstrar o integralismo como movimento atuante e participativo nos problemas sociais de então. Serviam de forte propaganda para arregimentar mais adeptos e conquistar seguidores. As mulheres tinham papel de destaque nas obras de assistência social e educacional para os integralistas. Conforme afirma Laís Ferreira, estes estavam “cientes dos efeitos positivos que as ações assistenciais trariam a imagem do integralismo” e, por isso, buscavam dar visibilidade a essas ações.¹⁰⁶

Com essas atitudes e buscando arregimentar adeptos, o integralismo não parava de crescer. Em fevereiro de 1935, um grande evento veio chamar a atenção na região. Um encontro de *camisas-verdes* de diversos municípios em Ilhéus para uma

¹⁰³ APEB - Seção judiciária, doc. 220-193. Habeas Corpus em favor de Argemiro Gomes Barbosa.

¹⁰⁴ *O Intransigente*, 11 de maio de 1935, p. 04.

¹⁰⁵ *O Intransigente*, 01 de junho de 1935, p. 01.

¹⁰⁶ Laís Mônica Reis. *Educação e Assistência Social: as estratégias de inserção da Ação Integralista Brasileira nas camadas populares da Bahia em O Imparcial (1933-1937)*. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, UFBA, Salvador, BA, 2006, p. 104.

demonstração de força ao *chefe provincial* Milcíades Ponciano Jaqueira. Compareceram de Itabuna, 287 membros, de Ilhéus, 409 e de Água Preta (atual Uruçuca), 130, além de outros de vários municípios.¹⁰⁷ Nessa ocasião, Ilhéus recebeu o título de cidade integralista, a primeira do norte/nordeste, devido “a virtude de ter sido realizado (...) com grande mobilização de camisas-verdes, a primeira concentração regional do sul do estado e a mais numerosa que se realizou na Bahia”, segundo palavras de Plínio Salgado.¹⁰⁸

Fica claro que o integralismo, naquela ocasião, era muito mais do que um simples movimento, era uma força política que os adversários não mais podiam desprezar. Um meio pelo qual os integralistas buscaram se expressar foi atuando junto da imprensa. No período de legalidade da AIB, e mesmo depois, seus membros tiveram acesso a páginas dos jornais para enunciar os seus discursos. Mas também foram alvo de matérias, às vezes em tom de elogio e em muitas ocasiões com críticas duras ao seu modo de agir na política. Entre os artigos publicados, tanto em Itabuna quanto em Ilhéus, apresentavam escritos de integralistas. É facilmente perceptível que a imprensa exerce papel central na dinâmica integralista.

A AIB e a imprensa

No dia três de janeiro de 1935, o *Diário da Tarde* de Ilhéus publicou, na segunda página, um artigo do jovem integralista Adonias Filho, intitulado *Fascismo: o seu caráter universal*. Nesse texto, o então estudante, que se tornaria escritor de renome, traçava uma visão dos feitos dos movimentos fascistas no mundo. Sentencia que esta não era mais uma ideologia, e sim um movimento vencedor que tomava o poder em diversos países. No discurso de elogios aos movimentos fascistas, afirma:

O nacionalismo alemão acordado pela energia de Adolf Hitler é (...) um movimento de sacrifício e luta que conquistou a admiração e simpatia da mocidade alemã. E iniciou a reconstrução *econômica, política, cultural e ética* da Alemanha¹⁰⁹ (grifo nosso).

¹⁰⁷ *Diário da Tarde*, 09 de fevereiro de 1935, p. 01.

¹⁰⁸ *Diário da Tarde*, 11 de março de 1935, p. 01.

¹⁰⁹ *Diário da Tarde*, 03 de janeiro de 1935, p. 02.

Tais palavras podem soar estranhas, mas no momento em que foram escritas não devem ter causado tanto espanto. Na verdade, podem até ter sido elogiada. Alguns conceitos básicos do linguajar dos movimentos autoritários no Brasil aparecem neste fragmento do artigo. Temas como nacionalismo, luta, sacrifício, mocidade e reconstrução ética perpassam todo discurso de caráter autoritário. Marly Viana destaca que um dos temas mais caros aos integralistas eram os discursos de nacionalidade e valores da pátria. No palavrório confuso e incoerente, mas empolgante, os integralistas buscavam apoio a sua causa.¹¹⁰

Como o diagnóstico do Brasil naquela ocasião não era dos melhores, a luta pela defesa da pátria exigiria sacrifício e luta da mocidade. O ideal de virilidade da juventude disposta a entregar-se em sacrifício pela pátria também eram valores evocados. Eliana Dutra, analisando o valor afetivo que tem entre os discursos autoritários e a noção de pátria, afirma que esta é uma potencialidade estratégica dentro do universo autoritário. Mas por que a pátria, e as manifestações patrióticas, são valores imprescindíveis no constructo discursivo autoritário? Segundo a autora, entre outros motivos, deve-se ao jogo de manipulação da insegurança dos sujeitos individuais.

Aí entra a noção de pátria como uma comunidade maior que proporciona “proteção e segurança imaginariamente garantidas junto à mãe, à família e ao lar”. Assim, o discurso enfatiza que “ao se realizar esse prolongamento da vida privada até a pública e o retorno da experiência pública à experiência privada, o ideal de uma sociedade una se insinua e os temores da divisão e a possibilidade de atomização do social são acalentados”. Dessa forma, a individualidade perde sentido e toda a energia deve ser canalizada para um objetivo maior, a pátria, no sentido de extirpar todo o mal que pretenda diluir o corpo social.¹¹¹

Portanto, no imaginário autoritário, a luta deve ser encampada pela juventude, pela mocidade, pelos homens que queiram a proteção. Mas tal proteção só é possível protegendo a própria pátria, o corpo maior, o organismo vivo. Os homens, individualmente, são somente átomos desse órgão. Nesse caso, o individualismo, ou mesmo a individualidade deve ser extirpada em defesa do corpo social.

Assim como Adonias Filho, vários outros integralistas ocuparam as páginas da imprensa para veicular seus discursos. Nem sempre a linha editorial dos periódicos

¹¹⁰ VIANNA, Marly de A. G. *Algumas notas sobre o integralismo*. Disponível em www.achegas.net/numero/42/marly_42.pdf Acesso em 23 de junho de 2015.

¹¹¹ DUTRA, Eliana. *O Ardil Totalitário: Imaginário Político no Brasil dos Anos 30*. Rio de Janeiro - RJ / Belo Horizonte MG: Ed. UFMG/UFRJ, 1997, p. 150.

parecia concordar com os enunciados, mas não era incomum encontrar linhas em defesa do integralismo. Não é possível afirmar se esses espaços eram pagos ou cedidos, mas participar dos jornais impressos foi muito comum para os *camisas-verdes* durante esses anos. No artigo intitulado *Integralismo e Medievalismo*, publicado em dezembro de 1933 na segunda página do jornal, o articulista Júlio Vieira de Sá faz uma interessante explanação sobre o movimento.¹¹²

O autor dá uma explicação sobre o medievalismo, entendendo-o como aversão ao desenvolvimento tecnológico. Afirmar categoricamente que integralismo e medievalismo não devem ser confundidos, já que o integralismo não era contra o desenvolvimento da ciência. Apesar de procurar evidenciar a diferença entre os dois pensamentos, busca demonstrar um ponto de intersecção entre eles, a visão doutrinadora e disciplinadora entre o pensamento medieval e o integralismo. O autor faz uma confusão entre corporativismo e cooperativismo, destacando que tanto o integralismo quanto o medievalismo tinham amor pelas corporações. Mas, para o integralismo, as corporações de trabalhadores tinham como principal ponto o arrefecimento da luta de classes.

O articulista menciona que o integralismo ao adotar um sistema de representação que “contemple igualmente a todas as classes, procura justamente anular a luta dessas mesmas classes, impossibilitando o domínio de umas sobre outras”. Assim, com a ideia corporativa de supressão das classes por meio de uma representatividade “colaborativa”, vê a possibilidade de diluição dos conflitos. Para continuar embasando o seu raciocínio, mais à frente, utiliza valores medievais de hierarquia para legitimar a luta integralista contra o “individualismo” desagregador na modernidade.¹¹³

São discursos presentes num momento de efervescência e ebulição da política nacional e local. Os valores pregados nesses artigos estão em concordância com os propagados pelos líderes do movimento integralista nacional. Os artigos veiculados no *Diário da Tarde*, jornal ligado ao PSD, não eram endossados diretamente pela direção do periódico, ou pelo menos não era comum escrever-se especificamente para este. No entanto, as relações entre os “autonomistas” do jornal *O Intransigente* e os integralistas em Itabuna eram mais tranquilas e de verdadeiras colaborações entre si. Por isso mesmo, no dia 14 de setembro de 1935, José Nunes de Aquino, um dos líderes locais do integralismo, escreveu um longo artigo especialmente para esse jornal. Veiculado na

¹¹² *Diário da Tarde*, 04 de dezembro de 1933, p. 02

¹¹³ *Diário da Tarde*, 04 de dezembro de 1933, p. 02

terceira página do periódico e intitulado *A Revolução Integralista*, o artigo ocupa quase toda a folha e desenvolve um linguajar já conhecido do autoritarismo. Pátria, ordem, mocidade, anticomunismo e antiliberalismo, força, união, nacionalismo, virilidade são conceitos presentes no escrito.

O artigo faz claros elogios a Hitler e a Plínio Salgado, afirmando que este último teria compreendido “a fala da nação” e seria o intérprete da dor nacional. Os que desfaziam do integralismo, ou agiam de má fé, ou não compreendiam o real sentido da revolução que se processava. Mas, segundo o líder *verde* local, a revolução iria acontecer, mesmo que violentamente “pela força da cultura, pela cultura da força, pela disciplina de ambas”. Assim é o tom do artigo, um tom bélico que evocava a indivisibilidade do homem integral.

Os camisas-verdes são um só homem. Tem uma só vontade. Nutrem uma só aspiração. Tudo isso depende da disciplina. Pois a disciplina será a maior força de orientação do século em que vivemos. A disciplina gera ordem. A ordem gera direito. O direito gera liberdade humana. Nunca vimos isso no Brasil. A liberal-democracia falou em nome da liberdade e nos proporcionou os mais duros sacrifícios e imposições. Foi uma liberdade incompreendida, demagógica. Nasceu com a guilhotina e evoluiu até as trincheiras. Mas a reação aí está¹¹⁴

A ideia de revolução traçada aqui aparece como uma reação muito clara a liberal-democracia que teria levado o mundo à guerra nas trincheiras. Por isso era indispensável ordem, disciplina e, obviamente, obediência ao chefe nacional. A reação era naturalmente o levantamento do integralismo para alcançar a plenitude da nação.

O artigo ainda destaca que a liberdade não deveria ser confundida com as liberdades individualistas, mas uma liberdade entendida dentro de uma concepção espiritual, “dentro dos limites humanos” e fora da “literatura tipo *Cacau*”. Note-se aí a volta da concepção espiritualista dos ideais integralistas e uma crítica bem clara, mas sutil, à literatura de Jorge Amado que começava a despontar no cenário literário. Uma crítica ao livro *Cacau*, publicado em 1933 e que conta a história de trabalhadores explorados nas fazendas pelos coronéis. É compreensível a fala de José Nunes de Aquino, filho de coronel, integralista e anticomunista, que no texto em favor do integralismo, fizesse comentário contrário ao seu conterrâneo e desafeto político.¹¹⁵

¹¹⁴ *O Intransigente*, 14 de setembro de 1937, p. 03.

¹¹⁵ *O Intransigente*, 14 de setembro de 1937, p. 03.

Interessante notar que dentre os artigos analisados, sendo de escritores da região ligados ao integralismo, não aparece figuração regionalista. Os conceitos de região perdem força no linguajar dos integralistas que escrevem nos jornais e ganha destaque a noção de pátria. Aliás, no mesmo artigo analisado acima, há uma crítica clara a essa noção. Depois de dizer que era contra o divisionismo brasileiro, o articulista diz que o Brasil se tornará “uno, indivisível. Politicamente. Moralmente. Geograficamente (...) custe o que custar”.¹¹⁶

No dia 23 de outubro de 1937 o jornal *Diário da Tarde* publicou nota de um deputado paulista afirmando que o integralismo era comunista, pois suprimia as liberdades individuais e transformava os indivíduos em um todo “integralisticamente”. Dizia ainda que na Alemanha nazista ou na Itália fascista o estado era superior a tudo e a todos, portanto era igual à Rússia comunista. Em repetidas ocasiões, o artigo diz que a supressão da liberdade individual levaria ao fim da família e ao fim do pensamento. Pois “abolida a liberdade e a crítica, morreu o pensamento, que necessita de liberdade, como os pulmões precisam de ar”.¹¹⁷

De fato, Hannah Arendt, analisando a supressão do indivíduo nas sociedades ditatoriais, afirma que “os movimentos totalitários são organizações maciças de indivíduos atomizados e isolados” que devem total obediência ao chefe. Tal obediência deve ser sempre irrestrita e incondicional. Neste caso, a autora não faz distinção entre os movimentos fascistas na Europa e a União Soviética *stalinista*, pois, as duas teriam acabado com a individualidade e buscado isolar os seres humanos de “outros laços sociais – de família, amizade, camaradagem”.¹¹⁸

A resposta ao artigo do deputado não tardou, já em 28 de outubro, cinco dias após a publicação, um integralista local chamado Álvaro Nery veiculava a réplica no mesmo jornal com o título de *Onde Comunismo* (?). No texto, discorre sobre a doutrina integral, chama o comunismo e a liberal-democracia de velharias e afirma que os que discordam do integralismo o fazem por má-fé ou por ignorância. A ignorância ele combateria com “as armas que o bom senso recomenda, ao terreno elevado das ideias”, mas a má-fé “só merece a nossa repulsa, porque oculta sempre os interesses inconfessáveis ou as premeditações criminosas”.¹¹⁹ Ou seja, a ignorância era

¹¹⁶ *O Intransigente*, 14 de setembro de 1937, p. 03.

¹¹⁷ *Diário da Tarde*, 27 de outubro de 1937, p. 02.

¹¹⁸ ARENDT, Hannah. *Origens do Totalitarismo: antisemitismo, imperialismo, totalitarismo*. São Paulo: Cia das Letras, 2012, p. 454.

¹¹⁹ *Diário da Tarde*, 28 de outubro de 1937, p. 02.

proveniente do desconhecimento, mas a má-fé dos que ousavam discordar do integralismo era movida a interesses criminosos. Assim, os integralistas se colocam na posição de homens acima do bem e do mal e os outros são ignorantes ou criminosos. Isso demonstra um pouco do ideal autoritário em voga naquele momento e que encontrava acolhida na imprensa periódica local.

Essas citações demonstram o quanto o integralismo foi atuante na região. E o papel central que a imprensa ocupa na organização dos *camisas-verdes*. Para Rosa Cavallari, a palavra impressa era de fundamental importância na rede constituída pela AIB, em especial o jornal, pois esse desempenhava a função de “atualização e popularização do corpus teórico integralista junto ao militante”. Afirma ainda que os jornais do interior “eram organizados de modo a reproduzir os jornais maiores, editados nos grandes centros onde se concentrava a elite dirigente do Movimento”. E, talvez por isso mesmo, os jornais do interior não faziam referências à política local.¹²⁰

Mas, como os integralistas eram homens de movimento e a ideia geral era chegar ao poder, não ficaram somente discutindo doutrinas e programas nas lides dos jornais, partiram para as disputas políticas. Candidataram-se, lançaram candidatos e assumiram cargos políticos na região durante a existência legal do partido-movimento.

¹²⁰ CAVALARI, Rosa Maria Feiteiro. *Integralismo: organização e ideologia de um partido de massa no Brasil (1932-1937)*. Bauru-SP: Edusc, 1999, p. 79.

Capítulo III

Articulações políticas

Os *camisas-verdes* e as eleições

As eleições marcam a vida dos povos na modernidade. No Brasil, o fenômeno pode ser visto desde os primeiros tempos como país independente. O Imperador D. Pedro I convocou eleições para deputados ainda em 1822, que seria responsável por elaborar a Constituição, tendo sido dissolvida a Assembleia Constituinte em 1823, e outorgada uma Constituição em 1824 pelo próprio imperador. Se não era possível escolher o chefe do executivo, pelo menos os deputados e senadores eram eleitos em pleitos que guardam pouca semelhança com a experiência republicana, mas ainda assim eram eleições com participação do voto. A partir de 1889, com a Proclamação da República, a ideia do voto veio para o cotidiano das pessoas, ainda que na Primeira República estivesse limitado a um número mínimo de eleitores e excluísse a maioria da população.

Em 1930, recebendo como herança todas as turbulências verificadas na década anterior, a *Revolução* que alçou Getúlio Vargas ao poder executivo, precisava demonstrar que combatia as velhas estruturas políticas que faziam parte do regime vencido. Em 1932, foi criado o Código Eleitoral, para regularizar as eleições no país e dar maior segurança ao processo, além de aumentar o número de eleitores capazes de votar. Este ato, tido como um marco do processo eleitoral brasileiro foi inovador, pois estabelecia o voto universal, direto, secreto, mas excluía analfabetos, clérigos, mendigos e outras categorias. Uma das inovações foi a criação da Justiça Eleitoral, responsável por todo o processo das eleições dali por diante, acabando com a estrutura extremamente arcaica que fizera parte da Primeira República.¹²¹

Os pleitos que ocorreram após 1930 tiveram por base a legislação de 1932. As primeiras eleições que vão se processar no Brasil são para o Congresso Constituinte Nacional em 1933. Para essas eleições, apesar das inovações eleitorais, na Bahia se inscreveram 91.118 eleitores, apenas 2% da população total, um ano mais tarde este

¹²¹ Decreto 21.076 de 24 de fevereiro de 1932, que estabelecia regras para o alistamento eleitoral e o procedimento das eleições federais, estaduais e municipais.

número dobrou, entretanto, ainda representava uma pequena minoria da população total.¹²²

Nas eleições para a Assembleia Estadual de 1934, o integralismo estava em vias de expansão e não se denominava ainda um partido político. Tiveram apenas 302 votos, o que representou 0,20% do total. As cadeiras do parlamento estadual foram ocupadas em sua maioria por aliados do interventor Juracy Magalhães, e somente dez deputados eleitos mantiveram-se em atitude de oposição.¹²³ Contudo, essa atitude de oposição era atenuada, pois os “autonomistas” que tinham sido parcialmente derrotados, “tenderiam a estreitar aproximação com o interventor” e por sua vez, Juracy Magalhães traçou uma política de aproximação com o intuito de garantir estabilidade ao seu governo.¹²⁴

Se o integralismo não demonstrava força e articulação política até aquele momento, o mesmo não se mostraria nas eleições municipais que estavam preparadas para ocorrer em 1936. Aliás, o fato de o integralismo viver num dilema de identidade causava alguns percalços eleitorais e abria o flanco para críticas dos opositores. Declarando-se, como um movimento cultural, que pretendia a revolução do espírito, o integralismo deixava de dar a atenção às disputas eleitorais que se processavam no país. Reza o manifesto que “enquanto não virmos o Brasil organizado, sem o mal dos partidarismos egoístas, o Estado Brasileiro exprimindo classes, dirigindo a Nação pelo cérebro das suas elites, não descansaremos, na propaganda que nos impomos”.¹²⁵

Somente em 1935, no Congresso de Petrópolis, com as mudanças dos estatutos que haviam sido aprovados em Vitória (ES) um ano antes, foi possível definir o integralismo na condição de partido político. No entanto, os próprios membros sempre negaram essa alcunha, por achar que era um movimento que representaria a totalidade dos brasileiros. As massas tomam lugar de destaque na sociedade integral e o desprezo pelos partidos era constante nos discursos bem ao gosto das ideologias autoritárias dos anos 1930.¹²⁶

¹²² SAMPAIO, Consuelo Novais. *Poder e Representação: o Legislativo da Bahia na Segunda República, 1930-1937*. Salvador: Assembleia Legislativa, 1992, p. 134.

¹²³ SAMPAIO, Consuelo Novais. *Poder e Representação: o Legislativo da Bahia na Segunda República, 1930-1937*. Salvador: Assembleia Legislativa, 1992.

¹²⁴ SILVA, Paulo Santos. *Ancoras de Tradição: luta política, intelectuais e construção do discurso histórico na Bahia (1930-1949)*. Salvador: EDUFBA, 2011, p. 38.

¹²⁵ Manifesto Integralista, outubro de 1932. Disponível em: <http://mtm.ufsc.br/~mcarvalho/CURSOS/Manifesto%20de%20Outubro.pdf> acessado em 15 de junho de 2015.

¹²⁶ ARENDT, Hannah. *Origens do Totalitarismo: antissemitismo, imperialismo, totalitarismo*. São Paulo: Cia das Letras, 2012. Discute o papel de indivíduos que nunca tiveram uma participação política, mas que desconfiavam dos partidos políticos que não os representava. Buscando apoio nas massas e desprezando

Contudo, por existir em uma sociedade não fechada, a única forma de tentar ascender ao poder naquele momento parecia ser por meio das disputas eleitorais. Daí, o integralismo articular-se como partido, mas se intitular como movimento de brasilidade. O dilema entre o desprezo pelo jogo político *versus* necessidade de angariar apoio jogou os integralistas nas disputas eleitorais como mediação política temporária. No mesmo ano de 1935, quando o integralismo tornou-se um partido, foram marcadas as eleições municipais na Bahia, para 15 de janeiro de 1936. Essa foi a única eleição que os integralistas participaram efetivamente nos anos 1930.

A campanha transcorria normalmente, os grupos começaram a montar as suas chapas, quando foi decretado o estado de sítio no país, logo transformado em estado de guerra. No sul da Bahia, foi designado o Capitão Salomão Rhem para a Delegacia de Ordem Política e Social, que funcionou subordinada diretamente à Secretaria de Segurança Pública do Estado, com a função de combater os crimes previstos na Lei de Segurança Nacional. As notícias de jornais e a literatura regional mostram que os dois anos em que o Capitão Salomão Rhem esteve à frente da Delegacia regional, foram muito agitados, o que dá uma medida das paixões políticas que se processavam naquele momento.

Em agosto de 1935, o Tribunal Regional da Bahia definiu as regras para as eleições para prefeito. Em meados de setembro, o Partido Social Democrático (PSD), ligado ao governador Juracy Magalhães, começou articular em Ilhéus a definição da sucessão municipal. Numa reunião que contou “com todos os membros ora nesta cidade (...) foi conhecida a situação do último pleito atual baiano (...) e tratou-se ainda da marcha dos serviços eleitorais para o próximo pleito”.¹²⁷ Após a reunião, foi enviado um telegrama ao governador prestando satisfações e informando que no dia 30 do mesmo mês seria definida a chapa do partido para concorrer às eleições que se avizinhavam.

O PSD foi o primeiro partido a se articular para o pleito municipal, em seguida os integralistas também montaram sua chapa para concorrer às eleições, tendo o médico Raymundo Pacheco como candidato ao cargo de prefeito e vários nomes para concorrer

as classes, que seria o primeiro status a ser destruído num Estado Totalitário. “A queda das paredes protetoras das classes, transformou as maiorias adormecidas, que existiam por trás de todos os partidos, numa grande massa desorganizada e desestruturada de indivíduos furiosos, que nada tinham em comum exceto a vaga noção de que as esperanças partidárias eram vãs”. p. 444.

¹²⁷ *Diário da Tarde*, 13 de setembro de 1935, p. 01.

à câmara de vereadores, entre eles o do também médico Gustavo Fonseca, chefe do núcleo de Ilhéus, que fora eleito.

O evento para definir a chapa do partido estava organizado para o dia 30 de setembro de 1935, os integralistas, apesar de estarem em número crescente, ainda não representavam uma séria ameaça e os “autonomistas” estavam ainda desarticulados na região, tanto é que nem lançaram candidato à prefeitura em Itabuna. A falta de uma chapa “autonomista” em Itabuna foi justificada pelo seu chefe regional, Henrique Alves, através do seu jornal *O Intransigente* que, segundo este, “por motivos superiores (...) atendendo a ausência forçada e imprevista (...) do deputado João Mangabeira, chefe do Partido Autonomista” o partido não lançaria a chapa para concorrer aos cargos municipais, ficando o eleitorado “autonomista” responsável por manter “a disciplina político partidária”.¹²⁸

Apesar das constantes promessas do lançamento dos candidatos do PSD em Ilhéus, a convenção demorava de ocorrer por diversos motivos. Em 25 de outubro de 1935, na página 04, numa nota que mistura política e comédia, o jornal *Diário da Tarde* publica uma suposta conversa de bar, onde um cidadão indaga a outro: “qual é o seu candidato a prefeito?” no que é respondido “eu não jogo no azar, quero saber primeiro se o capitão Juracy Magalhães tem algum palpite...”.¹²⁹ Assim, para deixar clara a posição do capitão Juracy Magalhães, este foi à região no início de novembro “escrutar pessoalmente as necessidades de Ilhéus e Itabuna (...) sem que, ao mesmo tempo, faltasse intuito político à viagem. As eleições municipais avizinhavam-se”¹³⁰

Nesse momento, o PSD parecia caminhar para a vitória tranquila no pleito municipal, até que um fato veio a causar incômodo político e familiar. Houve uma cisão no partido, e, ao que tudo indica, tratava-se de divergências políticas e familiares pelo comando de Ilhéus. Uma parte dos membros do PSD resolveu abandonar o partido e aderir ao “autonomismo”, indo para oposição ao governo municipal. Esse grupo lançou como candidato à prefeitura o médico Luiz Lavigne de Lemos, primo do então prefeito e candidato Eusínio Lavigne.¹³¹

A família Lavigne é oriunda da França, com posses de terras no sul baiano desde os tempos coloniais. Fazendo parte da facção *adamista*, foram afastados do poder

¹²⁸ *O Intransigente*, 11 de janeiro de 1936, p. 01.

¹²⁹ *Diário da Tarde*, 25 de outubro de 1935, p. 04.

¹³⁰ CAMPOS, João da Silva. *Crônica da Capitania de São Jorge dos Ilhéus*. 3ª Ed. Ilhéus: Editus, 2006, p. 755.

¹³¹ CAMPOS, João da Silva. *Crônica da Capitania de São Jorge dos Ilhéus*. 3ª Ed. Ilhéus: Editus, 2006, p. 750.

em 1912 por ocasião da ascensão de J.J. Seabra ao governo do estado, voltando a ocupar as posições de controle a partir de 1930 com a nomeação de Eusínio Lavigne para a prefeitura de Ilhéus. Contudo, parte da família aderiu ao “autonomismo”, sendo o caso de Antonio Lavigne de Lemos e seu irmão Artur Lavigne de Lemos, pai de Luiz Lavigne de Lemos.¹³²

As disputas continuavam na imprensa e nos espaços públicos. O chefe municipal do integralismo publicou reiteradas vezes informativos no *Diário da Tarde*, afirmando que os integralistas deveriam votar somente nos candidatos do partido. Poucos dias antes das eleições, O PSD e, logo após, os integralistas utilizaram o espaço do Cine-Teatro Ilhéus para o ato final de suas respectivas campanhas. A batalha continuou com caravanas, comícios e discurso das partes. Acusações mútuas foram distribuídas e em 15 de janeiro de 1936 ocorreram às eleições municipais com três candidatos a prefeito: Eusínio Lavigne, pelo PSD; Luiz Lavigne, pela Concentração Autonomista; e pelo Integralismo, Raymundo do Amaral Pacheco.

Alguns dias depois foi divulgado o resultado. Num universo de mais ou menos 4.500 eleitores que compareceram às urnas, os votos foram distribuídos da seguinte forma: Eusínio Lavigne, 3.002; Luiz Lavigne, 1.092; Raymundo Pacheco, 439. Somando-se os votos dos dois derrotados daria metade dos votos do eleito, isto demonstra que o prefeito, e seu partido, tinham força política. Mas pode ser reflexo também da utilização bem feita da máquina política que nesse momento estava totalmente nas mãos dos correligionários do governador Juracy Magalhães. Algum tempo depois, o *Diário da Tarde* informava que, na Bahia, o integralismo tinha conseguido eleger apenas um prefeito do partido, no município de Santa Inês, mas este já tinha empenhado o seu apoio ao governo do estado.¹³³

Em Itabuna, as disputas ficaram entre o então prefeito, Claudionor Alpoim, representando o PSD e consequentemente o Governador Juracy Magalhães, e os integralistas. Ali, as eleições de 1936 parecem ter sido menos complicadas do que em Ilhéus, pois havia uma maior unidade em torno do nome do candidato do PSD. Por sua vez, o “autonomismo”, enfraquecido na ocasião, não lançou candidatos, deixando terreno para o PSD e o integralismo. Para prefeito os *verdes* lançaram Nelson Oliveira, chefe municipal do movimento, que obtivera 467 votos, ante 2.197 de Claudionor

¹³² RIBEIRO, André Luiz Rosa. *Família, Poder e Mito: o município de São Jorge dos Ilhéus (1880 – 1912)*. Ilhéus: Editus. 2001.

¹³³ *Diário da Tarde*, 25 de maio de 1936, p. 01.

Alpoim. O prefeito em exercício foi reconduzido ao cargo e na câmara de vereadores, dos doze conselheiros, nove eram do PSD, dois do integralismo e um era classista.

Apesar de não conseguirem assumir o comando das cidades de Itabuna e Ilhéus no ano de 1936, os integralistas demonstraram que estavam participando ativamente das eleições e conseqüentemente do jogo político imposto pelo governo. Mas deixavam sempre claro que a ideia era conquistar o poder total e eliminar os partidos políticos. Enquanto isso não ocorria, trabalharam no legislativo de Ilhéus e Itabuna após 1936.

Os verdes no legislativo

Nas eleições municipais de janeiro de 1936, os prefeitos de Ilhéus e Itabuna haviam sido reconduzidos ao cargo por meio do voto direto. E contavam com maioria nas câmaras de vereadores das respectivas cidades. Já o integralismo, que conseguira eleger um vereador em Ilhéus e dois em Itabuna, gozava de ampla penetração política nos dois municípios, bem como em todo território sul da Bahia.

Os representantes *verdes* nas câmaras municipais foram bem atuantes durante seus curtos mandatos. Gustavo Fonseca, pivô de alguns processos após novembro de 1937, fora eleito vereador em Ilhéus com 341 votos dos 450 que o integralismo tivera para o legislativo. A título de comparação, o vereador mais bem votado do PSD governista obtivera 556 votos, enquanto que o mais votado pelo “autonomismo” obtivera 278 votos apenas. Apesar das possíveis fraudes nas eleições, ainda assim, o integralismo demonstrou ser uma força política não desprezível. O movimento ganhou muitos adeptos após esse momento, mas não se consegue aferir o peso em votos posteriormente, já que não houve mais pleitos eleitorais durante a existência do integralismo.¹³⁴

Se os integralistas não conseguiram as prefeituras de Ilhéus e Itabuna, o que, aliás, afirmavam não ser intenção primordial, pelo menos conseguiram marcar presença, e inclusive, demarcar espaço no legislativo municipal. Em Itabuna, foram eleitos pelo integralismo José Muniz do Nascimento com 145 votos, e José Nunes de Aquino com 126 votos, sendo os dois responsáveis pela representação do movimento no

¹³⁴ *Diário da Tarde*, 29 de janeiro de 1936, p. 01.

funcionamento da câmara de vereadores, enquanto esta esteve em funcionamento, entre junho 1936 até o seu fechamento em novembro de 1937.¹³⁵

Apesar do pouco tempo de funcionamento das câmaras municipais durante os anos 1930, vale ressaltar que os integralistas eleitos foram combativos e presentes nas discussões que então se desenvolviam nesses espaços, pelo menos no que se refere ao sul da Bahia. Esse combate se destaca logo no início dos trabalhos legislativos e é demonstrado durante todo o tempo de atuação. Em Ilhéus, o integralista Gustavo Fonseca era um dos vereadores mais presentes, raramente faltando às reuniões, e mesmo quando fazia, justificava os motivos. As faltas foram notadas com mais frequência em fins de 1937, o que leva a crer que o ambiente político do país tenha influenciado a política local fazendo, inclusive, com que as câmaras cancelassem muitas de suas sessões.

É perceptível que o integralismo procurava agir no Brasil como um movimento político-ideológico unitário. E, ainda que nuances locais devam ser observadas, traços cotidianos demonstram o esforço em comum em defesa dos ideais integralistas. Rosa Maria Feiteiro Cavallari destaca o esforço empreendido pelo integralismo para dotar de sentido único as publicações do movimento, tanto no que se refere ao discurso, quanto em relação ao formato da mídia impressa, em especial os jornais e revistas que eram padronizadas de forma vertical.¹³⁶

Contudo, essa padronização não era comum somente na imprensa, o comportamento cotidiano deveria levar em conta os princípios integralistas. Os símbolos, os ritos, as falas, os comportamentos cotidianos deveriam ser embasados na lógica do sigma, e na política isso não poderia ser diferente. Pode-se perceber também certo grau de padronização nas formas de fazer política, os ritos e símbolos integralistas não estavam voltados somente a desfiles e passeatas, ou ações internas ou públicas, mas no cotidiano político também isso transparece com frequência.¹³⁷

Como demonstração desse discurso e ação política padronizada está a atitude dos vereadores integralistas nas câmaras de vereadores de Ilhéus e de Itabuna. No dia 10 de junho de 1936 houve a sessão solene de instalação da Câmara Municipal de Itabuna

¹³⁵ *Jornal Oficial de Itabuna*, 15 de fevereiro de 1936, p. 11. Jornal que circulava sempre aos sábados, e uma das poucas fontes hemerográficas que temos disponível sobre o município de Itabuna no período.

¹³⁶ CAVALARI, Rosa Maria Feiteiro. *Integralismo: organização e ideologia de um partido de massa no Brasil (1932-1937)*. Bauru-SP: Edusc, 1999, p. 183.

¹³⁷ CAVALARI, Rosa Maria Feiteiro. *Integralismo: organização e ideologia de um partido de massa no Brasil (1932-1937)*. Bauru-SP: Edusc, 1999. Em especial, analisar o capítulo 03 da obra, que trata dos símbolos e dos ritos integralistas.

que deu a posse ao prefeito, reconduzindo-o ao cargo. Na mesma ocasião, foram definidas as comissões, as secretarias e feito discursos, situação em que compareceram “as figuras de maior destaque da sociedade de Itabuna, destacando-se o prefeito e autoridades”. Fora marcada nova reunião do legislativo para o dia 12 do mesmo mês na sala de sessões da Prefeitura Municipal.¹³⁸

Na primeira reunião ordinária compareceram oito dos doze vereadores eleitos. Assim que foi franqueada a palavra, o edil Filadelfo Almeida “apresentou à câmara uma moção de solidariedade de seus pares ao governador desse Estado, Capm. Juracy Magalhães e ao Dr. Gileno Amado, secretário da fazenda (...)”.¹³⁹ Há aí uma clara definição de alinhamento político do legislativo municipal com o executivo estadual e o líder político do PSD em Itabuna, Dr. Gileno Amado. Por outro lado, se nota também certa desconsideração aos vereadores do integralismo que, aliás, objetaram instantaneamente a proposta alocada. A ata registra que a moção foi aprovada pela maioria, mas dela discordou os vereadores integralistas “apenas por princípios doutrinários”. O integralista José Muniz do Nascimento acrescenta que “as diretrizes a seguir durante os trabalhos desta Câmara, traçadas pelo credo que abraça, as quais, não constituirão franca ou sistemática oposição ao poder administrativo, mas sincera cooperação dentro das normas integralistas”.¹⁴⁰

Já em Ilhéus, após as festas de “reconstitucionalização” do município, o legislativo também deu início às atividades, e em primeiro de junho de 1936, em sessão ordinária, compareceram sete vereadores, entre eles Gustavo Fonseca. Quando foram feitas as considerações iniciais e franqueada a palavra, o vereador do PSD, Mário Pessoa, que fora preso pela Revolução de 1930 e depois nomeado prefeito, em 1938, durante o Estado Novo, propôs que, em virtude da proximidade do dois de julho, dia da independência da Bahia, a câmara “passasse um telegrama ao ilustre Capitão Juracy Magalhães, Governador do Estado”. O presidente colocou a proposta em votação, e a ata registra que “o requerimento foi aprovado por unanimidade”.¹⁴¹

Esse ponto foi motivo de discórdia e desentendimentos. Talvez o secretário tenha se equivocado, talvez o vereador Mário Pessoa não tivesse prestado atenção ainda nos princípios da AIB, ou talvez quisesse mesmo provocar, já que se tornou um dos

¹³⁸ *Jornal Oficial de Itabuna*, 13 de junho de 1936, p. 01.

¹³⁹ *Jornal Oficial de Itabuna*, 20 de junho de 1936, p. 01.

¹⁴⁰ *Jornal Oficial de Itabuna*, 20 de junho de 1936, p. 01.

¹⁴¹ Ata da segunda sessão da Câmara de Ilhéus, 01 de junho de 1936. Livro de Atas da Câmara de Ilhéus 1936-1937. CEDOC - UESC.

principais nomes de perseguição aos integralistas após assumir a prefeitura de Ilhéus em 1938, inclusive fazendo várias denúncias contra Gustavo Fonseca, seu antigo colega de legislativo.

Gustavo Fonseca protestou veementemente sobre a aprovação por “unanimidade” da moção ao governador. Solicitou que se fizesse um adendo informando que “do ponto de vista doutrinário, não podia assinar telegramas ou moções que importassem solidariedade a quaisquer autoridades política e administrativa”. E mesmo sendo informado pelo secretário que não houve propósito político na ata, já que não foi citado o nome de nenhum vereador. Gustavo Fonseca retrucou, exigindo que se colocasse *ipsi literis* na ata uma ressalva que “por princípio doutrinário” ele estava impedido de assinar qualquer moção de solidariedade “aos governos do município, do estado ou da nação”.¹⁴²

Tais atitudes dos vereadores podem passar despercebidas pelo leitor comum, ou mesmo como uma atitude de rebeldia dos legisladores. Contudo, fica claro o alto nível de engajamento ideológico e doutrinário que seguiam. Mesmo tendo disputado as eleições pelo voto direto, reconheciam somente a autoridade do integralismo. José Muniz do Nascimento diz que fará cooperação dentro das “normas integralistas”, enquanto Gustavo Fonseca deixa claro que não assina moção de solidariedade a nenhuma autoridade constituída. Os dois deixam implícito que reconhecem somente os “princípios doutrinários” do integralismo. Obviamente, nem sempre essa postura vai prevalecer, o próprio José Nunes de Aquino, em 1937, jura fidelidade a Getúlio Vargas. Já Gustavo Fonseca teve que enfrentar alguns processos no Tribunal de Segurança Nacional, a partir de 1938.

Durante o período de atuação das câmaras municipais, entre 1936 e 1937, é notável a presença constante dos integralistas nas reuniões. Pode-se afirmar que eram os menos faltosos das sessões. E, constantemente, se envolviam em discussões políticas com seus pares, sempre no intuito de defender pontos de vista que coadunassem com os objetivos integralistas.

A ideia de revolução integralista utilizava uma linguagem que proclama a primazia das mudanças culturais, ou espirituais, ante as questões econômicas. Há aí toda uma lógica constitutiva de uma sociedade voltada mais para o “entendimento” entre as classes sociais do que a luta entre elas. O inimigo comum seria o liberalismo e o

¹⁴² Ata da segunda sessão da Câmara de Ilhéus, 01 de junho de 1936. Livro de Atas da Câmara de Ilhéus 1936-1937. CEDOC - UESC.

comunismo, que através de seus postulados estavam criando uma geração degenerada. Rosa Cavallari destaca “que as regras de conduta e os padrões morais eram bastante rígidos com relação aos militantes comuns, tornavam-se ainda mais severos quando se tratava de integralistas que ocupavam cargos no movimento”. Citando *Regras de Conduta*, destaca que entre as exigências morais os integralistas que ocupavam cargos não podiam “frequentar cassinos, clubes ou cabaré de jogo de prazeres, nem praticar o comércio de agiotagem ou de negócios escusos”.¹⁴³

O integralista deveria ser um exemplo de cidadão. Os jogos e vícios de qualquer natureza não somente deveriam ser evitados como combatidos. Dentro desse espírito, que não é uma exclusividade do integralismo, o vereador ilheense Gustavo Fonseca havia proposto o projeto de lei n. 16, que previa o “fechamento das casas de tavolagem e do jogo do bicho”. O projeto entraria em discussão na reunião dia 29 de setembro de 1936. No entanto, o vereador Mário Pessoa afirma que tinha pedido vista ao processo e este não tinha chegado a suas mãos. O oficial de secretaria da câmara foi questionado, e alegou uma “falta involuntária”. Ainda assim, o projeto foi posto em discussão e Gustavo Fonseca afirmou que vinha sofrendo ameaças dos exploradores de jogos, mas que não temia, pois tinha a consciência de “estar trabalhando a bem da coletividade”. O projeto foi aprovado por unanimidade.¹⁴⁴

É interessante notar como os integralistas sempre se viam como salvadores da pátria e aqueles escolhidos para redimir o país das facções políticas e partidárias. Em Itabuna também, as práticas e os discursos em favor da centralização política e do fim do governo republicano eram enunciados, ainda que de forma subliminar e evocando outras épocas e outros tempos como exemplo. O vereador José Nunes de Aquino, alguns dias antes de ser detido para ser investigado por “atos extremistas”, por ocasião do fechamento dos núcleos integralista da Bahia, e ter ficado afastado por todo o restante do ano de 1936 dos trabalhos legislativos, pronunciou um efusivo discurso no plenário da câmara de vereadores em defesa da memória de Duque de Caxias, em comemoração ao aniversário do militar.

O discurso diz que Caxias representava “o mais notável dos generais brasileiros, cuja figura e cujos feitos são dignos de ocupar uma galeria carlyleana de heróis” e que o exército brasileiro, “com suas admiráveis reservas morais, amassadas nos exemplos de

¹⁴³ CAVALARI, Rosa Maria Feiteiro. *Integralismo: organização e ideologia de um partido de massa no Brasil (1932-1937)*. Bauru-SP: Edusc, 1999, p. 166.

¹⁴⁴ Ata da Câmara de Ilhéus, 29 de setembro de 1936, p. 72. Livro de Atas da Câmara de Ilhéus 1936-1937. CEDOC - UESC.

Caxias” esperam “a nova política, longe dos partidos e dos estadualismos, para florirem em novas gerações de soldados amando a caserna, pelo amor do Brasil”. É um discurso apaixonado, único que foi anexo às atas do período, e que traz revelações importantes para a compreensão do integralismo na região. A busca da memória de um herói militar para representar forças morais, um discurso contrário ao partidarismo e ao regionalismo e a busca de centralização política dão o mote do evento. Durante todo o discurso é sempre evocado um governo centralizador e despertador das forças da nação contra o imperialismo capitalista e “russo”. Após a alocução, mas não tendo ligação direta com essa, o vereador que buscava um governo forte e centralizado pode experimentar um pouco do que vinha solicitando. Fora detido no início de setembro por ocasião do fechamento do integralismo na Bahia.¹⁴⁵

Os vereadores integralistas continuaram desenvolvendo as suas atividades regularmente, salvo alguns percalços no caminho como foi o fechamento entre setembro de 1936 e junho de 1937 dos núcleos do movimento na Bahia, e a intensificação de embates entre as forças políticas e policiais durante todo o ano de 1937. Mas as coisas iriam mudar para melhor para o integralismo sul baiano, mesmo que por pouco tempo, entre fins de 1937 e o primeiro semestre de 1938.

Momento crítico: antecedentes do Estado Novo

O ano de 1937 foi especialmente conturbado na política local, estadual e nacional. As forças integralistas estavam em franca expansão. Especialmente na Bahia, o governador tratou de tomar medidas drásticas para combater o movimento. Vale salientar que, com o decreto do estado de guerra em vigor desde o início de 1936, que fora prorrogado por cinco vezes seguidas, as relações políticas não transcorreram em sua normalidade. E dentro desse clima não era de se esperar que as campanhas para a sucessão presidencial ocorressem sem incidentes.¹⁴⁶

¹⁴⁵ Ata Câmara Municipal de Itabuna 25 de agosto de 1936. Publicada no Jornal Oficial, 05 de setembro de 1936, p. 10 - 11.

¹⁴⁶ A criação da Comissão Nacional de Repressão ao Comunismo foi um instrumento de combate aos implicados na “Intentona de 1935”. Em março de 1936, o governo Vargas decretou estado de guerra por noventa dias, mas o prorrogou por cinco vezes, até meados de 1937. O estado de exceção retornou no início de outubro do mesmo ano até o golpe que se concretizou em novembro. Com a decretação do estado de guerra, e consequentemente a perda de garantias constitucionais básicas, percebe-se que os preparativos para as eleições não devem ter transcorrido com tranquilidade. Haja vista, os executores do estado de guerra ser os próprios governadores, no caso da Bahia, Juracy Magalhães decretou o

Nas disputas que se travaram após as eleições municipais de 1936, um dos casos mais dramáticos do cenário político estadual talvez seja o do fechamento dos núcleos integralistas em setembro do mesmo ano. O governador Juracy Magalhães, utilizando-se do estado de guerra em que se encontrava o país, determinou o fechamento dos núcleos integralistas em todo o estado e a prisão de diversos líderes. Na madrugada do dia 02 de setembro a polícia baiana invadiu a sede do núcleo integralista em Salvador, bem como diversas sedes locais em municípios do interior. Efetuou várias prisões de integralistas, entre eles estava o engenheiro Araújo Lima que foi tido como o organizador da “conspiração” que se tramava na Bahia contra o governo.¹⁴⁷

A decisão de Juracy Magalhães de fechar os núcleos integralistas é motivo de controvérsias e disputa de memórias entre os implicados. Em *Minhas Memórias Provisórias* (1982) o ex-chefe do executivo estadual, quando questionado sobre a AIB diz que foi o governador que mais aguerridamente combateu o integralismo, mas não discute especificamente a ordem de fechamento dos núcleos no estado em 1936.¹⁴⁸ Já em *O Último Tenente*, fala sobre o integralismo apenas de forma passageira, afirmando que o movimento se espelhava em Mussolini e que durante o seu governo foi “contra o integralismo”. Tais afirmações demonstram certa resistência em explicar o porquê de ter fechado os núcleos integralistas na Bahia naquele momento.¹⁴⁹

Afirma ainda que o integralismo pode ter se desenvolvido na Bahia porque era o caminho mais fácil para a oposição ao seu governo.¹⁵⁰ No que é contestado veementemente por Rubem Nogueira (2009) quando afirma que os oposicionistas tinham o “autonomismo” e não precisavam do integralismo para tal feito. A fala de Rubem Nogueira deve ser relativizada, pelo menos no que tange ao município de Itabuna, onde são perceptíveis as relações muito próximas entre “autonomismo” e integralismo, pelo menos até meados de 1937.¹⁵¹

fechamento dos núcleos integralistas no Estado, em setembro de 1936, acusando-os de preparar um movimento sedicioso.

¹⁴⁷ Tal evento é detalhadamente analisado no texto de Jacira Primo. PRIMO, Jacira Cristina Santos. *Nas Fileiras do Sigma: os integralistas e a política brasileira na década de 30*. Tese de doutoramento. Salvador: UFBA, 2013.

¹⁴⁸ MAGALHÃES, Juracy. *Minhas memórias provisórias: depoimento prestado ao CPDOC*. Coord. ABREU, Alzira Alves de; VASCONCELOS, Eduardo Raposo; FARAH, Paulo César. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982, p. 97.

¹⁴⁹ GUEIROS, José Alberto. *O Último Tenente*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Record, 1996.

¹⁵⁰ MAGALHÃES, Juracy. *Minhas memórias provisórias: depoimento prestado ao CPDOC*. Coord. ABREU, Alzira Alves de; VASCONCELOS, Eduardo Raposo; FARAH, Paulo César. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

¹⁵¹ NOGUEIRA, Rubem. *O Homem e o Muro: memórias políticas e outras*. 2ª edição. São Paulo: GRD Edições, 2009.

Os núcleos integralistas ficaram fechados na Bahia de setembro de 1936 a junho de 1937, quando foi permitido que pudessem “fazer propaganda doutrinária e eleitoral”, mas continuavam proibidos “o uso de camisas e distintivos do sigma até deliberação em contrário”.¹⁵² Os integralistas presos na Bahia foram enviados para serem julgados pelo Tribunal de Segurança Nacional e, após algum tempo, postos em liberdade através de *habeas corpus* sem prejuízo do decorrer do processo. Assim, a soltura significava que tais processos poderiam correr na justiça, tornando-se desnecessária a manutenção dos implicados na prisão.

Em março de 1937, os integralistas presos na Bahia e enviados ao Rio de Janeiro foram soltos, mas os núcleos do movimento continuavam fechados no estado, por decisão dos órgãos de repressão. Em fins de junho os núcleos foram autorizados a reabrir, o estado de guerra não tinha sido renovado, e em 10 de julho de 1937 o núcleo de Ilhéus fez a sua primeira reunião oficial, onde falaram vários chefes dos *camisas-verdes* locais. Nessa ocasião foi lançada a candidatura oficial de Plínio Salgado à presidência da República. A reunião, que fora realizada no Cine Teatro Ilhéus, com capacidade para cerca de quinhentas pessoas, estava lotada, mesmo essa tendo acontecido às dez horas da noite. No outro dia, domingo, fizeram um comício público e depois se dirigiram à casa de pessoas que tinham rádio para escutar uma fala de Olbiano de Melo, de propaganda integralista, transmitida de Belo Horizonte.¹⁵³

Quem presidiu a reunião de reinício dos trabalhos integralistas nessa ocasião em Ilhéus foi Gustavo Fonseca, nome recorrente e um dos mais destacados integralistas da região, foi o pivô de diversos embates com a polícia e a justiça em nome do integralismo. Nesse momento de reabertura dos núcleos, Gustavo Fonseca que tinha sido eleito vereador pelo integralismo, era o responsável pelo movimento na área de influência de Ilhéus, ou o “governador da região integralista” que compreendia Ilhéus, Itacaré, Itapira (Ubaitaba), Una e seus respectivos distritos, o que representa uma área enorme e que compreende diversos municípios na atualidade.¹⁵⁴

Se em Ilhéus o reinício das atividades integralistas parece ter sido feito com certa tranquilidade, o mesmo não se pode dizer de outros ambientes. A imprensa da região registra diversos casos de conflitos envolvendo integralistas na Bahia após esse momento. Ressalte-se que se estava em plena campanha presidencial, e se nas eleições

¹⁵² *Diário da Tarde*, 25 de junho de 1937, p. 04.

¹⁵³ *Diário da Tarde*, 12 de julho de 1937, p. 01.

¹⁵⁴ *Diário da Tarde*, 12 de julho de 1937, p. 01.

de 1936 havia tido alguns conflitos, nesse momento a temperatura política se achava muito mais elevada.

Em maio de 1937, estava interinamente no comando dos *camisas-verdes* itabunenses o jovem, de 27 anos, Presciliano Nascimento Coelho. Ele foi intimado pelo delegado regional do DOPS para prestar esclarecimentos sobre possíveis reuniões de *camisas-verdes* que estariam ocorrendo na cidade. Presciliano não somente recusou-se a “comparecer perante as autoridades, como fez a estas, referencias desabonadoras”. Por esse motivo, foi preso e enviado para a capital do estado e colocado à disposição do chefe de polícia.¹⁵⁵

Apesar de o integralismo ter ficado quase um ano proibido na Bahia, entre 1936 e 1937, no retorno de suas atividades ainda conseguiu arregimentar muitos membros. Porém, nota-se na imprensa uma sensível sucessão de artigos e denúncias contra o movimento integralista. Percebe-se também o aumento de notas solicitando o desligamento e autorizando a queima da sua ficha de inscrição. Isso se deu especialmente após o lançamento da candidatura de José Américo para a presidência e a adesão de chefes políticos locais a tal candidatura. Tal fato contribuiu para que a chefia municipal do integralismo em Ilhéus protestasse veementemente, afirmando que excluiria do movimento qualquer um que aderisse a candidaturas que não fossem integralistas.¹⁵⁶

Enquanto isso restava aos integralistas trabalhar para as eleições presidenciais, e neste projeto vão se empenhar. No dia 12 de maio de 1937, o *Diário da Tarde* veiculou na primeira página uma nota informando que o Sr. Miguel Reale, chefe do integralismo em São Paulo, não apoiaria outra candidatura para presidência que não fosse de um integralista, e que neste mesmo mês seria feito um plebiscito no movimento para definir quem seria o candidato pela legenda.¹⁵⁷ Na Bahia, os núcleos fizeram votação, sendo escolhido o nome de Plínio Salgado, conforme se pode notar através da imprensa.

As disputas eleitorais preparadas para 1938 pareciam girar em torno de três candidaturas. José Américo, nomeado pelo *Diário da Tarde* de “o candidato da nação”; Armando Salles, tido como o candidato dos paulistas; e Plínio Salgado como representante do integralismo. As campanhas se desenvolviam em clima mais ou menos normal. Nesse momento, a imprensa da região se colocava contra o integralismo e a

¹⁵⁵ *Diário da Tarde*, 27 de maio de 1937, p. 01.

¹⁵⁶ *Diário da Tarde*, 12 de agosto de 1937, p. 04.

¹⁵⁷ *Diário da Tarde*, 12 de maio de 1937, p. 01.

partir da metade de 1937 um debate entre defensores do integralismo e acusadores tem espaço nas páginas do *Diário da Tarde*.

Apesar da campanha presidencial, o clima não era muito tranquilo. Desde 1935, com a aprovação de *Lei de Segurança Nacional*, a criação do TSN, e o combate ao comunismo, as falas contra a desordem e em favor de um governo forte e centralizado tinham lugar no discurso nacional e na região. Ainda em 1935, o *Diário da Tarde* publicou uma nota do Presidente do Superior Tribunal Eleitoral, Hermenegildo de Barros que opina sobre a matéria: "A Ditadura (...) poderia ter realizado, com economia de tempo e dinheiro, para o país, reformas que o poder legislativo não pode decretar facilmente, diante dos embaraços opostos pelos textos legais e da própria Constituição".¹⁵⁸

Nos últimos dias antes do Golpe do Estado Novo, parece que o *Diário da Tarde*, antevendo o que viria, e para não ficar numa situação constrangedora de oposição ao regime, conclama a ditadura. O “arauto da democracia” em Ilhéus, que praticamente se aliara ao integralismo em 1936, agora clama para que o governo afaste-o do poder, conforme podemos notar em artigo escrito por Octavio Moura, intitulado “A Virada vai Chegar”. Neste, depois de fazer uma análise do comunismo e do integralismo caracterizando-os de o inimigo e o falso amigo respectivamente, afirma que “o regime dispõe de energias suficientes para eliminá-los. Esta é a hora de reagir, porque se ontem era muito cedo, amanhã será muito tarde”.¹⁵⁹

Assim transcorriam as lutas políticas pelas eleições presidenciais de 1938. No dia primeiro de setembro de 1937, Juracy Magalhães visitou o sul da Bahia com o então candidato “da nação” José Américo, em campanha. No discurso de José Américo em Itabuna, o jornal local *A Época* destaca as palavras “no meu governo não se falará em extremismos” e “cristianismo e fascismo não se podem harmonizar” em clara provocação aos integralistas que constantemente agitavam a política local. Contudo, no dia 23 de setembro de 1937, alguns dias antes de ser decretado novamente o estado de guerra, e já com um clima golpista no ar, eis que um trágico acontecimento abala o integralismo e as eleições que se preparavam em Itabuna.¹⁶⁰

Nelson Oliveira, após mais de um ano afastado de Itabuna e das atividades partidárias na região, retornou para reassumir o seu posto de chefe integralista local. A

¹⁵⁸ *Diário da Tarde*, 07 de maio de 1935, p. 03.

¹⁵⁹ *Diário da Tarde*, 18 de outubro de 1937, p. 01.

¹⁶⁰ *A Época*, 01 de julho de 1937, p. 01. A página inteira.

sessão ocorreu na noite de 23 de setembro, em praça pública. Como de praxe, e com os ânimos acirrados em vista da proximidade das eleições, a sessão foi bem concorrida, com diversos apartes de membros a favor e contra o integralismo. Entre os apartes da noite encontrava-se João Defensor dos Reis, vulgo “João Bodinho”, figura popular nas festas cívicas e comícios em Itabuna. Elemento do PSD local, ao que tudo indica, tinha ido ao comício integralista para provocar. Após um aparte de João Bodinho seguiu-se uma confusão generalizada, houve um tiroteio, no qual o aparteante foi mortalmente ferido.

No dia 25 de setembro, *A Época* destaca o episódio como sendo “as trágicas ocorrências da noite de 23”. Durante a reportagem de página inteira, o jornal lamenta que o sossego de Itabuna fora interrompido por “elementos partidários do sigma”. Descreve os acontecimentos como sendo mais uma prova da intolerância dos integralistas locais que já tinham sido responsáveis por cinco mortes no município, citando as outras vítimas nominalmente e os locais de seus assassinatos. Destaca ainda que Isralson Oliveira, irmão do chefe local do integralismo, também tivera um ferimento à bala na perna durante a confusão. O periódico faz questão de salientar que Isralson, e João Bodinho eram ligados ao PSD e não ao integralismo. Não fica claro, contudo, o que pessoas oriundas do PSD estavam fazendo em um comício integralista e o porquê de terem sido feridos.¹⁶¹

O jornal *A Época* condena veementemente o integralismo e cobra das autoridades policiais a punição aos responsáveis, fazendo questão de destacar que seriam os integralistas, mesmo antes das investigações apontarem quaisquer culpados. Já no dia 28 de setembro, em artigo de primeira página, a linguagem fica um pouco mais furiosa. O periódico destaca os integralistas como “inimigos do regime” e lamenta que “desde que surgiu, entre nós, uma quadrilha, que o Sr. Plínio Salgado, denominou de integralismo (...) que o Brasil nunca mais teve sossego”. Após essas palavras iniciais, descreve uma série de adjetivos pesados referindo-se ao movimento local e nacional, misturando-o com o fascismo e o nazismo, faz a seguinte assertiva:

É preciso que os camisas-verdes de Itabuna se convençam que nós não lhe reconhecemos a importância que eles supõem ter. Não nos interessam os votos que levarão às urnas. O nosso partido está coeso e firme, mais decidido do que nunca em torno dos seus princípios e dos

¹⁶¹ *A Época*, 25 de setembro de 1937, p. 01.

seus dirigentes. (...) em nosso partido não há desertores e nem covardes.¹⁶²

E completa

Todos os nossos velhos e rancorosos inimigos encontraram no integralismo uma razão de ser de sua existência. Mas todos os nossos amigos, que fizeram a grandeza de Itabuna e do partido, continuam ao nosso lado, para a certeza da nossa vitória nas urnas ou nas trincheiras se ai nos levarem as contingências do destino. (...) em vão, a ala verde do partido *henriquealvista* (autonomistas) ensaia os seus botes (...) o velho chefe político, em quem sempre reconhecemos um adversário leal, há de chamá-los a ordem, ou expulsá-los das suas fileiras, como indignos da democracia.¹⁶³

É um discurso longo, cujo linguajar bélico demonstra o tom político do momento. As cartas estão postas, as forças demonstradas e o inimigo do momento identificado. São elementos *sem moral, sem importância, velhos inimigos rancorosos, covardes, desertores* que formam uma *quadrilha* chefiada por Plínio Salgado. Interessante notar que todo esse discurso contrário ao integralismo, e o não reconhecimento de sua importância, já não mais tomará lugar no jornal após o golpe do Estado Novo e a tomada da prefeitura pelos integralistas em Itabuna e região. Aliás, até mesmo *A Época* pede serenidade e justiça após um dos líderes locais do integralismo assumir a prefeitura, e ainda faz votos de um bom governo.¹⁶⁴

Apesar do discurso belicoso do jornal em relação ao integralismo, saliente-se que esse palavrório não era espontâneo na busca por justiça. Na verdade, pelas notas da imprensa, os boatos eram de que os *gilenistas* (PSD) tinham provocado a confusão, disparando tiros no meio da multidão. Daí o pânico e a reação dos integralistas, com um tiroteio generalizado. Há ainda a informação de que o João Bodinho era um investigador da polícia infiltrado no comício. Talvez, por isso mesmo, *A Época* diz que “os responsáveis serão punidos, sejam eles de lá ou de cá”. Já o *Diário da Tarde* de Ilhéus destaca que a “ocorrência resultou da excitação ideológica (...) pela tentativa de implantação no Brasil de regimes incompatíveis com a nossa formação política”, mas não aponta os integralistas como sendo os culpados diretos. Alguns dias depois, o mesmo periódico dá destaque a uma nota do jornal *A Ofensiva* em que culpa o governo

¹⁶² *A Época*, 28 de setembro de 1937, p. 01.

¹⁶³ *A Época*, 28 de setembro de 1937, p. 01.

¹⁶⁴ *A Época*, 02 de dezembro de 1937, p. 01.

baiano afirmando que isso “é uma consequência da perseguição do governador Juracy Magalhães ao integralismo”.¹⁶⁵

Fica claro que o clima momentos antes das eleições presidenciais, que deveriam ocorrer no início de 1938, era tenso. Com jogo aberto, com três candidatos a presidente já definidos, a imprensa da região dava a entender que tudo ocorreria bem até as eleições. Por isso mesmo, no dia 16 de outubro de 1937, a menos de um mês do golpe, que já estava em gestação, o *Diário da Tarde* informa, em letras garrafais, na primeira página, que “A democracia não sucumbirá no Brasil às mãos de místicos extremados, porque encontramos no Sr. José Américo o verdadeiro apóstolo das nossas liberdades ameaçadas”. É uma fala enfática que pode demonstrar esperança nas eleições, mas também demonstra a apreensão em que se encontrava a política no momento.¹⁶⁶

Não constitui novidade a compreensão de que o golpe do Estado Novo não foi uma surpresa para os políticos envolvidos. E muito menos para o integralismo, em especial no sul da Bahia, onde eles tiveram muitas vantagens logo após o golpe. Juracy Magalhães, em *O Último Tenente*, insinua claramente que as demonstrações de Vargas para continuar no poder vinham desde pelo menos 1936. O chefe do governo baiano afirma que fora convidado a uma manobra para a prorrogação de mandatos, da qual declinou, pois não tinha sido eleito para ser insubstituível. Diante da recusa de Juracy de participar de tal trama, Vargas teria concordado “matreiramente” e considerado a ideia “afastada”. Contudo, Juracy reconhece mais tarde que Vargas “nunca desistira de sua intenção golpista”, mas “nós ainda acreditávamos na hipótese de forçar as eleições para a presidência da República em 1938”.¹⁶⁷

De fato, os preparativos para a continuidade de Vargas estavam bem encaminhados, as intervenções nos estados, o número de prisões e processos, o retorno do estado de guerra no início de outubro de 1937, a depuração de militares contrários à permanência do chefe de governo, davam a tônica do que viria adiante. Apesar de tudo isso, as campanhas presidenciais continuavam, quando fora divulgado o famigerado Plano Cohen, dando conta de uma suposta sublevação comunista no Brasil. A partir de

¹⁶⁵ Ver *A Época* de 28/09/1937, p. 01; *Diário da Tarde* de 24/09/37 p. 01; *Diário da Tarde* de 27/09/37. Infelizmente não foi localizado o processo ou inquérito referente ao episódio para saber mais detalhes da investigação. Assim não dá para destacar os acusados, as testemunhas e os depoimentos levados em consideração. Tampouco saber se houve acusados ou condenados no referido episódio.

¹⁶⁶ *Diário da Tarde*, 16 de outubro de 1937, p. 01.

¹⁶⁷ GUEIROS, José Alberto. *O Último Tenente*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Record, 1996, p. 178 a 180.

então, o clima piorou de vez e estavam dadas as condições ideais para a continuidade de Vargas no poder.¹⁶⁸

Apesar das condições acertadas para a continuidade do governo Vargas, o integralismo não era uma força que poderia ser desconsiderada, tanto política quanto militarmente. O Plano Cohen, que deu a base propagandística ao governo, saiu das teorias conspiratórias do integralismo. Rubem Nogueira, de forma ressentida, expõe em suas memórias como se deu a apropriação de um estudo sobre um possível golpe comunista em “tenebroso plano organizado pelos dirigentes do Partido Comunista russo”. Salienta que tudo não passou de uma “patranha do General Góis Monteiro que se aproveitou de um estudo (...) uma exposição teórica” e transformou-a numa articulação comunista. Portanto, segundo Nogueira, o integralismo não tinha culpa direta no golpe que se seguiu à divulgação do plano.¹⁶⁹

Ainda em suas memórias, Rubem Nogueira lamenta o golpe, diz que Plínio Salgado tomou conhecimento dele em 10 de novembro, e afirma que “jamais passou em nossas mentes o pensamento de instaurar no Brasil um regime ditatorial”.¹⁷⁰ Em flagrante contradição, diante da vasta documentação que se tem acesso, o memorialista pretende fazer crer que desconheciam as intenções golpistas de Vargas. Contudo, em 25 de outubro de 1937, Vargas escreve em seu diário que “na noite última, fui com o Macedo a casa do Rocha Miranda – Renato -, onde me encontrei com Plínio Salgado, que de muito procurava falar-me. Caipira astuto e inteligente, mas entendemo-nos bem”. Dentre esses entendimentos, estava a possível assunção da pasta da educação pelo integralismo e um possível acerto de que as bases do Estado Novo estariam no ideal integralista.¹⁷¹

Cabe destacar ainda que, em primeiro de novembro de 1937, mais de 20 mil *camisas-verdes* desfilaram diante do Catete em continência a Vargas, em clara adesão dos integralistas ao golpe que se planejava. Mas a decepção de Salgado não demorara a aparecer. Escrevendo em 28 de janeiro de 1938, mais de dois meses após o golpe,

¹⁶⁸ Para informações detalhadas sobre os momentos que antecederam o golpe do Estado Novo, ver: CARONE, Edgar. *A República Nova*. SP/RJ: Difel, 1976, em especial o tópico intitulado *quarta parte, letra c – da união sagrada contra o comunismo ao golpe do estado de 1937*. LEVINE, Robert. *O Regime Vargas: os anos críticos 1934-1938*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1970, em especial o capítulo intitulado *O Estado Novo*.

¹⁶⁹ NOGUEIRA, Rubem. *O Homem e o Muro: memórias políticas e outras*. 2ª edição. São Paulo: GRD Edições, 2009, p. 184 – 185.

¹⁷⁰ NOGUEIRA, Rubem. *O Homem e o Muro: memórias políticas e outras*. 2ª edição. São Paulo: GRD Edições, 2009, p. 170.

¹⁷¹ VARGAS, Getúlio. *Diário*. V 2. São Paulo: Siciliano; Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1995, p. 78.

Salgado diz que “não houve uma palavra de carinho para com o integralismo ou para os integralistas. (...) Por todo o país, ouvindo o rádio, um milhão e meio de brasileiros considerava o fato amargamente”.¹⁷²

Algumas conclusões podem ser tiradas dos textos acima. Os chefes integralistas estavam plenamente cientes do desenrolar continuísta de Vargas; o integralismo acreditava que teria uma participação efetiva no novo governo; logo perceberam que não tinham tanta importância política quanto achavam; há uma tentativa de justificar, a *posteriori*, o que ocorreu naquele momento, livrando o integralismo de qualquer responsabilidade.

Contudo, na região sul da Bahia, onde os prefeitos que assumiram as prefeituras eram oriundos do integralismo, surgem algumas indagações. Por que foram recrutados integralistas para assumir tais postos? E quais os arranjos foram feitos depois de 10 de novembro de 1937? Esse é um momento de festas para os vencedores, com o integralismo no poder em Ilhéus e Itabuna, congozando-se com os inimigos de outrora.

Álvaro Nery, antigo integralista ilheense, em artigo publicado no *Diário da Tarde* de 08 de setembro de 1938, diz que “hoje o Estado Brasileiro (...) reflete a nação na sua verdade histórica, geográfica, econômica, na sua índole, no seu caráter, e nas suas aspirações, por certo, não viverá sob o jugo de um capitalismo opressor”. E completa que “pela voz de seu dirigente, proclama o grito de uma nova independência”. e arremata, por fim que “não somos mais o BRASIL COLONIA DE BANQUEIROS!!!” (maiúsculas no original). Em clara alusão ao livro de Gustavo Barroso, a fala de Álvaro Nery é uma fala de triunfo, um apoio explícito ao governo, mesmo após as perseguições que o integralismo sofrera no plano nacional. Mas, pelo menos no sul da Bahia, o integralismo ainda gozou de benefícios no momento logo após o Golpe do Estado Novo.¹⁷³

¹⁷² Carta de Plínio Salgado a Vargas, disponível em: <http://construindohistoriahoje.blogspot.com.br/2010/10/carta-de-plinio-salgado-para-getulio.html> acessado em 01 de março de 2016.

¹⁷³ *Diário da Tarde*, 08 de setembro de 1938, p. 02.

Capítulo IV

Estado Novo e integralismo

Integralistas no poder

No dia 10 de novembro de 1937, em letras garrafais, na primeira página, o vespertino *Diário da Tarde* de Ilhéus estampava: “Guerra Declarada ao Comunismo”, e completava informando estar solidário com o governo federal na “defesa das instituições, da ordem e da família”. Com essa manchete, a despeito dos embates travados entre o jornal e os adeptos do integralismo nos últimos tempos, ficara delimitado o campo de atuação e combate que esse periódico se colocaria dali para frente. Nas palavras utilizadas em sua primeira página, nada se fala sobre o integralismo e o combate a essa que seria talvez a maior ameaça às instituições brasileiras naquele momento. Parece meio cômico, mas em uma nota de destaque ao lado da notícia sobre a mudança do regime político no Brasil, aparece uma convocação do legislativo ilheense para “deliberar sobre matéria de interesse vital do município”.¹⁷⁴

O golpe do Estado Novo e as consequentes mudanças que ocorreram na região a partir desse momento, criaram uma situação muito controvertida e ambígua em relação ao integralismo. Tendo sido os chefes do executivo de Ilhéus e Itabuna, bem como de outras cidades, cooptados das fileiras dos *camisas-verdes*. Essa situação é *sui generis* em relação aos jogos de poder. Não se tem conhecimento de estudos sobre a assunção de chefes de executivo municipal vindos do integralismo logo após a implantação do Estado Novo, mas é notável o que houve no sul da Bahia. A região foi especialmente um local onde a maioria de seus prefeitos era oriunda das fileiras do *sigma*.

Há um interregno entre o golpe do Estado Novo e a efetivação da perseguição aos integralistas, e mesmo essa perseguição deve ser relativizada quando tratamos de analisar diferentes contextos. No caso do sul da Bahia, as coisas foram ainda mais delicadas e devem ser olhadas com cuidado. De fato, os integralistas, apesar dos embates, não parecem ter sentido muita dificuldade de inserção e desenvolvimento na região cacauzeira. Mesmo antes de Getúlio Vargas instalar a ditadura, estes conseguiram ocupações importantes nos espaços de poder local.

¹⁷⁴ *Diário da Tarde*, 10 de novembro de 1937, p.01.

Com o golpe varguista, assumiu o comando da Bahia o Coronel Antonio Fernandes Dantas, comandante da 6ª. Região Militar, sediada em Salvador. O Coronel Dantas tinha sido o executor do estado de guerra juntamente com Juracy Magalhães. Em suas memórias, Juracy deixa transparecer que as relações entre ele e o Coronel Dantas não eram das mais amigáveis, e que este sempre procurava formas de contrariar as decisões do governador.¹⁷⁵

Jacira Primo destaca as relações próximas que o Coronel Dantas mantinha com a AIB, o que é exemplificado com um telegrama de Juracy Magalhães para o ministro Eurico Dutra, queixando-se da influência dos integralistas sobre o coronel.¹⁷⁶ As desconfianças de Juracy em relação a Dantas não eram sem fundamento, pois após assumir o governo da Bahia, o interventor interino precisou expurgar os líderes locais fieis a Juracy e substituí-los por elementos mais alinhados ideologicamente com a nova situação. O trabalho não demorou a começar.

O tenente-coronel Augusto Maynard Gomes, comandante do 28º Batalhão de Caçadores, foi designado para “desarmar”, e consequentemente resolver as questões políticas na região sul da Bahia após o golpe.¹⁷⁷ Nomeou prefeitos por toda a região, sendo a maioria deles oriundos das fileiras do integralismo. O tenente Maynard Gomes, por ironia do destino, se tornará juiz do TSN e o responsável por julgar integralistas acusados de extremismo no sul da Bahia.¹⁷⁸

Outro indicativo reforça que o integralismo adquiriu força logo após o golpe do Estado Novo na região cacauceira. O capitão Arsênio Alves de Souza, um “integralista danado”, segundo as palavras de Sá Barreto, que havia sido implicado nos processos integralistas de 1936 na Bahia, inclusive sendo preso e encaminhado para o TSN, foi quem assumiu a Delegacia Regional de Ordem Política e Social no lugar do Capitão Salomão Rhem. O antigo delegado regional, que se mostrava implacável tanto com comunistas, quanto com integralistas, fora detido e enviado para a capital do estado.

¹⁷⁵ MAGALHÃES, Juracy. *Minhas memórias provisórias*: depoimento prestado ao CPDOC. Coord. ABREU, Alzira Alves de; VASCONCELOS, Eduardo Raposo; FARAH, Paulo César. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982, p. 102 e 103.

¹⁷⁶ PRIMO, Jacira Cristina Santos. *Nas Fileiras do Sigma*: os integralistas e a política brasileira na década de 30. Tese de doutoramento. Salvador: UFBA, 2013, p. 125.

¹⁷⁷ O Tenente-coronel Maynard Gomes havia sido interventor de Sergipe logo após a Revolução de 1930, e fora designado nesse momento para desarmar a população e nomear prefeitos na região sul da Bahia.

¹⁷⁸ Processo 720 TSN. AN. Entre os acusados nesse processo está o ex-vereador ilheense, Gustavo Fonseca, e vários integralistas. Assunto que será abordado no próximo tópico desse capítulo.

Após as averiguações, assumiu posições administrativas no comando da polícia militar em Salvador.¹⁷⁹

Com o tenente Arsênio no comando da polícia e o coronel Maynard no comando das forças do exército, o integralismo na região sentia que havia triunfado. A situação era de expectativa. Sá Barreto, em suas memórias sobre esse episódio diz que “o integralismo parecia haver tomado conta do Brasil (...) eu estava interno no colégio dos maristas em Salvador. Nossa capital assemelhava-se a uma praça de Guerra (...) uma histeria coletiva, anauê por todos os lados e todos os lugares”.¹⁸⁰

Se em Salvador havia uma euforia em torno do integralismo, no sul da Bahia, após assumir as prefeituras, os integralistas parecem ter tentado manter certa discrição. Em Itabuna, com a nomeação de José Nunes de Aquino, o jornal oficial se limita a informar numa pequena nota a solenidade de posse, onde o novo prefeito prometeu “tudo fazer pelo progresso de Itabuna, sua terra natal”. É interessante assinalar o destaque que se dá à questão de que Itabuna seria a terra natal de José Nunes de Aquino, afinal, nas obras memorialísticas da região, ele não fica conhecido como o prefeito integralista, mas como o primeiro prefeito de Itabuna que nasceu na própria cidade.¹⁸¹

A *Época* é mais prodigioso com o evento e dedica metade da primeira página a comentar sobre o novo governo do município de Itabuna, destacando inclusive que este era oriundo das fileiras do integralismo. Informa da apreensão que tomou conta da cidade no dia 14 de novembro, por conta de ter ficado incomunicável com outros municípios e dos boatos que corriam sobre prisões que deveriam ocorrer. Após as formalidades de praxe, o novo prefeito solicitou a palavra e enalteceu a “ação do presidente Getúlio Vargas, pelo combate que vem desenvolvendo em todos os setores da pátria, contra o comunismo”. Ele não contava que, alguns dias depois, o integralismo entraria também na lista de combate. Situação esta que ele próprio teria de enfrentar no TSN.¹⁸²

O jornal termina a nota num lamento, informando que “foram presos vários correligionários nossos, que deverão responder inquérito, para o qual esperamos seja criteriosa a ação das autoridades competentes”. Nesse momento, parece que realmente os integralistas tinham triunfado na região, e os correligionários de Juracy Magalhães enfrentavam um momento de desgosto. As notas de jornal não mais tratavam o

¹⁷⁹ A *Época*, 18 de novembro de 1937, p. 01.

¹⁸⁰ SÁ BARRETO, Raymundo. *Notas de um tabelião de Ilhéus*. São Paulo: Edições GRD, 1982, p. 37.

¹⁸¹ *Jornal Oficial de Itabuna*, 20 de novembro de 1937, p. 01.

¹⁸² A *Época*, 18 de novembro de 1937, p. 01.

integralismo como um movimento odioso, não eram mais *uma gangue*, e não mais conclamavam a guerra contra os *camisas-verdes*, mas pediam calma para a “manutenção da ordem e combate ao comunismo”.¹⁸³

Em Itabuna, como um de seus primeiros atos, José Nunes de Aquino nomeia o engenheiro Ranulpho Pinheiro Cunha como responsável pelo departamento de obras públicas do município. Mas aí não fica claro que o engenheiro Ranulpho Cunha era um antigo militante integralista junto com o atual prefeito. Mais tarde os dois responderão a processos por organizar levante extremista em Itabuna, conforme veremos adiante. Esse dado abre uma possibilidade de notar que parte das pessoas nomeadas livremente para o executivo eram oriundas das fileiras integralistas.¹⁸⁴

Em Ilhéus, fora nomeado Raymundo do Amaral Pacheco, que tinha sido candidato integralista à prefeitura nas eleições de 1936. Os prefeitos ficaram pouco tempo, é certo, e nada demonstra que não tenham cumprido suas obrigações administrativas. Mas é interessante notar o quanto eles ficaram distantes do integralismo na memória regional. Sá Barreto, falando sobre Raymundo Pacheco, de quem era sobrinho, diz que “era integralista, mas no fundo era um liberal”.¹⁸⁵

Se em Itabuna o prefeito nomeado procurou se cercar de pessoas oriundas do integralismo, em Ilhéus o prefeito procurou criar uma imagem de administrador acima das questões políticas. Coisa que o sobrinho de Raymundo Pacheco, Sá Barreto, em suas memórias faz questão de evidenciar. Dizendo que o tio “era um liberal” e por isso “passou a ser hostilizado e mau visto pelos seus companheiros, porque as listas de demissões lhe eram entregues pelos integralistas e ele procurou, na medida do possível, demitir o mínimo de pessoas”.¹⁸⁶

Sá Barreto procura, em dois livros de memórias, demonstrar o “espírito democrático” de seu tio. Insiste que ele não demitiu os funcionários da prefeitura e por isso foi mal visto pelos integralistas. De fato, esse não é um discurso que o sobrinho parece ter percebido por si mesmo, mas o próprio tio, em relatório enviado à administração de Landolfo Alves, então interventor na Bahia, fazia os discursos que Sá Barreto repetiria anos depois.

Raymundo Pacheco diz que devido ao

¹⁸³ *A Época*, 18 de novembro de 1937, p. 01.

¹⁸⁴ *Jornal Oficial de Itabuna*, 04 de dezembro de 1937, portaria 27, p. 01.

¹⁸⁵ SÁ BARRETO, Raymundo. *Notas de um tabelião de Ilhéus*. São Paulo: Edições GRD, 1982, p. 47.

¹⁸⁶ SÁ BARRETO, Raymundo. *Notas de um tabelião de Ilhéus*. São Paulo: Edições GRD, 1982, p. 47.

imprevisto e a urgência com que fui chamado a ocupar o governo local, quando, pelas circunstâncias imperiosas do momento, não me permitiram recusa plausível não me impediam, todavia, de prever e medir as dificuldades que me aguardavam no exercício do cargo.¹⁸⁷

E continua afirmando que apesar das dificuldades criadas pela nova constituição, por ter acabado com alguns impostos municipais, ele estava se esforçando para cumprir os desígnios ao qual fora convocado. E complementa proferindo um discurso muito similar ao que seu sobrinho colocará nas memórias mais tarde.

Preliminarmente, convoquei todo o funcionalismo, e aos principais representantes da classe, manifestei o meu propósito de conservá-los em suas funções, desde o mais graduado ao mais humilde, sem outra condição senão a de estrito cumprimento de seus deveres e a máxima dedicação aos interesses do município.¹⁸⁸

É, sem dúvida, um discurso incorporado pelo seu sobrinho e pela memória da região. Mas Pacheco, apesar de criticar a falta de recursos para dar encaminhamento às obras, diz que todas iniciadas pelo seu antecessor continuariam. Elenca uma série de obras em andamento e critica a falta de estrutura do bairro Gameleiro, próximo ao centro. Diz que “custa a compreender como um trecho da cidade, tão próximo do bairro central, tivesse chegado ao estado deplorável em que encontrei a zona do gameleiro. Basta dizer que os esgotos gerais das habitações despejavam abertamente na via pública (...)”. Mas com as obras empreendidas em sua curta gestão, o gameleiro se “tornará um dos melhores da cidade”.¹⁸⁹

Em fins de março de 1938, Vargas nomeou Landulfo Alves como interventor na Bahia, por este ser técnico e afastado da política tradicional, mas perfeitamente integrado ao Estado Novo. Civil e baiano, o novo interventor recebeu apoio de tradicionais políticos locais, o que permitiu que seu governo durasse até 1942, quando foi destituído diante de uma série de acusações de associação com os países do eixo, no período da Segunda Guerra Mundial.

Quando Landulfo Alves assumiu o governo do estado, muitos prefeitos integralistas nomeados pelo seu antecessor ainda continuavam no cargo. Na região sul

¹⁸⁷ Relatório administrativo de Raymundo Pacheco, 09/05/1938, p. 01. APEB, Sessão Republicana, Secretaria de Justiça, pasta 3466.

¹⁸⁸ Relatório administrativo de Raymundo Pacheco, 09/05/1938, p. 02. APEB, Sessão Republicana, Secretaria de Justiça, pasta 3466.

¹⁸⁹ Relatório administrativo de Raymundo Pacheco, 09/05/1938, p. 05. APEB, Sessão Republicana, Secretaria de Justiça, pasta 3466.

da Bahia alguns prefeitos foram demitidos ainda em março de 1938 por ordem do coronel Dantas, como é o caso do prefeito de Itabuna, José Nunes de Aquino. Já em Ilhéus, o prefeito só perdeu o cargo em maio, e a história que se conta sobre esse episódio levanta algumas questões, inclusive desprezando o efeito dos levantes integralistas que ocorrem justamente nesse momento.

O relatório de Pacheco, citado anteriormente, foi escrito em 09 de maio de 1938, poucos dias antes do segundo levante integralista e da tentativa de assalto ao Palácio da Guanabara, residência oficial do presidente. Pouco tempo depois, quando Amaral Pacheco estava em viagem a São Paulo, ainda no desembarque, recebeu a notícia de que havia sido demitido da prefeitura de Ilhéus e em seu lugar fora nomeado Mário Pessoa, antigo político local, que agora cortejava o Estado Novo, e se mostrara ferrenho inimigo do integralismo.

Em Itabuna, José Nunes de Aquino já havia sido demitido em março de 1938 por ocasião da primeira tentativa de levante do integralismo.¹⁹⁰ Após o episódio de maio, mais grave e melhor explorado por Vargas e pela imprensa, a situação dos prefeitos oriundos do integralismo ficou praticamente insustentável, sendo demitidos vários deles pelo então interventor Landulfo Alves. Assim, os prefeitos integralistas de Belmonte, Caravelas, Santa Cruz Cabrália, Itabuna, Ilhéus e outros municípios do sul baiano terminavam a sua curta experiência administrativa no interregno entre o golpe do Estado Novo e a perseguição que se seguiu aos integralistas.

Recorre-se aqui mais uma vez às memórias de Sá Barreto para discutir a demissão dos prefeitos integralistas. Misturando questões familiares, políticas e administrativas, Sá Barreto afirma que seu tio precisava ir a um casamento em São Paulo, mas resolveu ir antes a Salvador “hospedando-se de casa de Telêmaco Athayde, seu amigo e companheiro integralista”. Nessa ocasião, teria procurado o interventor e colocado o cargo à disposição, o qual não aceitou “alegando que tinha boas informações de Pacheco, dadas por seu irmão Isaias Alves de Almeida (...). Pediu-lhe, então, Landulfo, que viajasse descansado, pois precisava de sua colaboração”.¹⁹¹

Isaias Alves de Almeida era irmão do interventor Landulfo Alves, integralista, ex-membro da Câmara dos Quarenta (alta cúpula integralista), foi nomeado secretário

¹⁹⁰ SILVA, Hélio. *Terrorismo em Campo Verde*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971. Apesar de ser mais famoso o levante integralista de 11 de maio de 1938, os camisas verdes tentaram um golpe de estado também em março de 1938, e desde esse momento já vinham sofrendo algumas perseguições, que se intensificaram após maio do mesmo ano.

¹⁹¹ SÁ BARRETO, Raymundo. *Notas de um tabelião de Ilhéus*. São Paulo: Edições GRD, 1982, p. 48.

de educação do estado durante a interventoria de seu irmão. Essa atitude demonstra o quanto o integralismo continuava permeando a vida política nacional mesmo após o fim dos partidos políticos.

É provável que a viagem a qual Sá Barreto se refere, tenha ocorrido no momento em que houve o levante integralista de 11 de maio de 1938. Pacheco saíra de Salvador como prefeito de Ilhéus, quando chegou a São Paulo “Virgílio Amorim, acompanhado de outros amigos e familiares já o esperavam no local de desembarque. Só ali teve notícia de que fora demitido, bem assim que seu substituto era Mário Pessoa, o qual fora preso em 1930, porém agora cortejava a ditadura”.¹⁹²

Mário Pessoa foi nomeado em 19 de maio de 1938 e se mostrou um assíduo defensor do Estado Novo em Ilhéus, perseguindo os integralistas com esmero. Enquanto Itabuna já era governada pelo coronel Godofredo Almeida do Espírito Santo desde 20 de março de 1938 em substituição a José Nunes de Aquino.

Com a nomeação de Godofredo Almeida, o redator do Jornal Oficial de Itabuna não esconde o partidário ao afirmar que após a administração de Claudionor Alpoim “entramos num período de confusão até que o novo administrador foi nomeado – Godofredo Almeida”. Tal afirmação despreza completamente a administração de José Nunes de Aquino que se estabeleceu entre o golpe de novembro de 1937 a março de 1938. Tachando-a apenas como um período confuso, e que Godofredo Almeida era um cidadão à “altura do cargo”.¹⁹³

Se em Itabuna o prefeito integralista não gozava de muita simpatia, pelo menos na imprensa, o mesmo não se pode dizer do prefeito ilheense. Pois, o *Diário da Tarde*, ao ter informações de que os prefeitos integralistas seriam demitidos, lança uma matéria que toma metade da primeira página afirmando que “é tempo de lançar uma opinião insuspeita sobre o caso da substituição do prefeito de Ilhéus, que se julga provável, em face de ser o atual titular, também antigo partidário do integralismo”. Destaca nesse momento que o jornal se julgava insuspeito por ter sido ligado ao PSD e estar defendendo o prefeito, além disso, faz questão de destacar que o prefeito era “antigo partidário”, ou seja, não seria mais nesse momento. Após tecer vários elogios à administração de Pacheco, salienta que “é um ato de justiça que praticamos, fazendo

¹⁹² SÁ BARRETO, Raymundo. *Notas de um tabelião de Ilhéus*. São Paulo: Edições GRD, 1982, p. 48.

¹⁹³ *Jornal Oficial de Itabuna*, 09 de abril de 1938, p. 01.

esse registro”. Volta a afirmar, no fim da nota que o público conhece a “situação insuspeita para julgar assim o atual prefeito de Ilhéus”.¹⁹⁴

Apesar de todo esforço do jornal que tecia elogios ao então prefeito, a situação dele ficou insustentável após os episódios de maio de 1938. Quando do ataque integralista ao Palácio da Guanabara, residência oficial do Presidente da República. Nesse caso, restou ao jornal convocar e incentivar um grande banquete que se ofereceu a Raymundo Pacheco no Clube Social de Ilhéus quando de seu retorno de São Paulo. Episódio que foi uma homenagem, sem dúvidas, mas também teve um sentido de desagravo ao prefeito demitido em ausência, e também uma espécie de crítica ao prefeito então nomeado, Mário Pessoa.

Putsch verde nas terras do cacau

Após o golpe do Estado Novo houve certa euforia por parte dos integralistas em relação às ocupações que eles teriam no novo regime. De pronto, Vargas descartou uma participação decisória do integralismo em seu governo, o que se mostrou uma decepção nos círculos dirigentes do movimento. Na região sul da Bahia esse momento de euforia demorou um pouco mais, até maio de 1938, quando caíram os prefeitos nomeados oriundos do integralismo. Parece que Vargas ou seus indicados diretos se utilizam da premissa de poupar os que se submetessem, ou mesmo incorporá-lo ao Estado Novo, e punir os rebeldes. Diante desse jogo político, o movimento integralista se vê numa situação difícil, pois apoiou a implantação da ditadura e teve um momento acreditando que se tornariam as bases do novo regime, porém, logo depois veio a decepção. Mas a capacidade de reação já não era tão forte, isso fez com que parte significativa dos líderes locais do integralismo se subordinasse ao governo ditatorial de Vargas.¹⁹⁵

Quando alguns prefeitos integralistas ainda estavam no poder nas cidades da região cacaueira, foi tentado um golpe de Estado no Brasil, sob a liderança de integralistas, que chegaram a atacar o Palácio do Catete, residência do chefe do executivo no Brasil, em maio de 1938. Esse episódio ficou conhecido como *putsch* integralista, e a polícia logo começou apurar as articulações dos *verdes* no sul do estado.

¹⁹⁴ *Diário da Tarde*, 21 de março de 1938, p. 01.

¹⁹⁵ CALIL. Gilberto Grassi. *Os Integralistas frente ao Estado Novo: euforia, decepção, subordinação*. Lócus: revista de história, vol. 30, n. 01, p. 65 – 86. Juiz de Fora - MG, 2010.

Apesar de todo escândalo na imprensa e dos métodos repressivos da polícia, a justiça parece não ter se convencido de que no sul da Bahia houvesse uma articulação capaz de ameaçar as estruturas de poder. Assim, adiante discute-se como se deu o levante integralista e as consequências desse episódio para os *camisas-verdes* locais.

Finda as administrações integralistas, substituído o interventor do estado, e após duas tentativas de levante dos integralistas na capital do país, os ventos começaram a mudar para os *camisas-verdes* da região do cacau. Ainda no dia 11 de maio, após o *putsch* integralista, o *Diário da Tarde*, em tom alarmante afirmava que houve “uma aventura sangrenta dentro madrugada, no coração do país”. O periódico passou os próximos dias dando detalhes, em sua maioria fictícia, das articulações integralistas e de como, heroicamente, Getúlio Vargas teria resistido à invasão da residência do governo.¹⁹⁶

Por essa época, estava à frente da delegacia regional do DOPS do sul da Bahia, o delegado Saraiva Junior que, ao que tudo indica, começou as investigações sobre as articulações dos integralistas na região. Contudo, apesar da imprensa afirmar que o delegado estava tomando todas as medidas possíveis para prender e punir os possíveis sediciosos, a questão não foi bem aceita pela cúpula policial do estado, tanto que foi designado outro delegado para continuar as investigações e o próprio Saraiva Junior teve de dar explicações sobre o seu comportamento dúbio diante do levante integralista.

Com a pressão da imprensa e das autoridades, vários dos líderes integralistas da região foram detidos para “averiguação” em Ilhéus e Itabuna e enviados para a sede do 2º. Batalhão de Caçadores em Ilhéus, onde permaneceram à disposição das autoridades. Provavelmente houve a abertura de um inquérito em Ilhéus, mas ao que tudo indica, este fora dispensado pelo delegado Adelino Marques de Carvalho, que fora designado em missão especial, saindo diretamente de Salvador para apurar as articulações integralistas na região, em fins de maio de 1938. Esse episódio permite entrever que as autoridades estaduais desconfiavam de que os trabalhos de repressão no sul do estado não estavam ocorrendo a contento, no que, apesar das diversas prisões, elas tinham motivos para tal desconfiança.

Logo após assumir a delegacia do DOPS, com sede em Ilhéus, o delegado Adelino Carvalho solicitou os inquéritos em andamento em Ilhéus, Itabuna, Itapira e outras cidades. Como já informado anteriormente, deve ter descartado o de Ilhéus por

¹⁹⁶ *Diário da Tarde*, 11 de maio de 1938, p.01.

algumas desconfianças, mas deu continuidade ao de Itabuna. Em Ilhéus, o novo delegado convocou diversas testemunhas para dar depoimentos sobre o que sabiam em relação às articulações integralistas após novembro de 1937. Vários deles afirmavam que diversos integralistas eram vistos fazendo reuniões na estrada de ferro Ilhéus-Conquista com frequência. Mas o que talvez tenha chamado atenção do delegado foi a atitude “estranha” do antigo agente responsável pelo caso. O Dr. Saraiva Junior fora acusado de ir à casa dos chefes integralistas na madrugada de 11 de maio para convocá-los a assumir imediatamente a prefeitura, pois o Presidente da República encontrava-se detido e o país estava sob uma junta governativa.¹⁹⁷

Rubem Nogueira, um dos mais destacados integralistas da Bahia, estava atuando como advogado em Ilhéus por essa época. Conta em suas memórias algo parecido com o dito pelas testemunhas em juízo, além de destacar as relações conflituosas entre o Dr. Gustavo Fonseca, chefe integralista e o prefeito municipal recém-empossado:

Cerca das quatro horas da madrugada do dia 11 de maio o delegado de polícia e outras autoridades locais acordaram-no (Gustavo Fonseca) em sua residência, para, na qualidade de chefe da extinta AIB em Ilhéus, assumir imediatamente o governo municipal, pois as rádios acabavam de noticiar a vitória de um movimento militar no Rio de Janeiro, com a consequente deposição de Getúlio Vargas. Gustavo Fonseca, porém, declarou ignorar o fato narrado pelos visitantes e recusou-se categoricamente a atender ao estranho convite. Menos de duas horas mais tarde aquele mesmo grupo voltava a sua residência, mas para de lá levá-lo preso. É que acabavam de ouvir a irradiação do fracassado assalto ao Palácio da Guanabara.¹⁹⁸

Apesar das controvérsias de declarações, de fato a notícia da vitória dos integralistas parece ter movimentado o círculo político ilheense. Jurandyr Leite, auxiliar do delegado regional na ocasião, afirma em depoimento que captou a notícia em seu rádio por volta de uma hora da manhã e que fora a procura do delegado Saraiva Junior. Esse procurou outras autoridades e teria encontrado por acaso a Pedro Ribeiro Filho, outro líder integralista, e lhe participado o ocorrido. Por sua vez, Pedro Ribeiro Filho fora ao seu trabalho, na estrada de ferro, e fizera um pequeno discurso onde afirmava do

¹⁹⁷ Processo 731 do TSN. AN. Ver especialmente os depoimentos das testemunhas Archelan Oliveira e Joaquim Olímpio de Souza.

¹⁹⁸ NOGUEIRA, Rubem. *O Homem e o Muro: memórias políticas e outras*. 2ª edição. São Paulo: GRD Edições, 2009, p. 198.

triunfo do integralismo. Disse ainda que se a informação não se confirmasse, a responsabilidade pelo que dizia deveria recair sobre o delegado Saraiva Junior.¹⁹⁹

Contudo, essa informação, apesar de ser confirmada por diversas testemunhas, é veementemente negada pelo Dr. Saraiva Junior em seu depoimento. É notável também que no depoimento dos quatro principais líderes integralistas de Ilhéus, Gustavo Fonseca, Pedro Ribeiro Filho, Walter Otto Schwarz, e Deocleciano José de Souza, todos são unânimes em dizer que não estavam articulados e que cessaram as atividades integralistas em novembro de 1937. Contudo, sobre a ida do delegado a casa deles para lhes comunicar do levante integralista e da deposição de Vargas no dia 11 de maio, nada lhes foi perguntado e nenhum deles tocou no assunto em depoimento, ou as suas declarações não foram anotadas no inquérito.²⁰⁰

Em seu depoimento, Saraiva Junior, além de negar categoricamente que tenha procurado os líderes integralistas para lhes nomear prefeito, ainda tece várias e contundentes acusações contra o prefeito municipal. Num depoimento de oito páginas datilografadas, afirma que as acusações contra sua pessoa eram feitas pelo chefe do executivo, mas que “essas denúncias pecam pela base em virtude de ser o denunciante seu quase desafeto, por não ter o respondente no desempenho do seu cargo querido submeter-se aos seus caprichos de político”. Além do mais, afirma que “teve de intervir numa polêmica do denunciante com o Dr. Gustavo Fonseca (...) ficando dessa data até o presente momento o denunciante com o maior rancor possível contra o respondente”²⁰¹

Em seu relatório, o delegado Adelino Marques de Carvalho chega à conclusão de que vários elementos integralistas continuavam em articulações e esperavam um levante em breve. Assim, teriam eles infringido as leis em vigor no país e deveriam ser punidos. Além disso, afirma que apesar de conseguir muita coisa importante no inquérito, “muita coisa teria sido ainda descoberta, o que deixou de ser feita por morosidade, e mesmo falta nas providências tomadas e que muito deixaram a desejar”. Numa clara alusão a “morosidade” do trabalho desempenhado pelo antigo delegado. Mais adiante, Adelino Carvalho volta a criticar a atuação do Dr. Saraiva Junior, afirmando que este “se não estivesse conspirando, pelo menos, indubitavelmente, o móvel de sua esquisita atuação, no caso, foi ‘cobrir-se’, como se diz o vulgo, de certas e futuras complicações, possivelmente a perda do emprego, se ficasse vitorioso o

¹⁹⁹ Processo 731 do TSN. AN.

²⁰⁰ Processo 731, TSN. AN. Depoimentos de Saraiva Junior e dos líderes integralistas.

²⁰¹ Processo 371, TSN. AN. Depoimento do Delegado Saraiva Junior.

integralismo”. Numa clara alusão de que o delegado Saraiva Junior era um suspeito em potencial, pois suas atitudes não condiziam com a de um agente de polícia. Por fim, o Dr. Saraiva Junior fora designado para a delegacia do DOPS no extremo sul do estado.²⁰²

Na documentação policial, fica claro que havia articulação dos integralistas na região cacaueira durante o ano de 1938. As próprias autoridades afirmam que os inquéritos não cumpriram as formalidades legais e tiveram de ser refeitos, dando a entender que a falta de formalidades pode ter sido proposital no intuito de invalidar as investigações. Contudo, em Itabuna, o delegado de polícia da cidade foi quem primeiro iniciou as investigações dos membros integralistas e seu inquérito, que fora enviado para o DOPS de Ilhéus, foi completamente aproveitado e dado continuidade.

Já no dia 13 de maio de 1938, o delegado de polícia Bellarmino Alencar baixava portaria dando início ao inquérito sobre possíveis atividades subversivas em Itabuna. Prontamente, demitiu o escrivão de polícia da cidade, Sr. Ângelo Medrado, acusando-o de ser simpatizante do integralismo. As perseguições não se fizeram esperar, e no dia 18 de maio foram detidos vários *camisas-verdes* para “averiguações”. Em corrida por busca de provas do envolvimento de cidadãos itabunenses no levante, o agente realizou diligências na casa dos principais líderes integralistas da cidade, e afirmou ter encontrando farto material relacionado ao movimento. Segundo o inquérito, na casa de Luiz de França Ferreira foram presas diversas bombas caseiras e muita munição para rifle; na casa de José Muniz do Nascimento, ex-vereador e fiel escudeiro do líder José Nunes de Aquino, foi encontrada quantidade substancial de material integralista, como livro de atas, correspondências, quadros com emblemas do sigma, retratos de Plínio Salgado, revistas integralistas, e uma caixa de remédios que foi interpretada como sendo para os possíveis feridos do levante que se planejava.²⁰³

O inquérito estabelecido em Itabuna parece ter sido mais bem organizado e não foi questionado posteriormente nem pelo delegado que assumiu as investigações e nem pelo TSN após ter acesso aos autos. Contudo, não parece ter sido tarefa fácil proceder às investigações contra integralistas numa região “infestada” deles, como alegavam as autoridades e que os dados demonstram. Vereadores integralistas, prefeitos integralistas, administradores integralistas, delegados integralistas e mesmo o comissário designado

²⁰² Processo 371, TSN. AN. Relatório do Delegado Adelino Carvalho.

²⁰³ Processo 727, TSN. AN. Auto de apreensão na casa de Luiz de França Ferreira e José Muniz do Nascimento.

para combater o integralismo fora acusado de ser simpatizante do movimento, como é o caso do delegado Saraiva Junior.

Com as notícias do levante, a imprensa da região torna-se uníssona em exigir repressão implacável contra os *camisas-verdes*. O *Diário da Tarde* solicitava punição, mas sempre ressaltava a ordem e a legalidade e nunca colocava o nome dos presos para averiguações. Por outro lado, em Itabuna O *Intransigente*, que outrora havia se aproximado do integralismo, afirmava que “a população ordeira e progressista de nossa cidade, ao ter conhecimento dos fatos, ficou entre pesarosa e indignada, não sabendo o que pensar de tais atos” e lamenta questionando se “os dirigentes do núcleo integralista dessa cidade, moços chefes de família de nossa melhor sociedade, tinham ou não conhecimento de tais preparativos bélicos”. E, por fim, pede calma, dizendo que todo julgamento prematuro é um erro e que as autoridades policiais irão esclarecer o ocorrido.²⁰⁴

Apesar de pedir calma e confiança da população, O *Intransigente* exige a demissão de todas as autoridades ligadas ao integralismo, tais como administradores de distritos e subdelegados, citando nominalmente os detidos para “averiguações” entre eles, velhos conhecidos das autoridades, como Presciliano Coelho, Ranulpho Cunha, José Muniz do Nascimento, Salvador Custódio e o mais destacado integralista local, José Nunes de Aquino, em cujo poder foi encontrado um código telegráfico para situações de emergência.

Nessa ocasião, impressiona a sagacidade de Luiz de França Ferreira, que não fora preso, devido à sua fuga. Quando os policiais foram a sua casa para proceder na apreensão de material e à prisão do acusado, este se encontrava em “trajes menores” e recebera voz de prisão, solicitando permissão para trocar-se, lhe foi concedida. Então, aproveitou-se de um descuido dos policiais, fugiu pelos fundos da casa e desapareceu. Em entrevista, a polícia disse à imprensa que estava “em seu encalço”, no entanto, até o fim do processo ele não fora localizado.²⁰⁵

Com um linguajar muito mais agressivo em relação ao integralismo, A *Época*, após relatar os fatos, diz esperar que “a polícia continue as suas diligências, a fim de que o nosso município se veja inteiramente livre dos extremistas de direita”. Ainda solicita a demissão de autoridades integralistas, pois “elas não merecem a confiança do regime”. Considerava que os distritos de “Ferradas e Rua de Palha estão entregues a

²⁰⁴ O *Intransigente*, 21 de maio de 1938, p. 01.

²⁰⁵ O *Intransigente*, 21 de maio de 1938, p. 01.

subdelegados fichados na defunta Ação Integralista” e lança um questionamento “será que essa gente merece confiança numa ocasião como esta?” diante de tais fatos, ainda que o delegado Saraiva Junior tivesse ou não simpatias pelo integralismo, não lhes restava opção, mandou demitir todas as autoridades ligadas a AIB.²⁰⁶

Após quatro meses de diligências, prisão de suspeitos, apreensão de material pertencente aos suspeitos (com relação ao integralismo ou não, como é o caso de apreensões de revólveres pessoais) e demissões de autoridades, o delegado regional de então, Adelino Marques, crê concluída as investigações em Itabuna e procede à elaboração de relatório no intuito de incriminar os “extremistas”. Espanta ao delegado a quantidade de integralistas que ele acredita haver em Itabuna, cerca de “doze mil elementos verdes, para mais (...)”. O que o faz acreditar ser Itabuna “um dos mais fortes redutos integralistas no Estado e no país”, e que o integralismo “nessa região, vicejou em tais condições, por ter encontrado um clímax apropriado, devido à extremada política local”.²⁰⁷

A retirar os arroubos sociológicos para analisar a política local e o número de integralistas na região cacauzeira, fica a pergunta se o número de doze mil integralistas em Itabuna era real? Um município que, segundo o censo de 1940, o mais próximo do período, contava com uma população de 96 mil habitantes, sendo a sede com cerca de 20 mil e o restante nos vários distritos que se tornariam municípios mais tarde.²⁰⁸ Não fica claro se o delegado se referia ao município total ou somente a sede, mas parece ser impossível ter essa quantidade somente na sede, aliás, em qualquer situação esse número parece surreal. Contudo, no Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ) há uma listagem completa dos integralistas do Estado de Bahia e pelos números coletados em relação a Itabuna, estão listados cerca de oito mil *camisas-verdes* em todo município, o que não confirma as afirmações do delegado feitas em 1938, mas ainda assim são dados consideráveis para uma cidade do interior. Saliente-se que os dados com os nomes dos integralistas constam do arquivo do DOPS no Rio de Janeiro, produzidos em 1944, anos depois de extinto o integralismo.²⁰⁹

²⁰⁶ A *Época*, 18 de maio de 1938, p 01.

²⁰⁷ Processo 727, TSN. AN. Relatório do Delegado Adelino Carvalho.

²⁰⁸ BRASIL/IBGE. Recenseamento Geral do Brasil. 1940, p. 224, 225. Disponível em <https://archive.org/stream/censo1940vol12t1ba#page/n58/mode/1up> acessado em 11 de abril de 2016.

²⁰⁹ Relação de Integralistas da Bahia. APERJ, Fundo Polícia Política do Rio de Janeiro. Série Estados: Bahia, Pasta 5 A.

O delegado continua por mais alguns parágrafos tentando explicar a razão do crescimento do movimento em Itabuna, e depois passa a explanar os acontecimentos que ocorreram na região em virtude do levante integralista na capital do país. Num esforço e contorcionismo jurídico-policial ele tenta implicar os principais chefes do integralismo local nas ocorrências de maio de 1938. Durante 25 páginas de relatório, com descrição de ações, documentos, material explosivo, atitudes suspeitas e atribuição de culpa a cada acusado, o delegado conclui que os líderes integralistas de Itabuna não somente sabiam do levante, como também estavam preparados para aderir ao movimento tão logo eclodisse. Em 10 de setembro os autos foram enviados para o secretário de segurança pública da Bahia, juntamente com os prontuários policiais de cada implicado com fotos e dados pessoais, para as devidas providências. Em 15 de março de 1939 os autos chegavam ao Tribunal de Segurança Nacional para análise e julgamento dos integralistas de Itabuna. Uma semana depois chegavam os autos de Ilhéus para as mesmas providências. O desfecho talvez não tenha sido o que o delegado esperava.

Em julho de 1939, mais de um ano após o desenrolar do levante integralista, o processo referente aos acusados de Itabuna retorna para o fórum da cidade para que fossem novamente ouvidos os acusados, as testemunhas de defesa e a defesa prévia dos advogados. Em novembro, o juiz do TSN responsável pelo processo envia um telegrama solicitando providências da justiça de Itabuna em relação aos autos e criticando a morosidade da justiça. Prontamente, o juiz Desouza Dantas responde que a comarca achava-se sem magistrado, e por isso teria demorado em responder as solicitações do TSN.

Em sua defesa prévia os integralistas de Itabuna nomearam dois famosos advogados da comarca local. Eudes Fontes Briglia e Altino Serbeto de Barros que classificaram as acusações aos seus clientes como “depoimentos falsos” emanados de “inimigos pessoais, pessoas sem classificação em Itabuna” e que tais acusações não deveria ser coisa “digna de guarida por parte dos ilustres juízes que compõem o egrégio Tribunal de Segurança”. Em apenas duas páginas os advogados pretendem demonstrar que seus clientes foram membros da extinta Ação Integralista, mas que se encontravam afastados da política, e eram perseguidos pelos inimigos pessoais.²¹⁰

²¹⁰ Processo 727, TSN. AN. Defesa prévia dos acusados Ranulpho Cunha e outros.

No dia 22 de fevereiro de 1940, o juiz do TSN Alberto de Lemos Bastos abriu o julgamento dos dezesseis acusados de extremismo do município de Itabuna. Tendo como procurador federal o Dr. Eduardo Jara e como defensor o Dr. Francisco Duarte Lima. Feitas as acusações de praxe, o advogado de defesa partiu para uma estratégia já conhecida, a de enaltecer os acusados e desclassificar os acusadores. Os réus seriam “pessoas qualificadas, ordeiras e bem quistas” enquanto que “os seus acusadores são adversários políticos, e de um modo geral, desordeiros e desqualificados”. Por fim, afirma que este processo é típico de “politiqueiros de aldeia”.²¹¹

Apesar de todo o esforço da polícia e do procurador em encontrar crimes graves imputáveis aos acusados, o TSN parece não ter se convencido de que nos autos estava clara a demonstração de gravidade dos crimes. Dos 16 acusados apenas três foram condenados a algum tipo de pena: Salvador Custódio e Presciliano Nascimento Coelho foram condenados a dois meses de prisão e pagamento de multa de cinco mil reis. Somente “para averiguações” os dois condenados já tinham passado mais tempo detido em Ilhéus. Luiz de França Ferreira, que se encontrava foragido, fora condenado a um ano de “prisão celular”. Todos os demais foram inocentados. Ao que parece foram penas brandas para os que foram acusados de “extremismo” e tentativas de mudar o governo por meio da força.²¹²

A separação entre as atividades policiais e os julgamentos do TSN foi percebida por Jacira Primo, para quem houve um “desafinar da orquestra varguista” numa dissonância entre o “trabalho policial que buscava enredar os integralistas, e do Tribunal de Segurança Nacional, que promovia a soltura destes com críticas aos procedimentos dos investigadores”, casos que se repetem com certa frequência. No caso de Ilhéus, a situação foi ainda mais complicada, uma vez que o TSN praticamente desconsiderou todo o trabalho da polícia, com críticas severas ao modo como foi procedido o inquérito.²¹³

Se o processo levado a cabo em Itabuna, que foi bem organizado, recebeu críticas do TSN por não cumprir prazos legais, o de Ilhéus teve bem mais apreciações por parte dos juízes e procuradores, o que foi ponto positivo na defesa dos réus, que exploraram as deficiências processuais ao máximo. O próprio delegado Adelino Carvalho quando assumiu a delegacia regional em fins de maio de 1938 parece ter

²¹¹ Processo 727, TSN. AN. Defesa no TSN dos acusados Ranulpho Cunha e outros.

²¹² Processo 727, TSN. AN. Sentença do Juiz do TSN Lemos Bastos, confirmada pelo pleno do Tribunal.

²¹³ PRIMO, Jacira Cristina Santos. *Nas Fileiras do Sigma: os integralistas e a política brasileira na década de 30*. Tese de doutoramento em História Social (UFBA), Salvador-BA, 2013, p. 151, 152.

descartado o trabalho feito pelo seu antecessor, Saraiva Junior. Contudo, o delegado Adelino também cometeu falhas vistas, em seu relatório faz afirmações de testemunhas que não constam nos autos, diz ter ouvido pessoas que não foram ouvidas, ou não foram juntados os seus depoimentos e traça uma acusação sem base jurídica.

Os juízes do TSN, percebendo as falhas dos autos, reencaminharam o processo para a comarca de Ilhéus para que fossem ouvidos os réus, as testemunhas de defesa e a defesa prévia. Advertindo as autoridades locais que “dentro do tumulto dos dois inquéritos apensados” a prova que tinham era de que os integralistas continuavam exercendo atividades políticas. Mas isso só não era suficiente para compreender o grau e a extensão do movimento em Ilhéus, e por isso mesmo, solicitava que fossem ouvidas mais pessoas e reorganizado o inquérito.²¹⁴

Para defender previamente os integralistas ilheenses, foi nomeado Mário Monteiro, advogado e antigo militante do *sigma*. Em sua justificativa, de seis páginas datilografadas, o bacharel utiliza-se das táticas de sempre, colocar os acusados como perseguidos e seus acusadores como pessoas desclassificadas. Porém, aproveitando-se da percepção da procuradoria federal, apegando-se às falhas do inquérito para desconstruí-lo. O bacharel afirma que “o trabalho, posto que tumultuário, a que se entregaram as autoridades policiais a averiguação dos fins para os quais os denunciados se reuniam clandestinamente, nenhum resultado colheu, não obstante a duplicidade de inquérito”.²¹⁵

E, por fim, apela, talvez para as ligações que o Coronel Maynard Gomes tinha com os cidadãos acusados. O então juiz do TSN, Maynard Gomes, que outrora nomeara os integralistas prefeitos no sul da Bahia, era agora responsável por julgar essas mesmas pessoas. Afirma a defesa que “ninguém melhor que o preclaro Sr. Coronel Augusto Maynard Gomes (...) poderá aquilatar, com as próprias informações pessoais que dispõe, da significação e do valor de certos processos elaborados com base em inquéritos policiais de Ilhéus, relativos a fatos e pessoas deste meio”.²¹⁶

Sem dúvidas, a sacada do advogado parece ter sido certa, apegou-se em dois pontos fundamentais: a desorganização do inquérito; e as ligações que o juiz do TSN tinha com os acusados. Afirmando que o juiz conhecia bem o significado e o valor de certos processos de Ilhéus. Independente de isso ter soado como um elogio ou uma ameaça, fato é que, os réus foram absolvidos pelo Coronel Maynard Gomes e depois

²¹⁴ Processo 731, TSN. AN. Cópia de classificação de delito.

²¹⁵ Processo 731, TSN. AN. Defesa prévia dos acusados Gustavo Gomes da Fonseca e outros.

²¹⁶ Processo 731, TSN. AN. Defesa prévia dos acusados Gustavo Gomes da Fonseca e outros.

tiveram a sua absolvição confirmada pelo pleno do tribunal por “falta de provas”. Assim, dos dez acusados, quatro já tinham sido excluídos pelo Ministério Público e os outros seis foram absolvidos. Nesta ocasião tanto o Ministério Público quanto a defesa e o juiz foram unânimes em reclamar das falhas graves do processo em questão.²¹⁷

O julgamento se deu em maio de 1940, cerca de dois anos depois do ocorrido, talvez não fosse mais interessante continuar as investigações, os ânimos já tinham mudando, o mundo estava em guerra e os integralistas da região poderiam já ter encontrado outras situações com as quais se preocuparem. Contudo, o tempo em que foram detidos para averiguações, por cerca de cinco meses, não lhes foi compensado. Cada um teve de assumir a sorte de ter pertencido a um partido proibido, independente de tramarem atividades subversivas ou não.

Foram dois anos entre a abertura dos inquéritos com a imediata *punição prévia* dos acusados e o julgamento final dos envolvidos. Ocupando-se nesse meio tempo toda uma estrutura burocrática de estado que começou a ser montada logo após os levantes da ANL de 1935 e que chegara ao seu auge em fins de 1937 com o advento do Estado Novo. Ocupou-se a polícia, em seu afã de encontrar culpados, prendeu-se a esmo, ocupou-se a estrutura do TSN, a justiça pública de Ilhéus e Itabuna, puniram-se os acusados, forçando-os a defenderem-se as suas expensas, humilhou-os, para ao fim, chegar-se a conclusão de que não houve quase culpabilidade a lhes ser imputada, salvo penas brandas para apenas três das dezenas de acusados.

Mas esse momento pode ter significado a consolidação do Estado Novo. Contudo, fica claro que os integralistas do sul da Bahia foram bem articulados, em quantidade considerável de membros, gozaram de poderes locais e posteriormente foram implicados em processos, que por vezes foram punidos. Diante disso, e da efetiva atuação na vida política local, procura-se discutir adiante como ficaram os integralistas após 1938, e como a memorialística regional tratou deste momento ímpar.

Repressão e acomodação

Ao fim de 1938 as coisas pareciam estar caminhando a favor dos ideais de Vargas. Os comunistas e simpatizantes já vinham sendo perseguidos há bastante tempo

²¹⁷ Processo 731, TSN. AN. Sentença do juiz Maynard Gomes, confirmada pelo pleno do TSN.

e os integralistas, com a sua tentativa de golpe em maio, deram as razões perfeitas para a repressão violenta que se seguiu. No eixo Ilhéus-Itabuna dezenas de *camisas-verdes* enfrentava forte repressão policial e qualquer posicionamento em favor do movimento era punido sem pestanejar. A euforia que tinha tomado conta dos integralistas nos tempos iniciais do Estado Novo dava agora lugar à decepção e ao desgosto. Mais do que nunca se aplicava a máxima de punir os rebeldes e incorporar os submissos.

Assim, o agrônomo Adhemar Menezes, que tinha sido colega de faculdade do interventor Landolfo Alves, fora convocado por este para assumir a prefeitura de Canavieiras, município da zona cacauzeira, em 1938. Adhemar aceitou o convite e rumou a Salvador para entendimentos com o interventor. Acusado pela imprensa de ser ligado ao integralismo, fez publicar nos jornais da capital um comunicado assinado, informando que “foi integralista até novembro de 1937, quando se afastou do sigma, achando-se hoje perfeitamente integrado ao Estado Novo”.²¹⁸ Apesar das perseguições aos *camisas-verdes*, o prefeito de Canavieiras ficou no cargo até 1942.

O mesmo jornal que noticia parte dos integralistas locais como “perfeitamente integrados ao Estado Novo” não poupa críticas ao movimento no geral e cobra das autoridades a punição aos rebeldes. Cotidianamente surgiam notícias novas sobre o levante integralista e o castigo que deveria abater sobre os implicados. Contudo, ao que parece, a imprensa faz questão de distinguir os integralistas no geral e os ex-integralistas que tinham ligações com a sociedade local. Em agosto de 1938, cerca de três meses após a sua viagem e a consequente demissão da prefeitura, voltava a Ilhéus o Dr. Raymundo Pacheco. Nesse interregno não se sabe se fora procurado pelas autoridades para esclarecimentos, mas não se localizou nenhuma implicação dele com a justiça na época. Tinha saído de Ilhéus para participar de um casamento em São Paulo, mas como houve um levante integralista e ele foi demitido nesse meio tempo, talvez tenha resolvido ficar por lá até as coisas se acalmarem na região.

Para a sua volta, foi organizado um suntuoso banquete no Clube Social de Ilhéus. O *Diário da Tarde* assim noticia os preparativos para o evento:

Ao Dr. Raymundo Amaral Pacheco, distinto facultativo conterrâneo, que exerceu com elevado espírito público, durante alguns meses, o governo do município de Ilhéus, e que está de regresso de sua excursão ao sul do país (...) amigos, admiradores e colegas resolveram prestar uma significativa homenagem, em breves dias, oferecendo-lhe

²¹⁸ *Diário da Tarde*, 27 de maio de 1938, p. 04.

um banquete que será o testemunho de reconhecimento da nossa sociedade aos serviços que tem prestado a nossa terra, como cidadão, no exercício da sua humanitária clínica, e como prefeito, durante uma curta, mas proveitosa gestão.²¹⁹

Nenhuma palavra sobre o partido que o Dr. Raymundo Pacheco fazia parte, nenhum comentário sobre o integralismo em Ilhéus. Aqui, o homenageado aparece como umas das maiores personalidades ilheenses que tem “elevado espírito público” e uma “clínica humanitária”. Seja lá o que isso queira dizer, os integralistas ilheenses da “alta sociedade” deveriam ser poupados das perseguições que se abatiam sobre o movimento no geral. Na mesma página, o periódico publica uma notícia com o sugestivo título de “Ecos da Integralistada”, onde discorre sobre o julgamento dos implicados no levante de maio.

As homenagens ao Dr. Pacheco, apesar de a imprensa sempre fazer questão de negar, parece ter sido um ato político do jornal contra a sua demissão da prefeitura e também contrário ao prefeito de então. Mário Pessoa (1894-1953), que já tinha sido prefeito de Ilhéus, governou a cidade novamente entre os anos de 1938 e 1942. Filho do antigo coronel Antonio Pessoa, líder da facção *pessoísta*, viu-se em situação caótica após a Revolução de 1930. Tendo sido preso, juntamente com seu cunhado e intendente municipal, Durval Olivieri, foram obrigados a atravessar a cidade a pé apenas de pijamas. Contudo, nos regimes de exceção as coisas podem mudar muito rapidamente. Sendo considerado “inimigo da Revolução” em 1930, fora alçado a homem de confiança do governo em Ilhéus a partir de 1938.²²⁰

Ao que tudo indica, o *Diário da Tarde* naquele momento não nutria simpatias pelo prefeito nomeado, tanto sim que ele não fora convidado para o banquete oferecido ao Dr. Pacheco por ocasião de seu retorno da viagem de *vilegiatura* (descanso) ao sul do país. O periódico faz questão de destacar que a homenagem era feita pela alta sociedade ilheense, onde seriam tocados ao piano composições dos pianistas poloneses Chopin e Paderewsky, o discurso seria “pronunciado ‘au dessert’ (após o jantar) pelo Dr. Aristeu de Oliveira Campos” e era “obrigatório o traje escuro ou ‘smoking’ para os convivas”. Assim, o antigo líder integralista local não parecia estar sofrendo nenhum tipo de perseguição.²²¹

²¹⁹ *Diário da Tarde*, 08 de agosto de 1938, p. 01.

²²⁰ SÁ BARRETO, Raymundo. *Notas de um tabelião de Ilhéus*. São Paulo: Edições GRD, 1982, p. 34.

²²¹ *Diário da Tarde*, 17 de agosto de 1938, p. 01.

Já no dia 30 de agosto de 1938, o mesmo *Diário da Tarde* publica uma pequena nota, onde o Dr. Gustavo Fonseca informa que “cessados os motivos que o impediam de frequentar regularmente o seu consultório, acha-se agora à disposição de todos na sua clínica otorrinolaringológica”. Não há citação de quais foram os motivos que impediam o Dr. Gustavo Fonseca de frequentar a sua clínica, mas com base nos processos discutidos anteriormente, nota-se que ele tinha sido detido após o levante integralista e talvez por isso tenha ficado afastado de seus trabalhos.

Segundo Rubem Nogueira, o Dr. Gustavo Fonseca teria ficado por cerca de cinquenta dias detido no quartel do Batalhão da Polícia Militar, incomunicável. O memorialista insinua que isso tenha se dado porque Gustavo Fonseca “de quem o prefeito, Mário Pessoa, era pessoalmente desafeto gratuito (...) dada a circunstância de ser o jovem Dr. Gustavo Fonseca médico especialista de nomeada em otorrinolaringologia (especialidade idêntica à do prefeito, antigo político local)”.²²² Os comentários de Nogueira são interessantes, mas não condizem com o clima do momento. Claro está que Mário Pessoa e Gustavo Fonseca tinham desavenças, mas isso não se reduz ao exercício da profissão deles. Na verdade, no momento do levante e da prisão de Gustavo Fonseca, o cargo de prefeito ainda era exercido por Raymundo Pacheco, que estava ausente da cidade. Mário Pessoa só assumiu a prefeitura em 19 de maio de 1938, momento em que Gustavo Fonseca já estava detido.

Contudo, em dezembro do mesmo ano houve um episódio que o *Diário da Tarde* classificou como sendo “um incidente político lamentável”.²²³ Nessa ocasião, Gustavo Fonseca fora preso novamente e Rubem Nogueira se refere ao episódio da seguinte forma: “em dezembro, pela terceira vez, o prefeito fê-lo prender após a cerimônia de um sepultamento a que ambos estivemos presentes. Vi então meia dúzia de praças do destacamento local, portando fuzis, cercar o Dr. Gustavo Fonseca e conduzi-lo à delegacia policial”. Segundo o memorialista, ele e outros amigos acompanharam a escolta e tentaram entrar na delegacia em solidariedade ao seu companheiro, mas foram impedidos. Então um dos amigos foi à casa do prefeito e desafiou-o a prendê-lo também.²²⁴

²²² NOGUEIRA, Rubem. *O Homem e o Muro: memórias políticas e outras*. 2ª edição. São Paulo: GRD Edições, 2009, p. 199.

²²³ *Diário da Tarde*, 03 de dezembro de 1938, p. 01.

²²⁴ NOGUEIRA, Rubem. *O Homem e o Muro: memórias políticas e outras*. 2ª edição. São Paulo: GRD Edições, 2009, p. 199.

A prisão se deu por ocasião do enterro de um antigo militante do *sigma*, que era comerciante e pessoa muito popular na cidade. Na hora de descer o caixão, o Dr. Gustavo Fonseca fez um discurso integralista e evocou a saudação *anauê*, no que foi seguido por antigos militantes do seu partido, inclusive, ao que tudo indica, por Rubem Nogueira. Naquele momento se encontrava também o prefeito nomeado, Mário Pessoa, que solicitou a prisão do orador ao delegado regional, tendo sido atendido. O *Diário da Tarde* diz compreender a prisão do médico, mas critica o local para onde este foi levado, a cadeia pública da cidade. Lugar onde se prendem “os criminosos comuns, os ladrões, os assassinos, os ébrios e os loucos” não era lugar para se prender um homem da alta sociedade, que tinha feito algo “rigorosamente de natureza política”.²²⁵

O *Diário da Tarde* faz questão de assinalar, mesmo em 1938, alguns meses após a extinção dos partidos políticos, o fim da era partidária. Como se as paixões políticas pudessem ser dissolvidas por meio de decretos governamentais. O periódico diz que compareceram ao enterro cerca de duzentas pessoas “de todos os matizes partidários, isto é, que pertenceram às antigas organizações partidárias, hoje extintas”. Faz questão, assim de demarcar que as organizações partidárias eram antigas e estavam extintas, como se isso por si só fosse capaz de arrefecer as paixões políticas. E por isso mesmo, considera o ato de Gustavo Fonseca como sendo uma “atitude impensada” de um jovem, portanto não havia motivo para aquilo.²²⁶

De fato, parece que já naquele momento, a sociedade cacaueira queria livrar-se do estigma de região integralista. Tendência que parece ter sido seguida pelas obras memorialísticas produzidas posteriormente, pois quase não há citação da influência do integralismo na política local. Ao que parece, houve um esquecimento, um apagamento, intencional ou não, da força que a AIB teve nos anos 1930 e mesmo tempos depois.

Tanto é que em 1942, no município de Rio Novo (atual Ipiaú), sudoeste da Bahia, mas pertencente à zona cacaueira, o delegado regional é instado a averiguar a distribuição de pasquins que circulavam na cidade em desrespeito ao secretário da prefeitura que ocupava momentaneamente o expediente municipal. Em relatório enviado à Secretaria de Segurança Pública do estado, o delegado regional afirma que Rio Novo é uma cidade importante da região, mas isso não impede que “grande parte da população se entregue à prática de atitudes grotescas, valendo-se sempre do anonimato, criando ambiente de discórdia e animosidades”. Segundo a autoridade policial, tal

²²⁵ *Diário da Tarde*, 03 de dezembro de 1938, p. 01.

²²⁶ *Diário da Tarde*, 03 de dezembro de 1938.

atitude “talvez, seja resultante da mentalidade fascista que predominou ali por certo tempo, deixando o traço indelével dos processos adotados por esta doutrina”.²²⁷ E completa:

Esse ambiente não surpreende de vez que aquela cidade cognominada ‘cidade verde’ – quando vigorante a ação integralista contava com uma média de quatro mil adeptos! Se é verdade que não encontramos elementos materiais de provas que nos autorizem asseverar a existência de atividades extremistas, contudo psicologicamente se compreende o estado d’alma daqueles que professaram a ideologia pliniana e que ainda não se convenceram da justa extinção do seu partido. O recalque é evidente.²²⁸

Interessante notar os arroubos de psicologia e sociologia do delegado para se referir à cidade de Rio Novo e aos ex-integralistas em especial. Segundo o agente, os integralistas dali eram recalcados por ter tido seu partido extinto e que isso se devia a “massa de ignorantes” que o partido formou, com esperanças de poder. Solicita que seja exonerado o delegado local em virtude deste não saber lidar com a situação. O sargento José Joaquim dos Santos, delegado de Rio Novo, foi exonerado de seu posto alguns dias depois, em janeiro de 1943.²²⁹

Mesmo em 1944, já nos momentos finais da Ditadura do Estado Novo, a caça aos integralistas, ou extremistas, ou *eixistas* (colaboradores da Alemanha) continuava. Bastava uma simples denúncia, uma simples suspeita, para o indivíduo se ver às voltas com a polícia ditatorial. Demonstrativo dessa situação está o caso do médico Justino Marques, morador de Ibicaraí, distrito de Itabuna. No dia 03 de novembro de 1944, o médico compareceu à delegacia de Itabuna para prestar esclarecimentos sobre uma nota publicada no *Jornal de Notícias* de Salvador, dizendo que ele teria um amplo retrato de Plínio Salgado exposto em seu consultório. O depoente afirma ter ficado surpreso com a notícia, até porque “não tem na sala de seu consultório, outro retrato que não seja o do Presidente da República Brasileira”. Atribui à denúncia a algum “inimigo desconhecido e covarde” que lança mão desse meio “miserável” com a intenção de prejudicar-lhe.²³⁰

²²⁷ APEB/SSP. Caixa 6457, maço 01. Relatório do delegado regional do sudoeste sobre atividades integralistas.

²²⁸ APEB/SSP. Caixa 6457, maço 01. Relatório do delegado regional do sudoeste sobre atividades integralistas.

²²⁹ APEB/SSP. Caixa 6457, maço 01. Relatório do delegado regional do sudoeste sobre atividades integralistas.

²³⁰ APEB/SSP. Caixa 6477, maço 02. Termo de Interrogatório de Justino Marques.

Afirma que foi “integralista, quando legalmente era registrado tal partido político; uma vez verificado o golpe de dez de novembro de mil novecentos e trinta e sete, (...) afastou-se absolutamente de toda e qualquer atividade política”. E conclui com uma assertiva muito em voga no momento, que funcionava como uma espécie de salvo-conduto, pois se encontrava “integrado ao regime atual”, repetindo as palavras do prefeito nomeado para Canavieiras citado anteriormente.²³¹

Claro está que os integralistas continuavam atuando na região cacauzeira depois da decretação do Estado Novo em 1937, e mesmo após as perseguições que se seguiram aos eventos de 1938. Também é perfeitamente compreensível a histeria que viviam as autoridades durante o período da Segunda Guerra Mundial e o combate aos colaboradores aos países do eixo. Jacira Primo destaca que a vigilância sob os ex-integralistas se intensificou na Bahia durante e após o ano de 1942, quando o Brasil declarou guerra à Alemanha e seus aliados. Demonstrando através de documentação hemerográfica e judiciária o combate que se seguiu aos *quinta-colunistas* e integralistas, que por vezes, eram tidos como sinônimos.

A vigilância chegou a tal ponto que a autora cita o caso do ex-integralista Rômulo Mercuri Almeida que, precisando viajar ao sul do estado, solicitou permissão às autoridades, adiantando que tinha sido da AIB. Depois de verificar que ele tinha sido implicado no complô integralista de 1936, mas que fora absolvido, recebeu licença para viagem somente dentro do estado, e que deveria ficar sob o olhar das autoridades.²³²

Integralismo: memória e esquecimento

Apesar da considerável documentação hemerográfica e judiciária sobre a atuação integralista no sul da Bahia, o leitor que se proponha a analisar as memórias escritas sobre a região, não perceberá a importância e influência que o movimento teve naquele momento. Duas falas são demonstrativas de como foi elaborada, de forma geral, a memória em relação ao integralismo no sul da Bahia:

JM: o Integralismo era forte na região?

²³¹ APEB/SSP. Caixa 6477, maço 02. Termo de Interrogatório de Justino Marques.

²³² PRIMO, Jacira Cristina Santos. *Nas Fileiras do Sigma: os integralistas e a política brasileira na década de 30*. Tese de doutoramento. Salvador: UFBA, 2013, p. 170 e 171.

SB: Meu tio foi candidato integralista e foi o último colocado, eles faziam mais barulho, eram mais caranguejo na lata que outra coisa (...).

AG: todos foram para o PRP de Plínio Salgado?

SB: Mas meu tio não foi não, foi para o PSD. Meu tio rompeu com o Integralismo quando era prefeito.²³³

Pereira Filho, memorialista, em outro texto, destaca os fatos que sucederam após o golpe *estadonovista*. Na escrita, se nota uma confusão dando a impressão de que o prefeito nomeado em Itabuna, logo após o Estado Novo, não fosse integralista:

Golpe de Getúlio Vargas, queda de Juraci Magalhães, leis de segurança, integralismo proibido, integralistas na cadeia (...) mudanças de prefeitos, passou a comuna, da direção de (Claudionor) Alpoim para José Nunes de Aquino, e em seguida para Godofredo Almeida.²³⁴

Fica subtendido que José Nunes de Aquino não era integralista, pois os integralistas estariam presos. No texto, o prefeito nomeado é completamente desvinculado do integralismo.

Nestas duas falas, encontra-se uma riqueza inestimável em relação à memória. Nota-se aí uma preocupação latente, dos memorialistas, de passar ao largo de temas espinhosos, como o pertencimento de membros da família a um movimento associado ao *nazifascismo*. Nos dois textos, percebem-se elementos de construção da memória manipulada. Quando Sá Barreto afirma que seu tio rompeu com integralismo, quase setenta anos após os acontecimentos, aponta percursos de construção da uma memória que começou logo após o golpe de 1937.

Assim a frase de Pierre Nora encontra claramente o seu aporte, quando diz que memória é “o que fica do passado no vivido dos grupos, ou o que os grupos fazem do passado”.²³⁵ Se os grupos podem manipular o passado, neste caso, a elaboração da

²³³ MACEDO, Janete Ruiz de. GUERREIRO, Antônio Fernando. *Sá Barreto*. Ilhéus: Editus, 2001. (Coleção - Preservação da Memória Regional: Testemunhos para a História), p. 148-49. Este livro consiste de uma entrevista concedida por Sá Barreto ao Centro de Documentação e Memória Regional (CEDOC-UESC). Sá Barreto foi uma figura de destaque na política ilheense do século XX e era sobrinho de Raymundo do Amaral Pacheco, candidato Integralista a prefeitura de Ilhéus em 1936 e prefeito interino após o golpe *estadonovista* de 1937. As abreviaturas são respectivamente: JM – Janete Macedo; SB – Sá Barreto; AG – Antonio Guerreiro.

²³⁴ PEREIRA FILHO. Carlos. *Terras de Itabuna*. Ilhéus: CEPLAC, 1960, p. 97.

²³⁵ NORA apud. LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. 4. ed. Campinas, SP: Editora UNICAMP, 1996, 472.

memória é sempre uma luta. Para aqueles que estão no poder “tornarem-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações”, pois “os esquecimentos, os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva”.²³⁶

Não a toa, Adelindo Kfourir Silveira, em seu livro de memórias sobre Itabuna, lançado em segunda edição em 2001, com vistas à proximidade do centenário da cidade, afirma que a primeira edição fora lançada na década de 1960 e “entregues à Prefeitura para distribuição gratuita nas escolas municipais, esgotaram”. Interessante notar que a primeira edição tenha sido feita nos anos 1960 por ocasião do cinquentenário de emancipação da cidade. São desse mesmo período outras obras memorialísticas, sempre em datas comemorativas, no intuito de alcançar maior visibilidade. Para o autor, na segunda edição, “melhorada e ampliada”:

Conceitos foram revistos e aqui está o resultado. Com responsabilidade de um filho da terra com mais de quarenta anos dedicados a sérias e exaustivas pesquisas, afirmo que não se trata de um relatório de curiosidades, mas um repositório de verdades históricas. Foram leituras de centenas de textos e condução de dezenas de entrevistas. Ter-me-ia sido difícil reproduzir sinteticamente tão grande volume de informações, não optando por selecionar com paciência, aquilo que em cada circunstância me pareceu mais próximo possível do consenso verdadeiro.²³⁷

A preocupação de Adelindo Kfourir Silveira com a “verdade histórica” é notável. Em apenas um parágrafo, ele evoca esse conceito duas vezes, e legitima a sua autoridade para contar tal narrativa por ser “filho da terra”, ter mais de quarenta anos dedicados a pesquisas, além de já ter lido “centenas de textos”. Mas, em seu livro de memórias não há uma única menção ao integralismo em Itabuna. Apesar de contar diversos casos políticos da cidade, falando, inclusive, sobre a Revolução de 1930, não cita nada sobre o integralismo. Sobre esta questão, o memorialista não está só, vários outros também passam a margem do assunto.

Na obra *Ensaio Histórico de Itabuna: o jequitibá da taboca*, também não é citado em nenhum momento o integralismo, como se esse movimento nunca tivesse existido em Itabuna. Apesar de a obra discutir amplamente a Revolução de 1930 e a

²³⁶ LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. 4. ed. Campinas, SP: Editora UNICAMP, 1996, p. 426.

²³⁷ SILVEIRA, Adelindo Kfourir. *Itabuna: Minha Terra*. Introdução. 2ª Ed. Itabuna: Gráfica Santa Helena, 2001.

vida política de pessoas implicadas nesse momento como Gileno Amado, que se tornou secretário da fazenda de Juracy Magalhães; Henrique Alves, líder “autonomista”; e Claudionor Alpoim, prefeito entre 1932 e 1937. Em dois momentos, sobre a sucessão de Alpoim, há uma fuga do tema:

Com o golpe de 1937, foi nomeado interventor da Bahia Dr. Landulfo Alves, perdendo Gileno Amado as posições políticas de Itabuna. Godofredo de Almeida, que havia trinta dias exercia o cargo de prefeito, foi exonerado, sendo o engenheiro Francisco Ferreira da Silva nomeado prefeito de Itabuna.²³⁸

Num outro momento, o memorialista afirma,

Décimo Primeiro Governo Municipal – 3º. Prefeito – (1937 – 1938) José Nunes de Aquino. Nomeado prefeito de sua terra natal, não lhe foi facultado demonstrar algo de caráter administrativo por ter exercido o mandato por um período muito curto.²³⁹

Na primeira citação, o governo de José Nunes de Aquino, intencionalmente ou não, é completamente ignorado. Contudo, o prefeito que assumiu depois dele, cujo governo durou apenas trinta dias, é lembrado. No segundo tópico, o único destaque ao nome do prefeito integralista é que ele foi nomeado “prefeito de sua terra natal”, mas que teve um governo muito curto. De fato, José Nunes de Aquino foi o primeiro prefeito nascido em Itabuna, e isso é o que consta nos livros de memórias de cidade. Quanto às suas filiações partidárias e os problemas que teve com a justiça, nada é dito.

Outra obra memorialística muito famosa em Itabuna ratifica a fala enunciada em *O Jequitibá da Taboca*. Trata-se do *Documentário Histórico Ilustrado de Itabuna*, de José Dantas de Andrade (Dantinhas). Tendo a primeira edição em 1968, foi reeditada em 1986 pelo mesmo autor, por solicitação da Prefeitura Municipal. Dantinhas, quando se refere ao momento em discussão, afirma:

Encontrava-se o Dr. Claudionor Alpoim no governo do município, quando em 10 de novembro de 1937, ocorreu o chamado ‘Golpe de Estado Novo’, sendo então substituído pelo Sr. José Nunes de Aquino

²³⁸ FOGUEIRA, Manoel Bomfim; GONÇALVES, Oscar Ribeiro. *Ensaio Histórico de Itabuna: o jequitibá da Taboca, 1849 a 1960*. Ilhéus, BA: Editus, 2.ed. 2011, p. 169 – 170.

²³⁹ FOGUEIRA, Manoel Bomfim; GONÇALVES, Oscar Ribeiro. *Ensaio Histórico de Itabuna: o jequitibá da Taboca, 1849 a 1960*. Ilhéus, BA: Editus, 2.ed. 2011, p. 240.

(o primeiro filho de Itabuna no Executivo), o qual esteve no poder até 16 de junho de 1938.²⁴⁰

O destaque dado aqui é para o “primeiro filho de Itabuna no executivo”. Na memória da região, não há lugar para o integralismo, pelo menos é o que os memorialistas fazem crer. Dantinhas só menciona o integralismo uma única vez em sua obra, quando conta a história de figuras populares da cidade, na parte dedicada a João Bodinho, diz que “num comício realizado na porta da sede do Partido Integralista, (...) houve um tiroteio e foi João Bodinho uma de suas vítimas, recebendo um tiro no ventre, falecendo poucas horas depois”. Sendo esta a única vez que o integralismo aparece, mas desaparece do nada, sem deixar rastros.²⁴¹

Para Pierre Ansart, as linguagens “agem sobre o passado, realizando um trabalho de produção de sentido, operando por seleção e reconstrução”.²⁴² Nas obras memorialísticas da região sul da Bahia, essa operação começa desde cedo. As mesmas obras, os mesmos autores que evocam o passado destemido do coronel e a formação da região, desprezam outras experiências. Sejam porque elas são incômodas, sejam por serem consideradas sem importância. Nesse caso, a experiência integralista parece exercer essa dupla função: ser incômoda, por ser associada ao *nazifascismo*; e ser considerada não importante para figurar nas obras que buscam “a verdade histórica” de Itabuna.

Ao que parece, tais obras tem funções políticas muito claras quando evoca o passado de luta e glória pela tomada da terra. Aliás, o título da obra de José Pereira da Costa é *Terra, Suor e Sangue: Lembranças do Passado – história da região cacauzeira*. Livro dos anos 1960 que segue o mesmo ritmo dos outros, qual seja, destacar a bravura numa época em que não existiam os órgãos públicos para arbitrar, e a vida era feita na base da força.²⁴³ A função ideológica dessas obras seria “designar em traços gerais, o verdadeiro sentido dos atos coletivos, traçar o modelo de sociedade legítima e de sua organização, indicar simultaneamente os legítimos detentores da autoridade (...)”.²⁴⁴ Neste caso, os coronéis e seus herdeiros.

²⁴⁰ ANDRADE, José Dantas. *Documentário Histórico Ilustrado de Itabuna*. 2ª.Ed. Melhorada e atualizada. Itabuna: Aproplan, 1986, p. 34.

²⁴¹ ANDRADE, José Dantas. *Documentário Histórico Ilustrado de Itabuna*. 2ª.Ed. Melhorada e atualizada. Itabuna: Aproplan, 1986, p. 52.

²⁴² ANSART, Pierre. *Ideologias, Conflitos e Poder*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978, p. 38.

²⁴³ COSTA, José Pereira. *Terra, Suor e Sangue: lembranças do Passado – história da região cacauzeira*. Salvador: EGBA, 1995.

²⁴⁴ ANSART, Pierre. *Ideologias, Conflitos e Poder*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978, p. 38.

O que essas memórias dizem de forma selecionada é interessante, mas o que elas não dizem também deve ser motivo de análise. Afinal “as pessoas são ensinadas a lembrar e a esquecer, fazendo com que determinados acontecimentos não sejam considerados importantes, ou mesmo que não tenham acontecido”.²⁴⁵ Aqui, o integralismo deve ser esquecido, ou mesmo nem deve ter ocorrido, conforme visto nas obras memorialísticas.

Se em Itabuna a memória escrita despreza o integralismo e sua influência no cotidiano dos anos 1930, parece que em Ilhéus e outras cidades não foi diferente. Uma das raras obras que fala da administração de Raymundo Pacheco é o livro *São Jorge dos Ilhéus: da capitania ao fim do século XX*, do médico e memorialista José Carlos Vinhães. Segundo ele, quando foi dado o golpe de 1937, Eusínio Lavigne foi destituído do cargo de prefeito por ser um “homem sabidamente de esquerda” e por não haver prendido Jorge Amado. Afirma que “vitoriosa a revolução, foi empossado como prefeito Raymundo do Amaral Pacheco, médico, pediatra, integralista, voltado para a assistência à saúde, e que ficou no cargo até 1938”. Única citação encontrada sobre a administração logo após o golpe de 1937, que refere à filiação partidária do prefeito, mesmo que não se informe exatamente o que isso significava.²⁴⁶

No livro, *Notas de um Tabelião de Ilhéus*, Sá Barreto faz uma curiosa observação das relações familiares e políticas em Ilhéus. Após informar do retorno de seu tio a Ilhéus, em 1938 e do banquete que lhes ofereceram, afirma que “um dos promotores foi o médico e político Demóstenes Vinhães, que era homem de prestígio social elevadíssimo. Demóstenes tinha qualidades positivas, participava da comunidade, porém era de um temperamento apaixonado”. Diz o autor que o médico era amigo “em toda sua plenitude; mas também, ao surgir oportunidade, Demóstenes se constituía num inimigo rancoroso”. E Completa, “era inimigo declarado de Mario Pessoa, por inúmeros motivos (...)”. Demóstenes Vinhães era o pai do médico e memorialista José Carlos Vinhães citado acima. A promoção do banquete era também uma forma de desprestigiar o prefeito nomeado em substituição a Pacheco.²⁴⁷

Assim fica claro que a memória da região não recorda, ou não quer recordar, as relações de seus filhos com o integralismo. Desprezando todas as relações, as intrigas, a

²⁴⁵ PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Em busca de uma outra história: imaginando o imaginário*. Revista Brasileira de História, ANPUH, São Paulo: Contexto, v. 15, n. 29, 1995.

²⁴⁶ VINHÃES, José Carlos. *São Jorge dos Ilhéus: da capitania ao fim do séc. XX*. Ilhéus – BA: Editus, 2001.

²⁴⁷ SÁ BARRETO, Raymundo. *Notas de um tabelião de Ilhéus*. São Paulo: Edições GRD, 1982, p. 49.

participação na política, na imprensa, nos conflitos, as administrações, os problemas com a justiça pós 1938 e as articulações que os integralistas continuaram fazendo anos depois da extinção de seu partido político na região. Há aqui um apagamento da memória, um silêncio, um “não dito” sobre um determinado momento e sobre determinadas figuras.

Para Pollack “existem nas lembranças de uns e de outros zonas de sombra, silêncios, ‘não-ditos’. As fronteiras desses silêncios ‘não-ditos’ com o esquecimento definitivo e o reprimido inconsciente não são evidentemente estanques e estão em perpétuo deslocamento”.²⁴⁸ Dessa forma, talvez as memórias da região do cacau pretendam apagar todas as outras lembranças para fazer emergir a bravura do coronel e legitimar os porta-vozes atuais que requerem para si a autoridade de contar a história a seu modo.

Segundo o mesmo autor, “manter a coesão interna e defender as fronteiras daquilo que um grupo tem em comum, em que se inclui o território (no caso dos Estados), eis as duas funções essenciais da memória comum”. O que seria uma “memória enquadrada”. É essa memória que o conjunto de obras memorialísticas parece tentar fazer em relação à história da região cacaueira, em especial com o integralismo. Silenciando totalmente, ou tocando no assunto de forma tangencial.

²⁴⁸ POLLACK, Michael. *Memória, esquecimento, silêncio*. Revista de estudos históricos, FGV, Rio de Janeiro: v. 02, n 03, p. 3 -15, 1989, p. 04.

Considerações Finais

O objetivo desta dissertação foi analisar as relações desenvolvidas entre o movimento integralista e os círculos de poder na região cacaueira nos anos 1930. Procurou-se entender quais os motivos que levaram os *camisas-verdes* a tornarem-se uma força política considerável, mas que foi completamente ignorado pela memória que se produziu posteriormente.

Levando-se em consideração que os arquivos do DOPS baiano referentes ao integralismo, que se encontram no Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, fazem uma lista completa de todos os membros da Bahia, nota-se o quão numeroso foi o integralismo. Os documentos enumeram nominalmente todos os indivíduos “suspeitos, fichados, prontuários e condenados por crimes de quinta-colunismo, comunismo e integralismo” na Bahia. O destaque fica em relação aos integralistas, que chegam a casa dos milhares em Ilhéus e Itabuna.

Num momento de crise, vários membros da sociedade aderiram ao movimento e tiveram uma vida política agitada nas terras do cacau. Muitos personagens eram oriundos de uma classe social detentora de posses, e talvez por isso, estavam buscando respostas no movimento político. As disputas nos jornais, a pregação da doutrina nos comícios e demonstrações públicas, as obras assistenciais, os conflitos de rua e as disputas eleitorais deram a tônica das atividades dos membros entre os anos de 1934 e 1938. Mas, com o golpe do Estado Novo em novembro de 1937, houve uma situação *sui generis* em Itabuna, Ilhéus e na região, pois ao mesmo tempo em que era proibida toda manifestação político-partidária no país, os integralistas do sul da Bahia assumiam a chefia de diversas cidades.

Após o golpe do Estado Novo, muitos integralistas de outrora continuaram circulando nos meios sociais, enunciando seus discursos políticos, enquanto integralistas a nível nacional e estadual eram perseguidos. Parece que muitos ex-integralistas fizeram questão de apagar o seu passado, e criar uma nova memória, com discursos novos dentro da estrutura política imposta a partir de 1937.

Contudo, após os levantes tentados na capital do país em março e maio de 1938, com efetiva participação de vários membros do alto escalão integralista, as autoridades estaduais se viram numa situação difícil para manter os chefes locais oriundo da AIB em seus cargos. Assim, muitos prefeitos nomeados logo após o golpe de 1937, foram

perdendo os seus cargos, inclusive alguns tendo que responder perante o Tribunal de Segurança Nacional sobre a suspeita de sua participação na articulação dos levantes integralistas.

Em Ilhéus e Itabuna, diversos membros do integralismo foram detidos “para averiguações” e tiveram que enfrentar períodos muito conturbados em suas vidas. Gustavo Gomes da Fonseca, de Ilhéus e José Nunes de Aquino, em Itabuna, foram figuras centrais nesse enredo. O primeiro, médico, oriundo de Salvador, após exercer o cargo de vereador pelo integralismo em Ilhéus, fora preso três vezes durante o ano de 1938. Apesar de sempre acusado de extremismo, nunca fora condenado, pois as provas colhidas contra ele se mostravam sempre frágeis segundo os juízes. Quanto a José Nunes de Aquino, também eleito vereador em Itabuna em 1936, fora preso por duas vezes. A primeira em fins de 1936, quando Juracy Magalhães determinou o fechamento dos núcleos integralistas na Bahia e a segunda, em 1938, acusado de articular o levante em Itabuna, tendo sido absolvido das acusações.

Apesar da efetiva e notável participação política dos integralistas na região, quem se propuser a ler os livros de memorialistas, terá a impressão que o movimento nunca ocorreu no sul da Bahia. Salvo raras citações, quase não se tem o registro das atividades desenvolvidas pela AIB no sul do estado, o que leva a indagar, quais os caminhos traçados na construção da memória regional? Percebe-se que os construtores da memória escrita, os donos da palavra, são por vezes oriundos das famílias que tiveram envolvimento com o integralismo.

Exemplificador da afirmação acima está o livro *De Tabocas a Itabuna: cem anos de imprensa*, do escritor e jornalista itabunense, Ramiro Aquino. Na obra sobre a imprensa em Itabuna, apesar de elencar diversos jornais do período, não há menção sobre o jornal integralista *O Sigma*, que teria circulado por volta de 1935. Saliente-se que o diretor do periódico, e líder integralista local, era seu pai, José Nunes de Aquino. Os esquecimentos também trabalham na construção da memória.

Por outro lado, Sá Barreto diz que seu tio Raymundo do Amaral Pacheco era integralista, mas, no fundo, era um liberal. Essa memória, construída sobre o integralismo, que foi durante e após a Segunda Guerra Mundial, associado ao *nazifascismo*, pode ter se tornado incômoda. Por isso mesmo, para que fosse enquadrada e respondesse as questões do presente, alguns fatos foram interditados ou tornados sem importância, e em seu lugar, outras experiências tomaram lugar, como o elogio à

bravura do coronel, sempre presente na construção do mito de fundação da região cacaueira.

Assim, buscou-se trazer à lume um dos muitos pontos obscuros da história da região cacaueira. A experiência integralista nas terras do cacau foi um dos momentos ímpares da sociedade local. Apesar de ser um tema relegado a plano secundário, as múltiplas fontes trabalhadas, o número de adeptos e conflitos, as reais chances de ocupar cargos políticos pelo voto, e a ocupação das prefeituras após o golpe de 1937, são experiências que não devem ser desprezadas na história da região.

Apesar de esta pesquisa buscar traçar as articulações dos integralistas até o ano de 1938, não se furtou de fazer menção às movimentações dos *camisas-verdes* após tal período. Durante os anos 1940, integralistas continuavam despertando o interesse e a vigilância da repressão do estado, obrigando-os a afirmarem que se encontravam “perfeitamente integrados ao Estado Novo”.

É certo que após o fim da ditadura *varguista* e o retorno de Plínio Salgado ao cenário político nacional, com a fundação do Partido de Representação Popular, muitas das figuras que tinham feito parte do integralismo aderiram ao novo partido, como é o caso Pedro Ribeiro Filho, de Ilhéus. Mas, Sá Barreto, quando questionado se todos os ex-integralistas aderiram ao PRP, afirmou categoricamente que seu meu tio não foi, para o PSD. Pois seu tio teria rompido com o integralismo quando era prefeito.

A afirmação de Sá Barreto demonstra que tinha consciência da associação do integralismo com o autoritarismo, e, talvez por isso, fez questão de desvincular os seus familiares de tal movimento. Apesar da interdição da memória sobre o integralismo na região cacaueira, muitos de seus adeptos tiveram longa vida política, inclusive fazendo parte de governos autoritários tempos depois. Como é o caso do líder integralista itabunense, Nelson Oliveira, que fora nomeado prefeito de Salvador por ocasião do golpe militar de 1964. Mas isso é história para outro momento.

Fontes

Hemerográficas

Diário da Tarde. 1933 – 1938 – CEDOC/UESC

O Intransigente. 1935 - CEDOC/UESC

Correio de Ilhéus. 1930. CEDOC/UESC

A Época, década de 1930. CEDOC/UESC

Processos TSN

171 - Nelson Schaun e outros

202 – Milcíades Ponciano Jaqueira e outros

720 – Gustavo Gomes da Fonseca e outros

727 – Ranulpho Pinheiro da Cunha e outros

731 – Gustavo Gomes da Fonseca e outros

Arquivo Público do Estado da Bahia - APEB

APEB - Seção republicana, Secretaria de Justiça, pasta 3466. Relatório administrativo de Raymundo Pacheco, 09/05/1938.

APEB – Seção republicana, Secretaria de Segurança Pública. Caixa 6457, maço 01. Relatório do delegado regional do sudoeste sobre atividades integralistas, 1942.

APEB – Seção republicana, Secretaria de Segurança Pública. Caixa 6477, maço 02. Termo de Interrogatório de Justino Marques, 1944.

APEB - Seção judiciária, doc. 1178-05. Processo sobre a bomba jogada na sede integralista em Ilhéus.

APEB - Seção judiciária, doc. 220-193. Habeas Corpus em favor de Argemiro Gomes Barbosa.

APEB – Seção republicana, Secretaria de Segurança Pública. Caixa 6494. Cópia do Relatório das atividades integralistas na Bahia em 1936, por ocasião do fechamento do integralismo.

Arquivo Público de Itabuna

Atas da Câmara Municipal de Vereadores de Itabuna – 1936 – 1937

Jornal Oficial de Itabuna – 1936 - 1938

Centro de Documentação e Memória Regional

Atas da Câmara Municipal de Vereadores de Ilhéus – 1936 – 1937

Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro – APERJ

Relação de Integralistas da Bahia. APERJ, Fundo Polícia Política do Rio de Janeiro. Série Estados: Bahia, Pasta 5 A.

Outros

Livro de Atas da Sociedade Montepio dos Artistas de Itabuna, 1935;

Livro de Correspondência da Sociedade Montepio, 1935.

Processo Crime n. 900. Comarca de Itabuna. 1935. 218 folhas. Esse processo crime foi impetrado pela Justiça Pública contra o sargento Argemiro Barbosa e dois soldados, pelo abuso de autoridade e uso extremado da violência contra os integralistas de Itapuhy.

Livros de Memórias

AQUINO, Ramiro. *De tabocas a Itabuna: 100 anos de imprensa*. Itabuna – BA: Agora gráfica e editora, 1999.

COSTA, José Pereira. *Terra, Suor e Sangue: lembranças do Passado – história da região cacauera*. Salvador: EGBA, 1995.

FOGUEIRA, Manoel Bomfim; GONÇALVES, Oscar Ribeiro. *Ensaio Histórico de Itabuna: o jequitibá da Taboca, 1849 a 1960*. Ilhéus, BA: Editus, 2.ed. 2011.

GUEIROS, José Alberto. *O Último Tenente*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Record, 1996.

MACEDO, Janete Ruiz de. GUERREIRO, Antônio Fernando. *Sá Barreto*. Ilhéus: Editus, 2001. (Coleção - Preservação da Memória Regional: Testemunhos para a História).

MAGALHÃES, Juracy. *Minhas memórias provisórias: depoimento prestado ao CPDOC*. Coord. ABREU, Alzira Alves de; VASCONCELOS, Eduardo Raposo; FARAH, Paulo César. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

NOGUEIRA, Rubem. *O Homem e o Muro: memórias políticas e outras*. 2ª edição. São Paulo: GRD Edições, 2009.

PEREIRA FILHO. Carlos. *Terras de Itabuna*. Ilhéus: CEPLAC, 1960.

SÁ BARRETO, Raymundo. *Notas de um tabelião de Ilhéus*. São Paulo: Edições GRD, 1982.

SILVEIRA, Adelindo Kfourir. *Itabuna: Minha Terra*. Introdução. 2ª Ed. Itabuna: Gráfica Santa Helena, 2001.

VARGAS, Getúlio. *Diário*. V 2. São Paulo: Siciliano; Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1995.

VINHÃES, José Carlos. *São Jorge dos Ilhéus: da capitania ao fim do séc. XX*. Ilhéus – BA: Editus, 2001.

Referências Bibliográficas

- ADONIAS FILHO. *Sul da Bahia: chão de cacau - uma civilização regional*. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.
- _____; AMADO, Jorge. *A Nação Grapiuna: Adonias Filho na academia*. Rio de Janeiro: Ed. Tempo Brasileiro, 1965.
- ALBUQUERQUE Jr. Durval Muniz de. *A Invenção do Nordeste e outras artes*. São Paulo: Cortez, 1999.
- ALVES NETA, Amélia Saback. *Os Verdes às Portas do Sertão: doutrina e ação política dos integralistas na Bahia (1932 – 1945)* Dissertação (Mestrado em História) – UNEB, Sto. Antonio de Jesus - BA, 2012.
- AMADO, Janaína. História e região: reconhecendo e construindo espaços. In: *República em Migalhas: História regional e local*. São Paulo: Marco Zero/ANPUH; Brasília: CNPq, 1990.
- AMADO, Jorge. *São Jorge dos Ilhéus*. Rio de Janeiro: Record, 1987.
- _____. *Terras do Sem Fim*. Rio de Janeiro: Record, 1987.
- ANDRADE, José Dantas. *Documentário Histórico Ilustrado de Itabuna*. 2ª. Ed. Melhorada e atualizada. Itabuna: Aproplan, 1986.
- ANSART, Pierre. *Ideologias, Conflitos e Poder*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.
- ARENDT, Hannah. *Origens do Totalitarismo: antissemitismo, imperialismo, totalitarismo*. São Paulo: Cia das Letras, 2012.
- BRASIL/IBGE. Recenseamento Geral do Brasil. 1940, p. 224, 225. Disponível em <https://archive.org/stream/censo1940vol12t1ba#page/n58/mode/1up> acessado em 11 de abril de 2016.
- CALIL. Gilberto Grassi. *Os Integralistas frente ao Estado Novo: euforia, decepção, subordinação*. Lócus: revista de história, vol. 30, n. 01, p. 65 – 86. Juiz de Fora - MG, 2010.
- CAMPOS, João da Silva. *Crônica da Capitania de São Jorge dos Ilhéus*. 3ª Ed. Ilhéus: Editus, 2006.
- CARNEVALI DA SILVA, Emília. *O Homem no Espelho e a Legião Cearense do Trabalho: religião e política nas terras de Alencar*. In: Giselda Brito Silva (org.). *Estudos do Integralismo no Brasil*. Recife – PE: Editora UFPRE, 2007.
- CARONE, Edgar. *A República Nova*. SP/RJ: Difel, 1976.
- CAVALARI, Rosa Maria Feiteiro. *Integralismo: organização e ideologia de um partido de massa no Brasil (1932-1937)*. Bauru-SP: Edusc, 1999.
- CERTEAU, Michel. *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.
- CHAUÍ, Marilena. *Brasil: mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.
- CHAUÍ, Marilena e CARVALHO, Maria Sylvia. *Apontamentos para uma crítica da Ação Integralista Brasileira*. In: _____. *Ideologia e mobilização popular*. Rio de Janeiro: CEDEC/Paz e Terra, 1978.

DANTAS, Robson Norberto. *Entre a arte, a história e a política: itinerários e representações da “ficção brasileira” e da nação brasileira em Adonias Filho (1937-1976)*. Tese de Doutorado em História. Campinas/SP, 2010.

DE DECCA, Edgar. *1930: O Silêncio dos Vencidos*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

DIAS, Marcelo Henrique. *Farinha, Madeiras e Cabotagem: a Capitania de Ilhéus no antigo sistema colonial*. Ilhéus: Editus, 2011.

DUARTE, Eduardo Assis. *Jorge Amado: romance em tempo de utopia*. Rio de Janeiro: Record, 1996.

DUTRA, Eliana. *O Ardil Totalitário: Imaginário Político no Brasil dos Anos 30*. Rio de Janeiro - RJ / Belo Horizonte MG: Ed. UFMG/UFRJ, 1997.

FALCÓN, Gustavo. *Os Coronéis do Cacau*. Salvador: Ianamá. 1995.

FERREIRA, Laís Mônica Reis. *Educação e Assistência Social: as estratégias de inserção da Ação Integralista Brasileira nas camadas populares da Bahia em O Imparcial (1933-1937)*. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, UFBA, Salvador, BA, 2006.

FREITAS, Antonio Fernando Guerreiro de; Paraíso, Maria Hilda Baqueiro. *Caminhos ao encontro do mundo: a capitania, os frutos de ouro e a princesa do Sul, Ilhéus 1534-1940*. Ilhéus: Editus, 2001.

GARCEZ, Angelina Nobre Rolim. *Mecanismos de Formação da Propriedade Cacaueira no Eixo Itabuna/Ilhéus - 1890-1930: Um Estudo de História Agrária*. Salvador: UFBA, (Dissertação de Mestrado em Ciências Humana, Universidade Federal da Bahia, 1977).

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. 4. ed. Campinas, SP: Editora UNICAMP, 1996.

LEVINE, Robert. *O Regime Vargas: os anos críticos 1934-1938*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1970.

LINS, Marcelo da Silva. *Os Vermelhos do Cacau: a presença comunista no sul da Bahia (1935-1936)*. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, UFBA, Salvador, BA, 2007.

Manifesto da ANL, 1935. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/prestes/1935/07/05.htm> acessado em 10 de setembro de 2015.

Manifesto Integralista, outubro de 1932. Disponível em: <http://mtm.ufsc.br/~mcarvalho/CURSOS/Manifesto%20de%20Outubro.pdf> acessado em 15 de junho de 2015.

NEVES, Erivaldo Fagundes. *História e Região: tópicos de história regional e local*. Revista Ponta de Lança, São Cristovão v.01, n.02; 2008.

_____. *Historia Regional e Local: fragmentação e recomposição da história na crise da modernidade*. Feira de Santana/Salvador: UEFS/Arcádia, 2002.

PANG, Eul Soo. *Coronelismo e Oligarquias – 1889 -1934: a Bahia na Primeira República brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Em busca de uma outra história: imaginando o imaginário*. Revista Brasileira de História, ANPUH, São Paulo: Contexto, v. 15, n. 29, 1995.

POLLACK, Michael. *Memória e Identidade Social*. In: Revista Estudos Históricos, vol. 05, n. 10. p. 200 – 2012, Rio de Janeiro: 1992.

_____. *Memória, esquecimento, silêncio*. Revista de estudos históricos, FGV, Rio de Janeiro: v. 02, n 03, p. 3 -15, 1989.

PRIMO, Jacira Cristina Santos. *Nas Fileiras do Sigma: os integralistas e a política brasileira na década de 30*. Tese de doutoramento. Salvador: UFBA, 2013.

RAMOS, Graciliano. *Memórias do Cárcere*. Vol. II. 40 ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.

REHEM, David Costa. *“As Forças Secretas da Revolução”: antissemitismo verde-oliva na Bahia*. Dissertação em História. Feira de Santana: UEFS, 2011.

RÉMOND, René. *Por Uma História Política*. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

RIBEIRO, André Luiz Rosa. *Memória e Identidade: reforma urbanas e arquitetura cemiterial na região cacaueira (1880-1950)*. Ilhéus- BA: Editus, 2005.

_____. *Família, Poder e Mito: o município de São Jorge dos Ilhéus (1880 – 1912)*. Ilhéus: Editus. 2001.

SÁ MOTTA, Rodrigo Patto. *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo: Perspectiva, 2002.

SAMPAIO, Consuelo Novais. *Poder e Representação: o Legislativo da Bahia na Segunda República, 1930-1937*. Salvador: Assembleia Legislativa, 1992.

SILVA, Hélio. *Terrorismo em Campo Verde*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.

SILVA, Paulo Santos. *Ancoras de Tradição: luta política, intelectuais e construção do discurso histórico na Bahia (1930-1949)*. Salvador: EDUFBA, 2011.

SILVA, Giselda Brito. *O Integralismo em Pernambuco*. In: Giselda Brito Silva (org.). *Estudos do Integralismo no Brasil*. Recife – PE: Editora UFPRE, 2007.

SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. *Região e História: questão de método*. In: *República em Migalhas: História regional e local*. São Paulo: Marco Zero/ANPUH; Brasília: CNPq, 1990.

SOUSA, Antonio Pereira de. *Tensões do Tempo: a saga do cacau na ficção de Jorge Amado*. Ilhéus: Editus, 2001.

TRINDADE, Hégio. *Integralismo: o fascismo brasileiro na década de 30*. 2ª Ed. Revista e ampliada. São Paulo: Difel. 1979.

VASCONCELLOS, Gilberto. *Ideologia Curupira: análise do discurso integralista*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1979.

VIANNA, Marly de A. G. *Algumas notas sobre o integralismo*. Disponível em www.achegas.net/numero/42/marly_42.pdf Acesso em 23 de junho de 2015.